

# DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NA POLÍTICA BRASILEIRA

INSTITUTO  
*Alziras*



**OXFAM**  
Brasil

# Ficha Técnica

## **COORDENAÇÃO DO PROJETO**

Roberta Eugênio, Marina Barros e Tauá Pires

## **TEXTO**

Michelle Ferreti

## **SUPORTE ESTATÍSTICO**

Douglas Gualberto Carneiro

## **FOTOS**

Thiago S. Araújo

## **PESQUISA**

Instituto Alzirás

## **COLABORAÇÃO**

Bárbara Barboza, Clara de Sá, Eliete Paraguassu, Fabiana Pinto, Jefferson Nascimento, Jéssica Moreira, Maitê Gauto, Marina Barros, Wânia Sant'Anna e Webert Cruz

## **REVISÃO DE TEXTO E COPY DESK**

Jorge Cordeiro

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Ara Comunicação

**PUBLICADO EM 24 DE JULHO DE 2022**

# DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NA POLÍTICA BRASILEIRA



# Siglas

- o Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
- o Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)
- o Audição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)
- o Avante (AVANTE)
- o Cidadania (CIDADANIA)
- o Democracia Cristã (DC)
- o Democratas (DEM)
- o Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP)
- o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)
- o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)
- o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- o Internacional Standard Serial Number (ISSN)
- o Lei Orçamentária Anual (LOA)
- o Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+)
- o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
- o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
- o Partido da Causa Operária (PCO)
- o Partido da Mobilização Nacional (PMN)
- o Partido da Mulher Brasileira (PMB)
- o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
- o Partido Democrático Trabalhista (PDT)
- o Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- o Partido dos Trabalhadores (PT)
- o Partido Liberal (PL)
- o Partido Progressistas (PP)
- o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)
- o Partido Republicano da Ordem Social (PROS)
- o Partido Social Cristão (PSC)
- o Partido Social Democrático (PSD)
- o Partido Social Liberal (PSL)
- o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
- o Partido Socialista Brasileiro (PSB)
- o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)
- o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
- o Partido Verde (PV)
- o Partido Novo (NOVO)
- o Partido Trabalhista Cristão (PTC)
- o Patriota (PATRIOTA)
- o Podemos (PODE)
- o Pontos percentuais (p.p.)
- o Rede Sustentabilidade (REDE)
- o Republicanos (REPUBLICANOS)
- o Solidariedade (SOLIDARIEDADE)
- o Supremo Tribunal Federal (STF)
- o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
- o Unidade Federativa (UF)
- o Unidade Popular (UP)

# Sumário



**Ficha Técnica** 2

**Siglas** 2

**Apresentação** 4

**1 As prefeituras brasileiras em 2016 e 2020** 3

Perfil das candidaturas na disputa pelo poder executivo 4

Perfil das pessoas eleitas 22

A representatividade indígena nas eleições para o executivo municipal (2016-2020) 44

Uma análise da representatividade LGBTQ+ nas eleições para o executivo municipal (2016-2020) 49

**2 As câmaras de vereadores em 2016 e 2020** 53

Perfil das candidaturas 54

Perfil das pessoas eleitas 62

A representatividade indígena nas eleições para o legislativo municipal (2016-2020) 87

Uma análise da representatividade LGBTQ+ nas eleições para o legislativo municipal (2016-2020) 92

**3 Desigualdades de acesso a recursos para campanhas políticas** 101

Como são financiadas as campanhas 102

Financiamento de campanhas para as prefeituras (2016 e 2020) 107

Financiamento de campanhas para as câmaras de vereadores (2016 e 2020) 110

Arrecadação de campanhas com recorte de gênero e raça 112

Declarações de bens das candidaturas e fontes de arrecadação de campanhas políticas: uma análise interseccional 122

**Por uma democracia com igualdade de gênero e raça: Agenda contra as desigualdades** 134

**Notas Metodológicas** 137

# Apresentação

“Enquanto houver racismo, não haverá democracia”  
**Coalizão Negra por Direitos**

Este estudo analisa as desigualdades de gênero e raça na política brasileira, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições municipais de 2016 e 2020. É também um marco na parceria entre o Instituto Alziras e a Oxfam Brasil, organizações comprometidas com o enfrentamento das desigualdades e com a ampliação da participação política de mulheres em toda sua diversidade.

O relatório traça uma análise comparativa do perfil das candidaturas e das pessoas eleitas para o poder executivo e legislativo municipal entre 2016 e 2020, levando em conta a escolaridade, profissão, filiação partidária, distribuição regional e porte de municípios, sempre através das lentes interseccionais de raça e gênero.

A publicação também endereça o tema do financiamento de campanhas, observando o impacto gerado por mudanças recentes como a proibição de doações empresariais, a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e a decisão da Justiça Eleitoral em aprovar as cotas raciais e a dotação de pelo menos 30% dos recursos públicos e do tempo de propaganda eleitoral para as campanhas de mulheres.

Os resultados mostram avanços relevantes como o aumento recorde do número de mulheres, pessoas negras, LGBTQ+ e indígenas eleitas para as câmaras municipais em 2020, porém há uma longa estrada a percorrer.

Embora sejam a maioria da população brasileira e acumulem mais anos de estudo do que os candidatos homens, as mulheres perfazem menos de 14% das candidaturas para o poder executivo municipal. Nas duas últimas eleições (2016 e 2020), apenas duas capitais brasileiras elegeram prefeitas: Boa Vista (RR) em 2016 e Palmas (TO) em 2020. Isso ocorreu apesar de mulheres (todas brancas) terem disputado o segundo turno em cinco capitais no último pleito.

Entre 2016 e 2020, mulheres eleitas assumiram o comando de 11,5% para 12,1% dos municípios do país. Nesse ritmo, levaremos 144 anos para alcançar a paridade de gênero nas prefeituras brasileiras. Já a equidade racial no poder executivo municipal levaria menos tempo, cerca de 20 anos, considerando que, de 2016 a 2020, houve um avanço de três pontos percentuais nas cidades chefiadas por prefeitos e prefeitas negras, passando de 29,1% para 32,1%.

Em um país em que mais de 50% da população é negra e mais de um quarto da população é composta por mulheres negras – e elas ocupam apenas 6% dos assentos nas câmaras de vereadores – fica evidente o impacto do legado histórico do patriarcalismo, racismo, LGBTQfobia e violência que ainda não foi superado, algo crucial em se tratando de defesa da democracia.

Os dados do TSE analisados neste estudo são ainda mais alarmantes quando consideramos critérios regionais e de porte populacional. Atualmente, 57% dos municípios do país não têm vereadoras negras, e há 978 cidades (18% do total) sem mulheres nas Câmaras Municipais.

Cabe adicionar que, do ponto de vista da participação política, a população indígena e LGBTQ+ também enfrenta o problema da sub-representação no poder executivo e legislativo municipal, como demonstram os dados apresentados.

A baixa presença de mulheres negras na política brasileira tem relação direta com o financiamento de campanhas. Enquanto a maioria das candidatas negras não tem bens a declarar, os candidatos mais ricos (e brancos) contam com melhores condições patrimoniais para financiar as próprias campanhas, obtendo assim vantagens na corrida eleitoral.

Em 2016, a arrecadação das campanhas políticas por meio de recursos próprios das candidaturas foi quase o dobro dos recursos partidários. Já em 2020, o advento do fundo público exclusivo para o financiamento das campanhas eleitorais combinado com cotas de gênero e raça abriu oportunidades para reduzir privilégios e garantir condições um pouco mais equilibradas para as candidaturas femininas.

Uma análise comparada das eleições de 2016 e 2020 revela que cresceu a equivalência entre a proporção de mulheres candidatas a prefeita (14%) e a parcela de recursos arrecadados por suas campanhas (18% do total). Nas eleições anteriores de 2016, as mulheres correspondiam a 13% das candidaturas a prefeita, mas acessaram apenas 12% da receita total. Já no poder legislativo, as campanhas femininas permaneceram subfinanciadas em termos proporcionais, mas essa distorção foi reduzida significativamente em 2020. As mulheres eram 32,5% das candidatas a vereança com acesso a 21% da receita total em 2016 e passaram a ser 35% dos postulantes ao cargo de vereador em posse de 32% da receita total, uma diferença de 11 pontos percentuais na fatia de recursos disponíveis no período.

Vale ressaltar também o significativo aumento de arrecadação por meio de outras fontes, como o financiamento coletivo, que chegou a R\$ 6,3 milhões em 2020. Isso demonstra o potencial das candidaturas coletivas e um modo de ação política pautado na coletividade, algo presente no ativismo de mulheres negras.

Como podemos observar, os dados sugerem que o financiamento público, combinado com as novas regras de distribuição proporcional de recursos de campanhas para mulheres, bem como as cotas raciais de financiamento de campanha, surtiram efeitos positivos, mesmo que ainda tímidos, para reduzir as desigualdades de gênero e raça na corrida eleitoral brasileira.

O resultado das eleições de 2020 confirmam: sob as novas regras, houve uma ampliação recorde da diversidade étnico-racial nas câmaras municipais – vereadoras e vereadores negros passaram de 42,1% para 45,1% dos mandatos. O resultado certamente também foi influenciado pelo crescente debate em torno do racismo na agenda pública, e da pressão exercida pelos movimentos negros por maior representação política.

Outra mudança bem-vinda foi a inédita autorização para o uso de nome social nas urnas por candidaturas trans. No entanto, partidos e tribunais eleitorais não atualizaram seus cadastros com marcadores de gênero não binários, dificultando a identificação dessas candidaturas nas análises realizadas.

Outro dado que revela que as novas regras eleitorais estão em um bom caminho é o fato de que candidatas mulheres foram as mais votadas para o legislativo municipal em seis das 26 capitais do país, com destaque para Belo Horizonte (MG), que elegeu uma vereadora trans com recorde de votos.

As mudanças ocorridas nas eleições de 2020 foram importantes, porém ainda há muito o que avançar para termos um patamar mais igualitário, verdadeiramente representativo e democrático no país.

O relatório Desigualdade de Gênero e Raça na Política Brasileira, aqui apresentado, se divide em quatro partes. Nas duas primeiras, um olhar em detalhe sobre o perfil das candidaturas e das pessoas eleitas para prefeituras e câmaras de vereadores em 2016 e 2020. Na terceira, uma análise sobre as desigualdades de acesso a recursos para campanhas políticas. Na quarta, uma proposta de agenda contra a desigualdade política, por uma democracia com igualdade de gênero e raça.

Desejamos uma boa leitura e reafirmamos o nosso compromisso com a defesa da democracia.

**Equipes do Instituto Alziras e da Oxfam Brasil**





# 1.

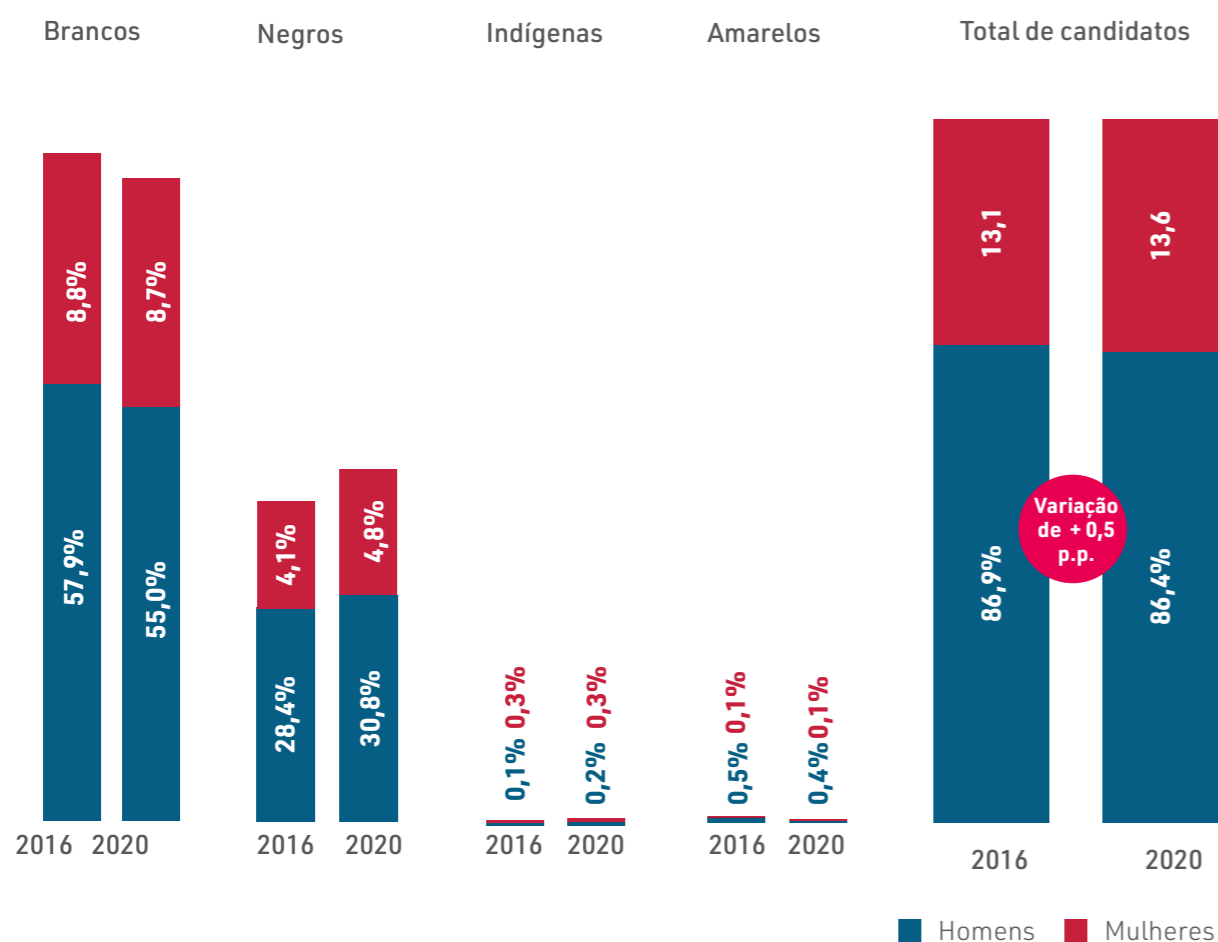
As prefeituras  
brasileiras em  
2016 e 2020



## Perfil das candidaturas na disputa pelo poder executivo

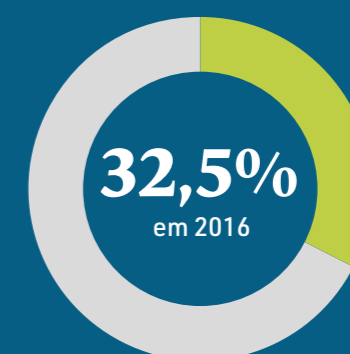
O quadro de sub-representação feminina no poder executivo municipal pouco se modificou nas últimas eleições, o que pode ser explicado por diferentes motivos. Um deles tem relação com o processo de recrutamento e seleção de candidaturas pelos partidos que segue marcado por uma grande distorção em termos de gênero. Apenas 13,6% das candidaturas à prefeitura em 2020 foram de mulheres, com uma variação irrisória de 0,5 ponto percentual em relação a 2016, conforme gráfico 1.1.

**GRÁFICO 1.1 – CANDIDATURAS À PREFEITURA POR GÊNERO E RAÇA (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS)**

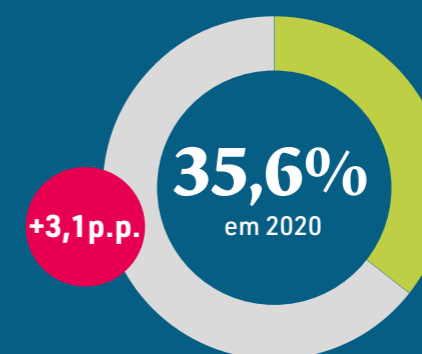


Fonte: TSE - Nov/2021.

As candidaturas negras para as prefeituras passaram de



para



Desse total,

os homens negros correspondem a >>



enquanto as mulheres negras são apenas >>



Fonte: TSE - Nov/2021.

## EM 2016 E 2020:



Para cada candidata mulher, havia 9 candidatos homens à prefeitura

Em 2020, para cada candidatura de mulher negra havia



11 candidatos brancos



6 candidatos negros



1 candidata negra

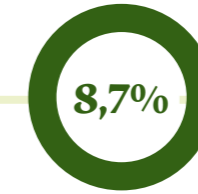


2 candidatas brancas

## AS MULHERES BRANCAS SÃO



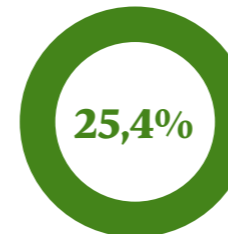
DA POPULAÇÃO E



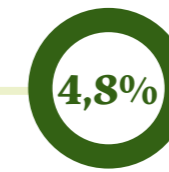
DAS CANDIDATAS

Varição de -16,1 p.p.

## AS MULHERES NEGRAS SÃO



DA POPULAÇÃO E



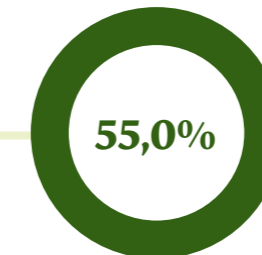
DAS CANDIDATAS

Varição de -20,6 p.p.

## OS HOMENS BRANCOS SÃO



DA POPULAÇÃO E



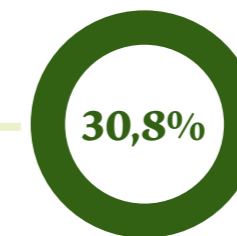
DOS CANDIDATOS

Varição de +32,1 p.p.

## OS HOMENS NEGROS SÃO



DA POPULAÇÃO E

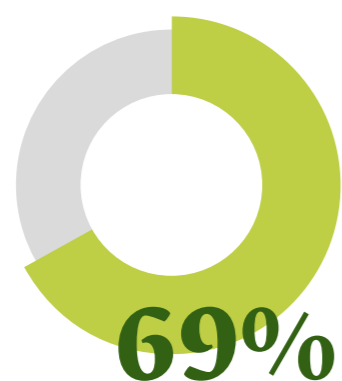


DOS CANDIDATOS

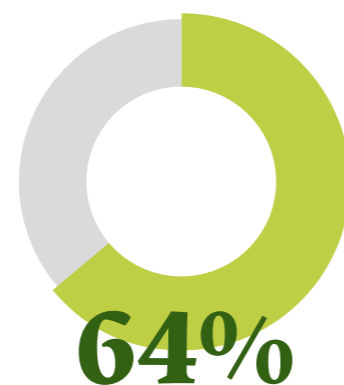
Varição de +5,5 p.p.

Fonte: TSE - Nov/2021, Censo IBGE 2010.

Mais da metade dos municípios do país não contou com a presença de mulheres na disputa para o poder executivo, principalmente as cidades de menor porte. A tabela 1.1 indica que dos 5.570 municípios brasileiros, 3.783 possuem menos de 20 mil habitantes e 69% deles não tiveram candidatas concorrendo à prefeitura em 2020. Contudo, **houve um avanço importante da participação das mulheres na competição eleitoral para o poder executivo nos municípios de grande porte (entre 100 mil e 900 mil habitantes)**, onde o deserto de candidaturas femininas foi reduzido de 56% para 34% das cidades entre 2016 e 2020. Vale frisar que, apesar de somente 307 municípios brasileiros (5%) serem considerados de grande porte e estarem localizados nessa faixa, eles concentram pouco mais de um terço (35%) da população brasileira.



de municípios sem **mulheres na disputa** para prefeitura em 2016



de municípios sem **mulheres na disputa** para prefeitura em 2020

**TABELA 1.1: CANDIDATURAS DE MULHERES À PREFEITURA, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL (2016)**

		Municípios SEM candidatas mulheres à prefeitura		Municípios COM candidatas mulheres à prefeitura		Total de municípios por porte
Porte do município	População	N	%	N	%	N
Pequeno I	Até 20 mil habitantes	2.662	70%	1.148	30%	3.810
Pequeno II	De 20.001 a 50 mil	707	64%	394	36%	1.101
Médio	De 50.001 mil a 100 mil	219	63%	131	37%	350
Grande	De 100.001 mil a 900 mil	164	56%	128	44%	292
Metrópole	Acima de 900.001	3	18%	14	82%	17
<b>Total</b>		<b>3755</b>	<b>67%</b>	<b>1815</b>	<b>33%</b>	<b>5.570</b>

**TABELA 1.2: CANDIDATURAS DE MULHERES À PREFEITURA, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL (2020)**

		Municípios SEM candidatas mulheres à prefeitura		Municípios COM candidatas mulheres à prefeitura		Total de municípios por porte
Porte do município	População	N	%	N	%	N
Pequeno I	Até 20 mil habitantes	2.618	69%	1.165	31%	3.783
Pequeno II	De 20.001 a 50 mil	658	59%	452	41%	1.110
Médio	De 50.001 mil a 100 mil	171	49%	180	51%	351
Grande	De 100.001 mil a 900 mil	104	34%	203	66%	307
Metrópole	Acima de 900.001	3	16%	16	84%	19
<b>Total</b>		<b>3554</b>	<b>64%</b>	<b>2.016</b>	<b>36%</b>	<b>5.570</b>

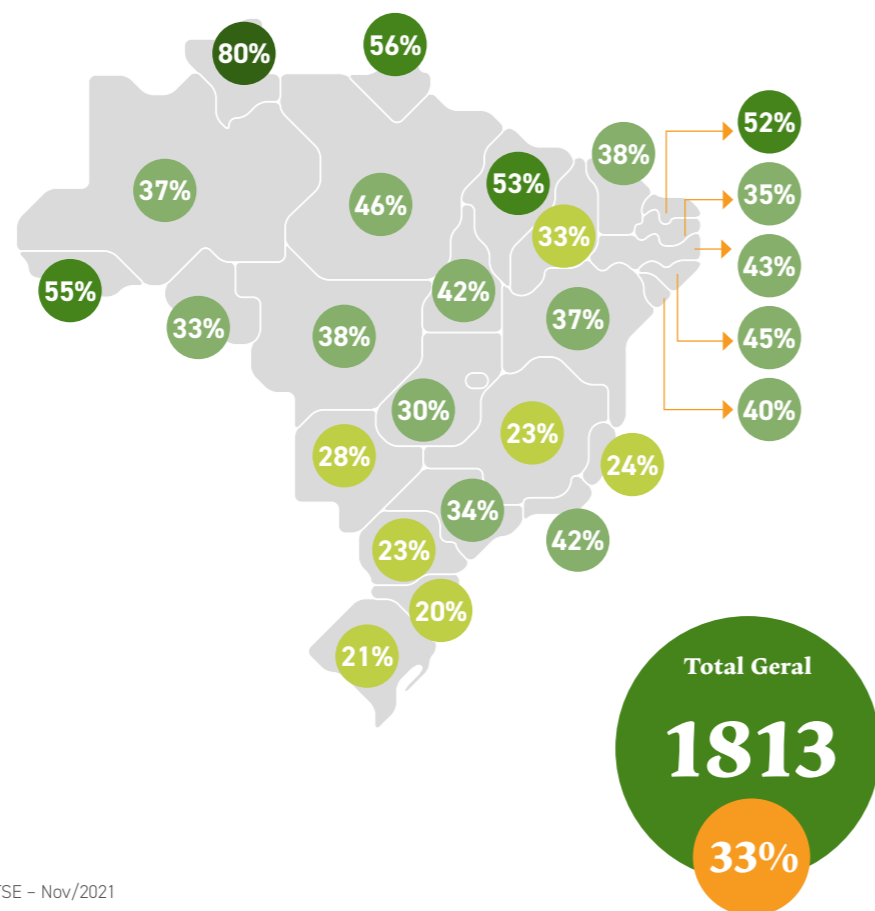
Fonte: TSE – Nov/2021 e MUNIC/IBGE



Em relação às unidades federativas, nota-se que os Estados das regiões Sul e Sudeste acabam concentrando a maior proporção de cidades sem candidaturas de mulheres para a prefeitura entre 2016 e 2020, conforme mapa 1.1. Em 2016, Roraima liderou o ranking nacional de presença de candidatas ao cargo de prefeita, já que elas participaram do pleito em 80% dos municípios do Estado. Vale lembrar que, naquele ano, Boa Vista foi a única capital brasileira a eleger uma mulher para comandar o poder executivo municipal. Em seguida, constam Amapá (56%), Acre (55%), Maranhão (53%) e Rio Grande do Norte (52%), onde as candidaturas femininas estiveram presentes em mais da metade dos municípios. Em 2020, o Rio de Janeiro passou a ocupar a primeira posição do ranking com candidaturas femininas para disputar 60% das prefeituras, seguido pelo Pará (56%), Acre (55%), Maranhão (54%), Roraima (53%), Amapá e Rio Grande do Norte (ambos com 50%). Nos demais Estados, foram registradas candidaturas femininas para o cargo de prefeita em menos da metade das cidades e constam nas últimas posições os Estados de Santa Catarina (22%), Rio Grande do Sul (27%), Minas Gerais (28%), Amazonas e Mato Grosso (ambos com 32%) e Paraná (30%).

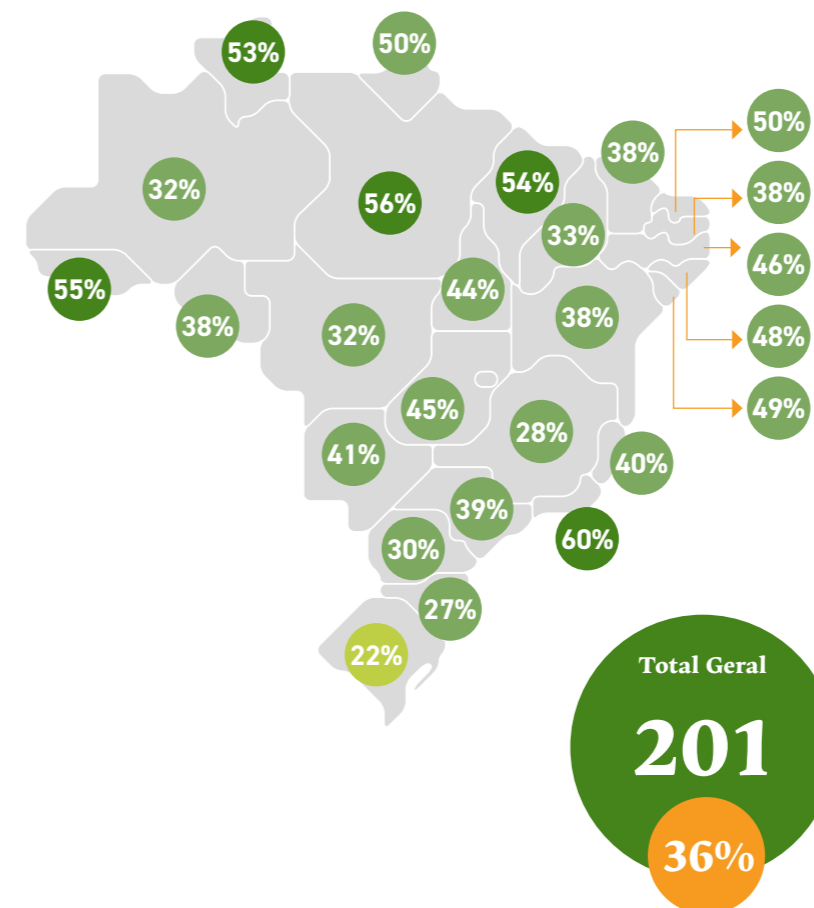


**MAPA 1.1 – PRESENÇA DE MULHERES NA DISPUTA ELEITORAL AO CARGO DE PREFEITA POR UF (2016)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA ESTADO)



Fonte: TSE - Nov/2021

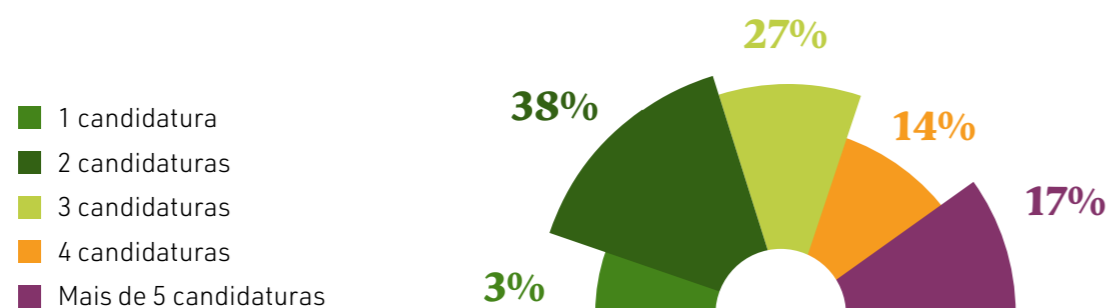
**MAPA 1.2 – PRESENÇA DE MULHERES NA DISPUTA ELEITORAL AO CARGO DE PREFEITA POR UF (2020)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA ESTADO)



Fonte: TSE - Nov/2021

Em relação às características da disputa eleitoral para ocupar o poder executivo no primeiro turno de 2020, cabe observar que:

**GRÁFICO 1.2 – QUANTIDADE DE CANDIDATURAS À PREFEITURA EM 2020 (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO PAÍS)**



Fonte: TSE – Nov/2021

Em **172** municípios

houve candidaturas únicas sem concorrência e **94%** desses casos se deram em municípios com até **20 mil habitantes**;

Em **2.123** municípios

o embate ocorreu entre duas candidaturas;

Em **1.513** municípios

a disputa se deu entre três candidaturas;

Em **804** municípios

a competição se deu entre quatro candidaturas;

Em **956** municípios

a disputa contou com 5 ou mais candidaturas;

A lacuna de mulheres na disputa para o poder executivo municipal é ainda maior se considerado o recorte racial. A tabela 1.4 revela que 86% das cidades brasileiras não contaram com mulheres negras como candidatas a prefeitas em 2020. **Contudo, é importante observar que presença de candidatas negras cresce, conforme aumenta o porte populacional.** Enquanto apenas 11% das cidades com até 20 mil habitantes contaram com candidatas negras na competição pelo poder executivo em 2020, essa proporção aumentou para 58% nas metrópoles com mais de 900 mil habitantes no mesmo período.

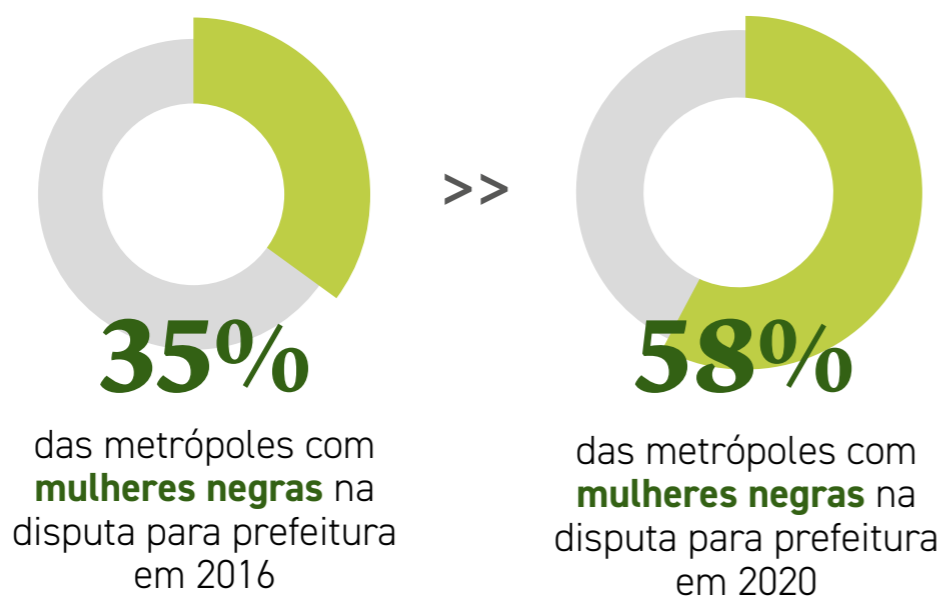
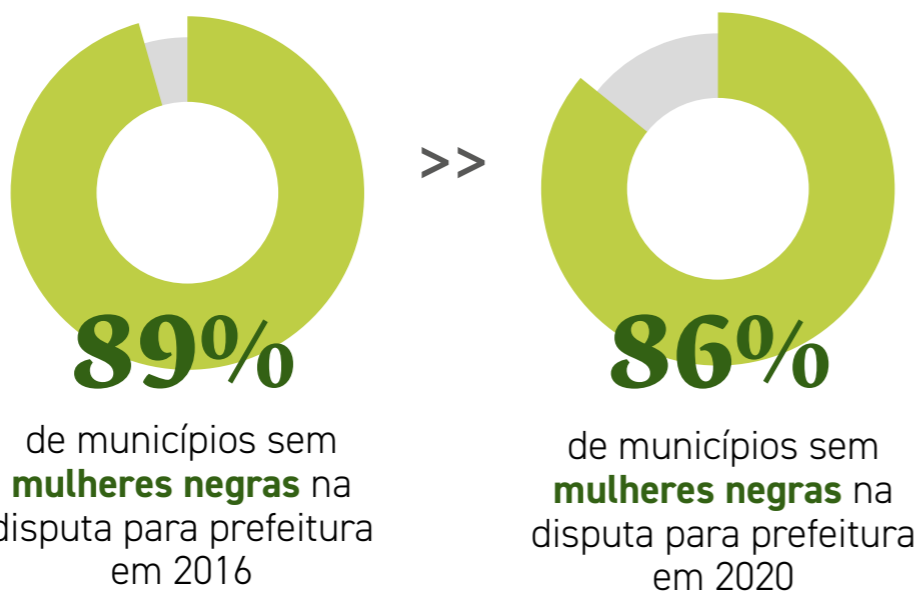
**TABELA 1.3: CANDIDATURAS DE MULHERES NEGRAS À PREFEITURA NOS MUNICÍPIOS SEGUNDO PORTE POPULACIONAL (2016)**

		Municípios SEM candidatas negras à prefeitura		Municípios COM candidatas negras à prefeitura		Total de municípios por porte
Porte do município	População	N	%	N	%	N
Pequeno I	Até 20 mil habitantes	3.416	90%	394	10%	3.810
Pequeno II	De 20.001 a 50 mil	968	88%	133	12%	1.101
Médio	De 50.001 mil a 100 mil	305	87%	45	13%	350
Grande	De 100.001 mil a 900 mil	247	85%	45	15%	292
Metrópole	Acima de 900.001	11	65%	6	35%	17
Total		4.947	89%	623	11%	5.570

**TABELA 1.4: CANDIDATURAS DE MULHERES NEGRAS À PREFEITURA NOS MUNICÍPIOS SEGUNDO PORTE POPULACIONAL (2016)**

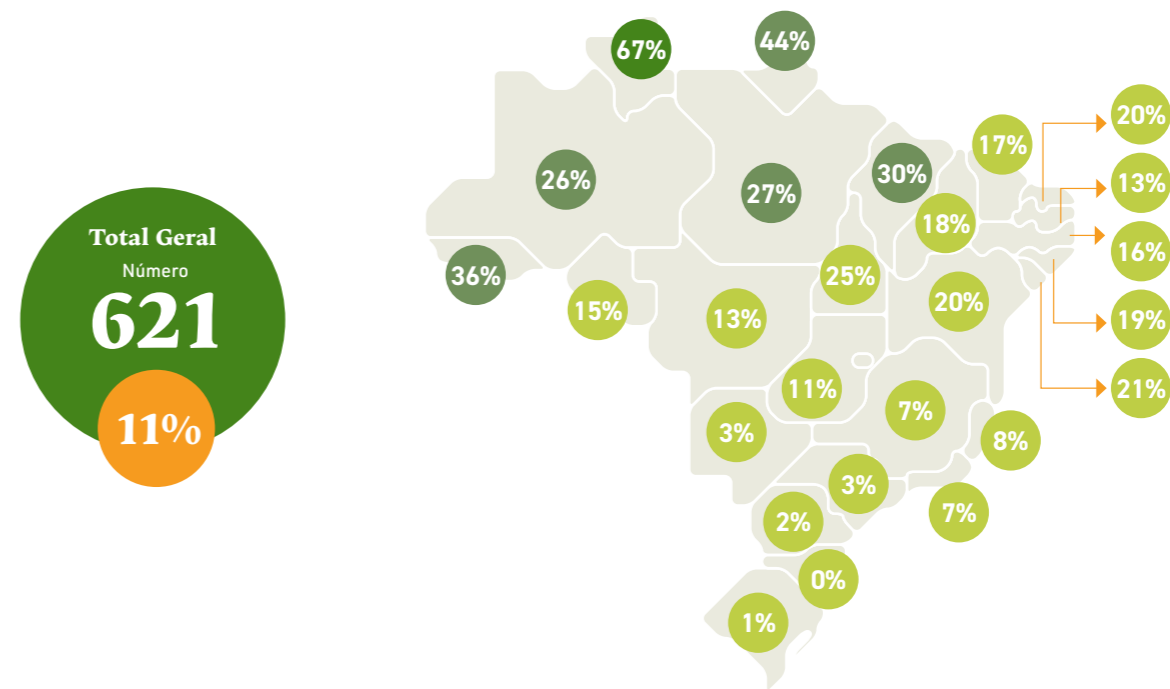
		Municípios SEM candidatas negras à prefeitura		Municípios COM candidatas negras à prefeitura		Total de municípios por porte
Porte do município	População	N	%	N	%	N
Pequeno I	Até 20 mil habitantes	3.355	89%	428	11%	3.783
Pequeno II	De 20.001 a 50 mil	917	83%	193	17%	1.110
Médio	De 50.001 mil a 100 mil	281	80%	70	20%	351
Grande	De 100.001 mil a 900 mil	207	67%	100	33%	307
Metrópole	Acima de 900.001	8	42%	11	58%	19
Total		4.768	86%	802	14%	5.570

Fonte: TSE – Nov/2021

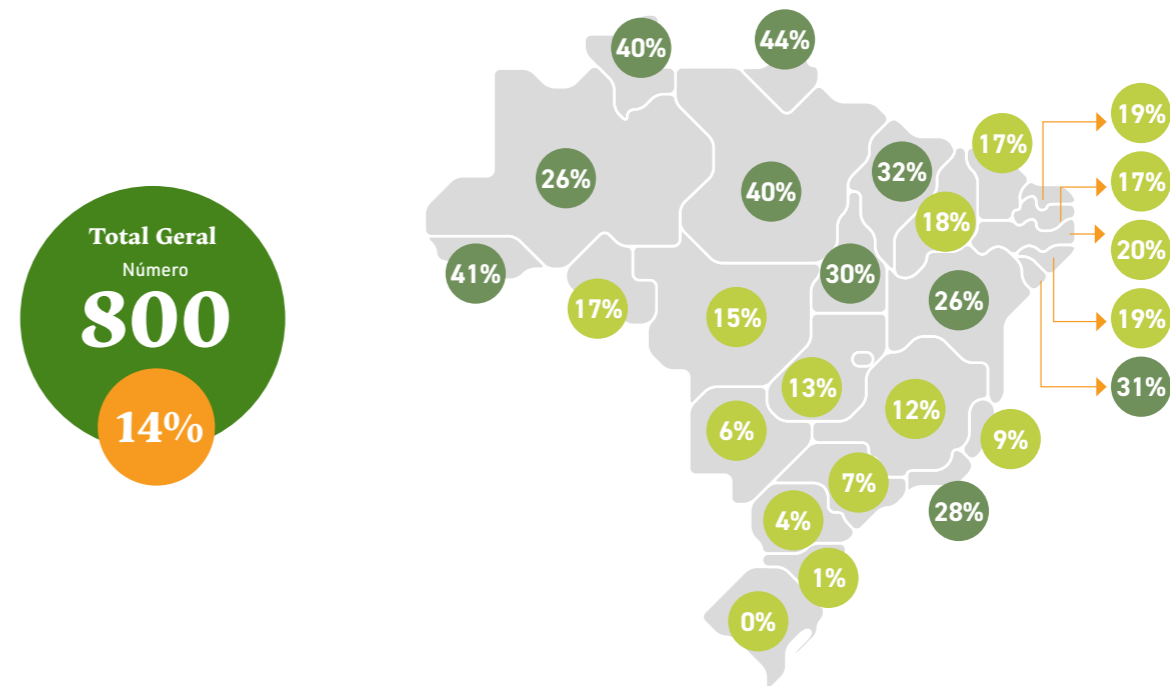


Em relação às unidades federativas, nota-se mais uma vez que os Estados das regiões Sul e Sudeste se destacam pela baixa proporção de cidades com a presença de mulheres negras na disputa para a prefeitura, conforme mapa 1.2. Em 2016, Roraima foi o único Estado com candidatas negras presentes na disputa em mais da metade das prefeituras (67%), seguido pelo Amapá (44%) e o Acre (36%), todos localizados na região norte. Em 2020, o ranking passou a ser liderado pelo Amapá (44%), seguido pelo Acre (41%), Pará e Roraima (ambos com 40%). Mais uma vez, os Estados da região Norte tiveram uma performance destacada nesse quesito.

MAPA 1.3 – PRESENÇA DE MULHERES NEGRAS NA DISPUTA ELEITORAL AO CARGO DE PREFEITA POR UF (2016) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA ESTADO)



MAPA 1.4 – PRESENÇA DE MULHERES NEGRAS NA DISPUTA ELEITORAL AO CARGO DE PREFEITA POR UF (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA ESTADO)

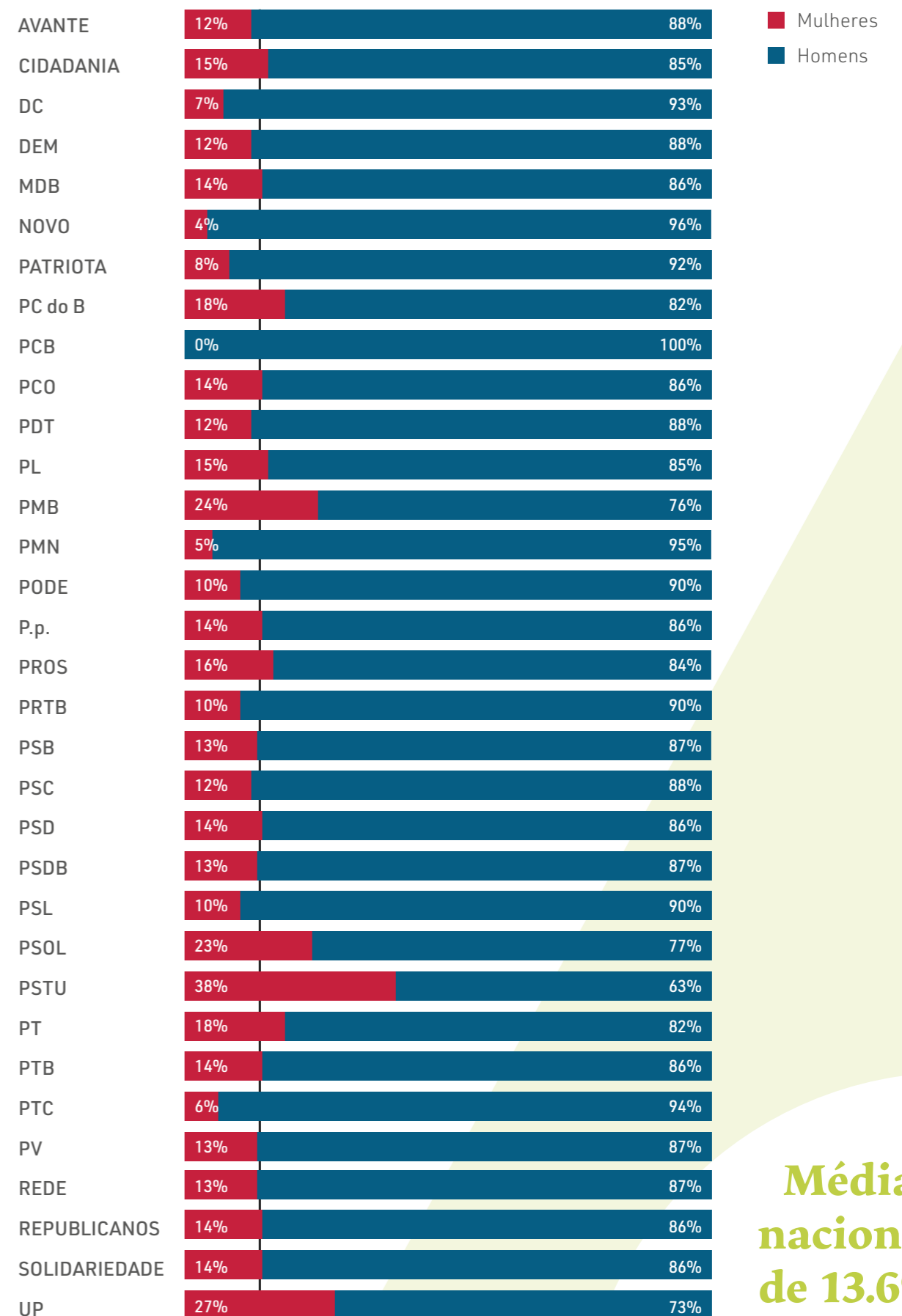




Uma análise comparativa por gênero das candidaturas apresentadas pelos partidos para concorrer ao cargo de prefeito em 2020 indica que as mulheres equivalem a menos de 20% dos postulantes registrados por todas as legendas, com exceção do PMB, PSTU e UP que, somados, participaram da disputa ao executivo em apenas 2% dos municípios do país, como revela Enquanto isso, o MDB foi a sigla que mais participou da disputa ao executivo, tendo lançado candidaturas em 34% das cidades brasileiras em 2020. Em segundo lugar, consta o PSD que concorreu com candidaturas em 28% das prefeituras, seguido pelo P.p. (26%), PSDB (23%) e PT (22%) no quinto lugar do ranking.

**As mulheres representam menos de 20% das candidaturas à prefeitura em quase todos os partidos**

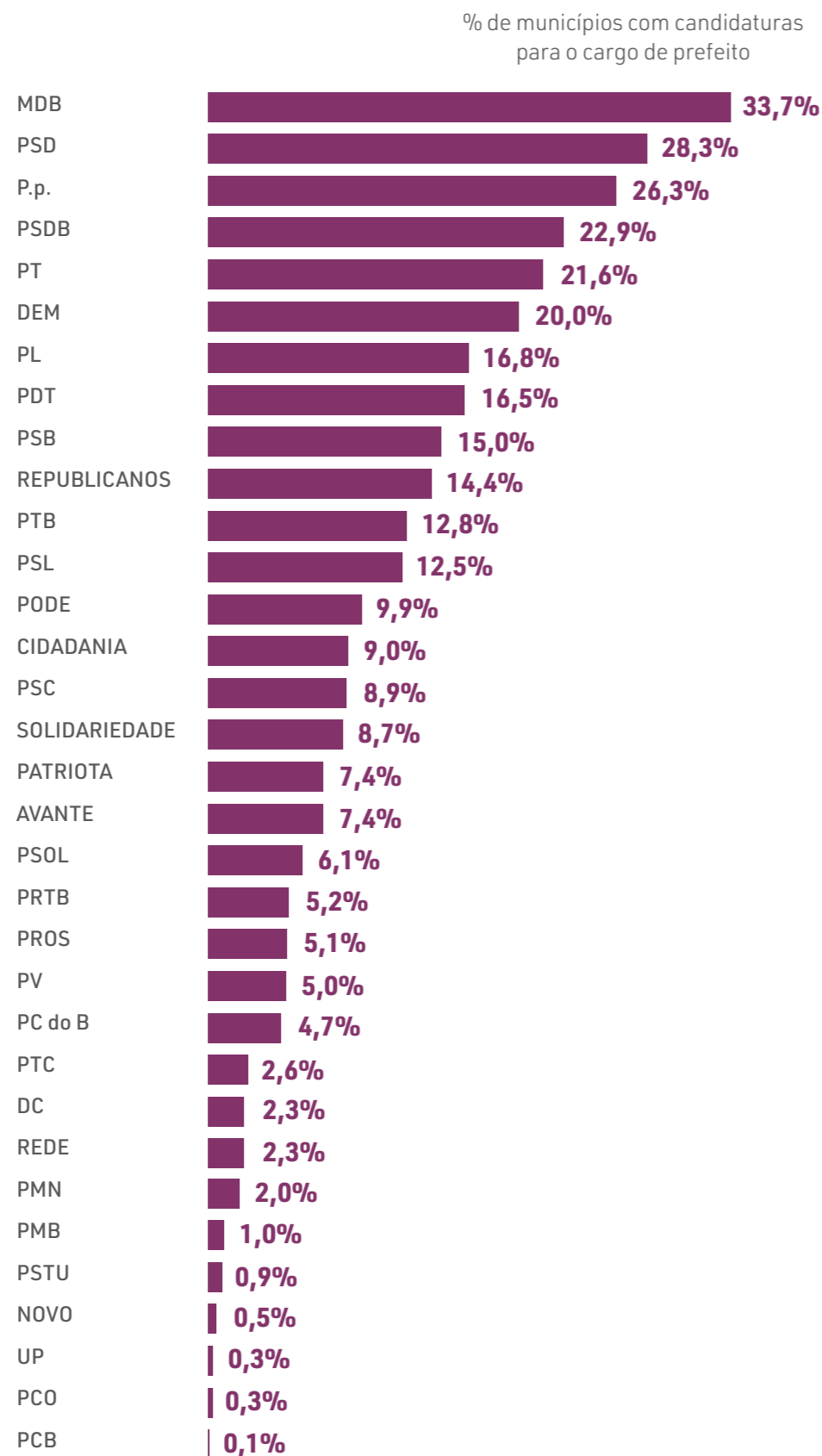
**GRÁFICO 1.3 - CANDIDATURAS À PREFEITURA POR GÊNERO POR PARTIDO EM 2020 (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS DE CADA PARTIDO AO CARGO DE PREFEITO/A)**



Fonte: TSE - Nov/2021

**Média nacional de 13.6%**

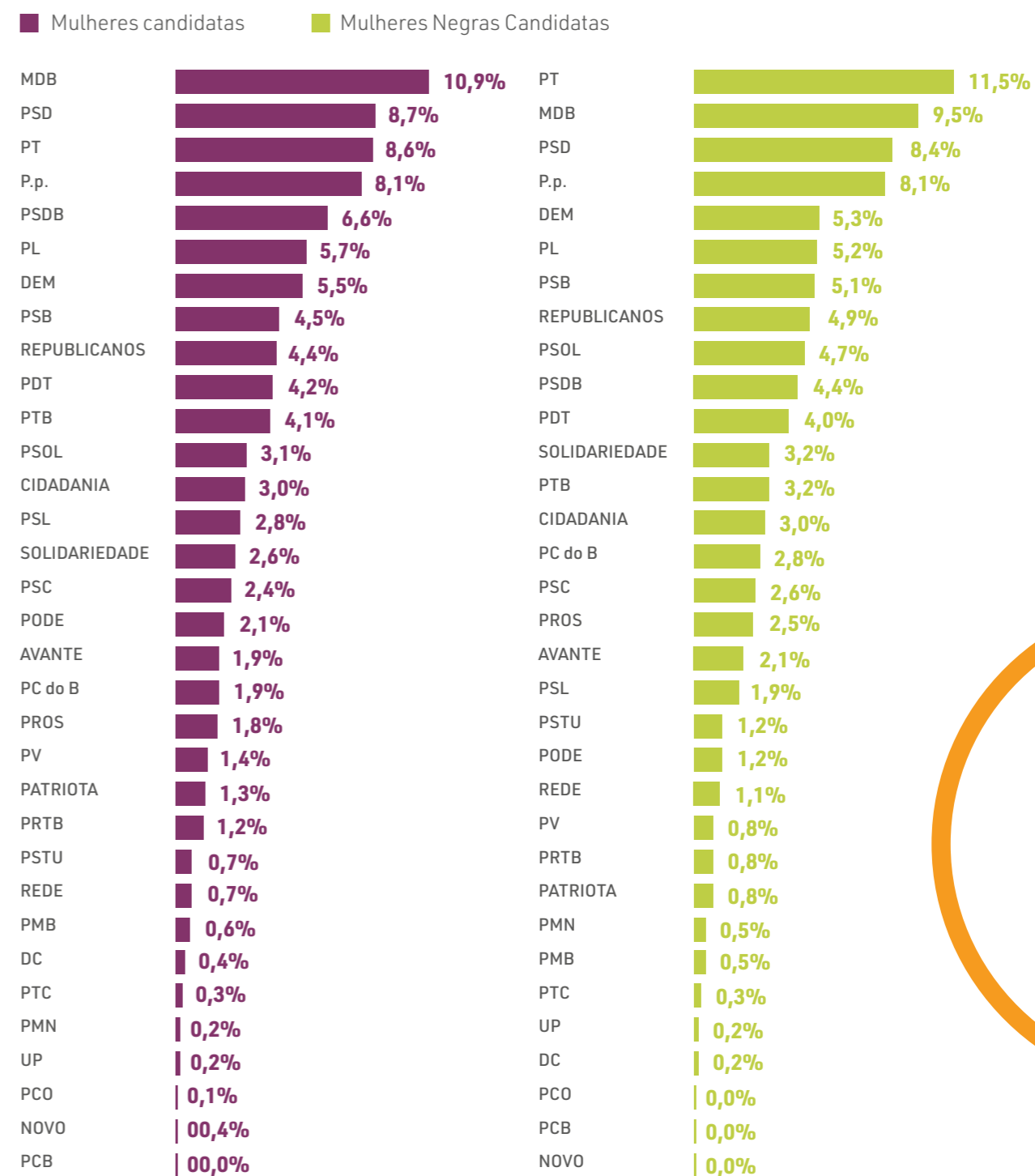
**GRÁFICO 1.4: PROPORÇÃO DE CANDIDATURAS AO CARGO DE PREFEITO REGISTRADAS POR CADA PARTIDO POLÍTICO (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO PAÍS)**



Fonte: TSE - Nov/2021

Sendo a sigla que participou da disputa ao poder executivo na maior parcela de cidades brasileiras em 2020, o MDB também concentra a maior proporção de candidaturas de mulheres à prefeitura (10,9%) nesse período. Já o PT engloba a maior fatia de candidaturas de mulheres negras (11,5%) na disputa pelo executivo municipal em 2020. É interessante notar que **MDB, PT, PSD e P.p. respondem juntos por mais de um terço das candidaturas tanto de mulheres quanto de mulheres negras na disputa pelo cargo de prefeita em 2020**, conforme gráfico 1.5.

**GRÁFICO 1.5 - CANDIDATURAS DE MULHERES À PREFEITURA POR PARTIDO (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS DE MULHERES AO CARGO DE PREFEITO/A)**

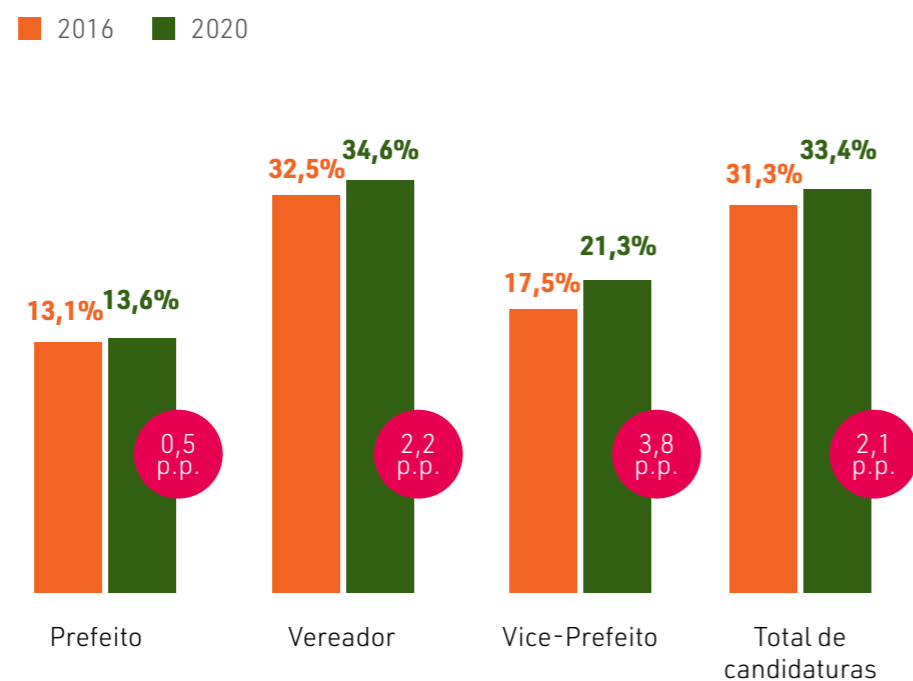


Fonte: TSE - Nov/2021.

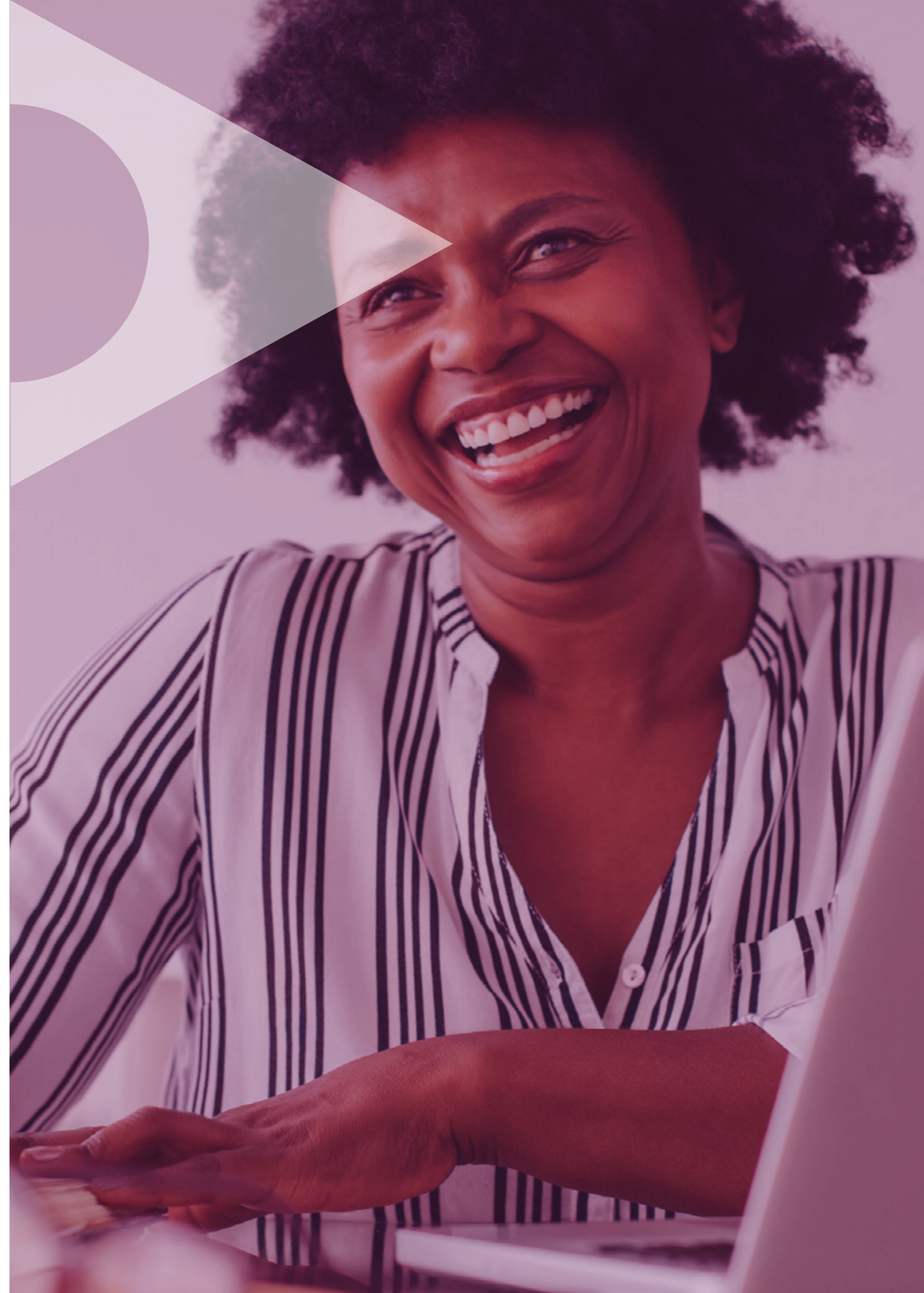


Por fim, outro fenômeno que merece um olhar atento nas eleições municipais é o aumento das candidaturas de mulheres para o cargo de vice-prefeita. Enquanto as candidatas ao cargo de prefeita cresceram 0,5 ponto percentual (de 13,1% para 13,6%) e 2,2 pontos percentuais para o cargo de vereadora (de 32,5% para 34,6%), para as vice-prefeitas o incremento foi de 3,8 pontos percentuais (de 17,5% para 21,3%) entre 2016 e 2020. É necessário identificar se essa variação está relacionada com a decisão da justiça eleitoral de que pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral fossem destinados às mulheres pelos partidos. Como não havia regulamentação sobre as formas de distribuir esse percentual durante o período eleitoral, caberia investigar se algumas legendas podem ter indicado mais mulheres para disputar as vice-prefeitas com a intenção de que os recursos direcionados para suas campanhas também levem ao fortalecimento das candidaturas masculinas que ocupam a maior parte da cabeça das chapas na disputa pelos cargos majoritários.

**GRÁFICO 1.6 – PERCENTUAL DE CANDIDATAS MULHERES POR CARGO (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATOS)**



Fonte: TSE – Nov/2021



## Perfil das pessoas eleitas

Entre os eleitos para comandar as prefeituras em 2020, o incremento da participação feminina foi de apenas 0,5 ponto percentual.

### AS CANDIDATURAS DE MULHERES para prefeituras passaram de



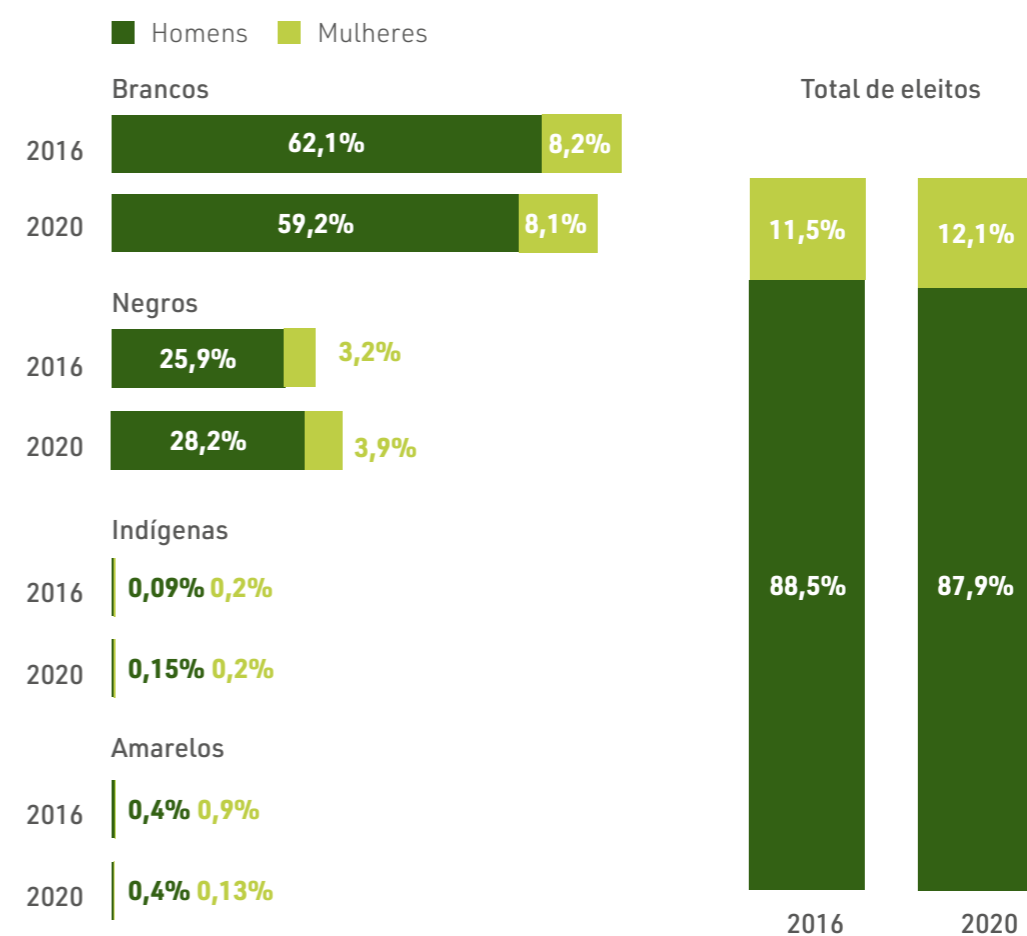
### AS MULHERES ELEITAS prefeitas passaram de



**Nesse ritmo, levaremos 144 anos para alcançar a paridade de gênero nas prefeituras brasileiras.**

Ao lançarmos um olhar sobre a composição racial das prefeitas eleitas (Gráfico 1.7), as mulheres brancas correspondem a 8,1% das chefes do executivo municipal, as mulheres negras a 3,9%, as amarelas a 0,13% e as indígenas a 0,02% em 2020. Cumpre observar que o acréscimo de 0,5 ponto percentual entre as mulheres eleitas para comandar os municípios entre 2016 e 2020 deve-se principalmente a um leve crescimento na proporção de prefeitas negras.

**GRÁFICO 1.7 – PREFEITOS/AS ELEITOS/AS POR GÊNERO E RAÇA (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

## EM 2016 E 2020:



para cada prefeita mulher, havia 9  
prefeitos homens

O incremento em termos de diversidade nas prefeituras foi menos significativo em relação ao gênero, porém mais relevante em termos de pertencimento étnico-racial, apesar de ainda lento e insuficiente:

### AS CANDIDATURAS NEGRAS para prefeituras passaram de



### PREFEITOS E PREFEITAS NEGRAS passaram de



**Nesse ritmo, levaremos 20 anos  
para alcançar a paridade racial nas  
prefeituras brasileiras**

## Em 2020, para cada prefeita negra foram eleitos



15 prefeitos  
brancos



7 prefeitos  
negros



2 prefeitas  
brancas

### AS MULHERES BRANCAS SÃO



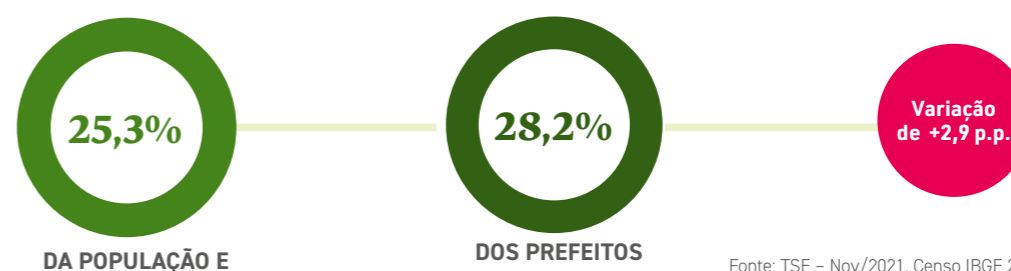
### AS MULHERES NEGRAS SÃO



### OS HOMENS BRANCOS SÃO



### OS HOMENS NEGROS SÃO



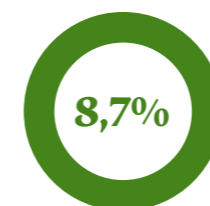
O quadro de participação política de mulheres brancas caiu 0,1% tanto em termos de candidaturas quanto de pessoas eleitas no poder executivo. Já os homens brancos recuaram de 57,9% para 55,0% entre os candidatos e de 62,1% para 59,2% entre os eleitos comparativamente a 2016.

**Em relação a 2016, observa-se um incremento nas candidaturas e na elegibilidade de pessoas negras, com destaque principalmente para o gênero masculino.** Os homens negros que eram 28,4% dos candidatos passaram a 30,8%, o que corresponde a um aumento de 2,4 pontos percentuais em 2020. Entre os eleitos, eles eram 25,9% e passaram a 28,2%, um crescimento de 2,3 pontos percentuais no mesmo período. Já as mulheres negras passaram de 4,1% para 4,8% entre as candidaturas, um aumento de menos de um ponto percentual que também pode ser observado entre as prefeitas negras que eram 3,2% e passaram a 3,9% do total de eleitos entre 2016 e 2020.

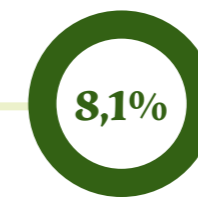
**Apesar de terem perdido espaço, os homens brancos ainda seguem sendo o único grupo populacional onde a parcela de eleitos é maior do que a proporção de candidatos,** conforme revelam os quadros abaixo. Apesar de constituírem 55,0% das candidaturas à prefeitura no último pleito municipal, os homens brancos totalizam 59,2% das pessoas eleitas. Nos demais grupos, o percentual de eleitos é sempre inferior à proporção de candidaturas, o que sugere que os homens brancos podem estar lidando com vantagens diferenciadas durante a corrida eleitoral, o que será explorado em profundidade nos próximos capítulos.



## AS MULHERES BRANCAS SÃO



DOS CANDIDATOS E



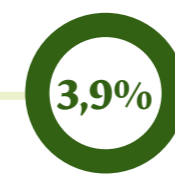
DOS ELEITOS

Varição de -0,6 p.p.

## AS MULHERES NEGRAS SÃO



DOS CANDIDATOS E



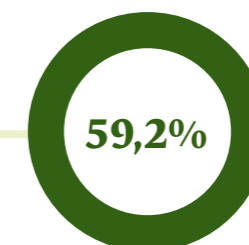
DOS ELEITOS

Varição de -0,9 p.p.

## OS HOMENS BRANCOS SÃO



DOS CANDIDATOS E



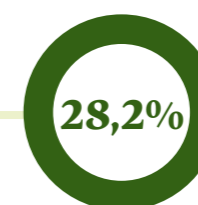
DOS ELEITOS

Varição de +4,2 p.p.

## OS HOMENS NEGROS SÃO



DOS CANDIDATOS E



DOS ELEITOS

Varição de +2,6 p.p.

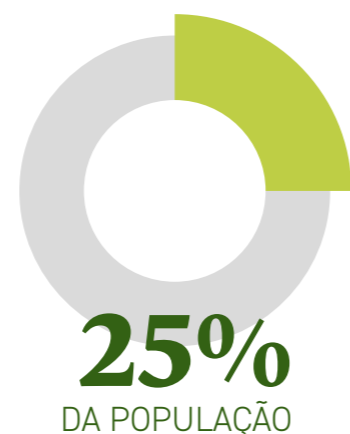
Fonte: TSE - Nov/2021, Censo IBGE 2010.

Em 2016, 177 municípios (3,2%) eram governados por mulheres negras. Em 2020, esse dado passou para 211 cidades (3,8%). Apesar de parecer pouco em termos de pontos percentuais, essa variação significa uma taxa de crescimento de 20% em relação ao pleito anterior. Enquanto isso, a proporção de prefeitas brancas diminuiu de 8,2% para 8,1% no mesmo período.

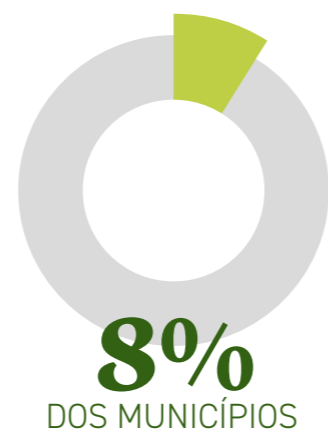
Ao compararmos a proporção de prefeituras ocupadas por mulheres com o perfil étnico-racial da população brasileira, temos ainda uma enorme distorção:



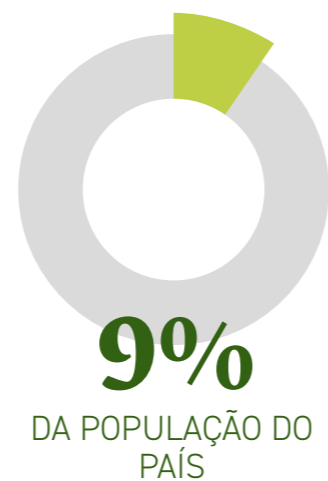
AS MULHERES BRANCAS SÃO



MAS GOVERNAM



QUE ABRANGEM

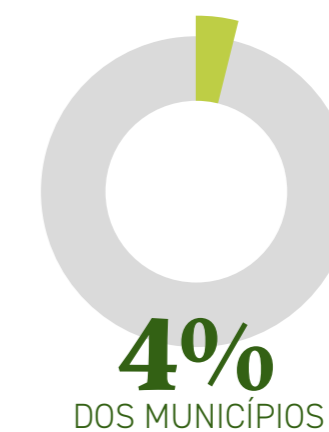


Fonte: TSE - Nov/2021, Censo IBGE 2010.

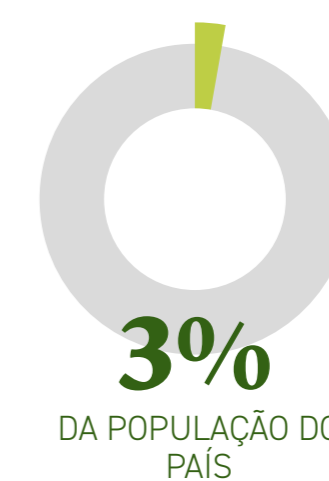
AS MULHERES NEGRAS SÃO



MAS GOVERNAM



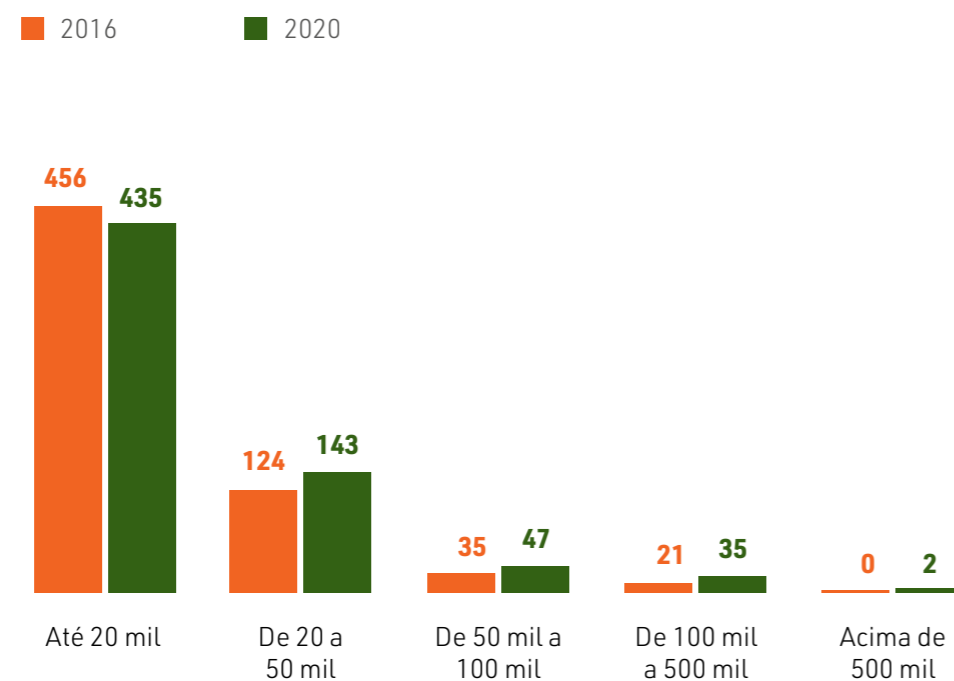
QUE ABRANGEM



Fonte: TSE - Nov/2021, Censo IBGE 2010.

Uma novidade importante do último pleito é que **as mulheres tiveram mais sucesso eleitoral nas cidades mais populosas**. Em 2016, não havia sequer uma mulher no comando de municípios com mais de 500 mil habitantes. Em 2020, elas passaram a governar 4% das cidades desse porte. A melhora desse indicador é explicada principalmente pela vitória de Margarida Salomão (PT) em Juiz de Fora e de Marília Campos (PT) em Contagem, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais. Em média, as prefeitas governam 13% do total de municípios com população entre 20 mil e 500 mil pessoas. Já nas cidades com menos de 20 mil habitantes, a presença de mulheres nas prefeituras recuou de 12,1% para 11,6%.

**GRÁFICO 1.8 - PERCENTUAL DE CANDIDATAS MULHERES POR CARGO (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATOS)**

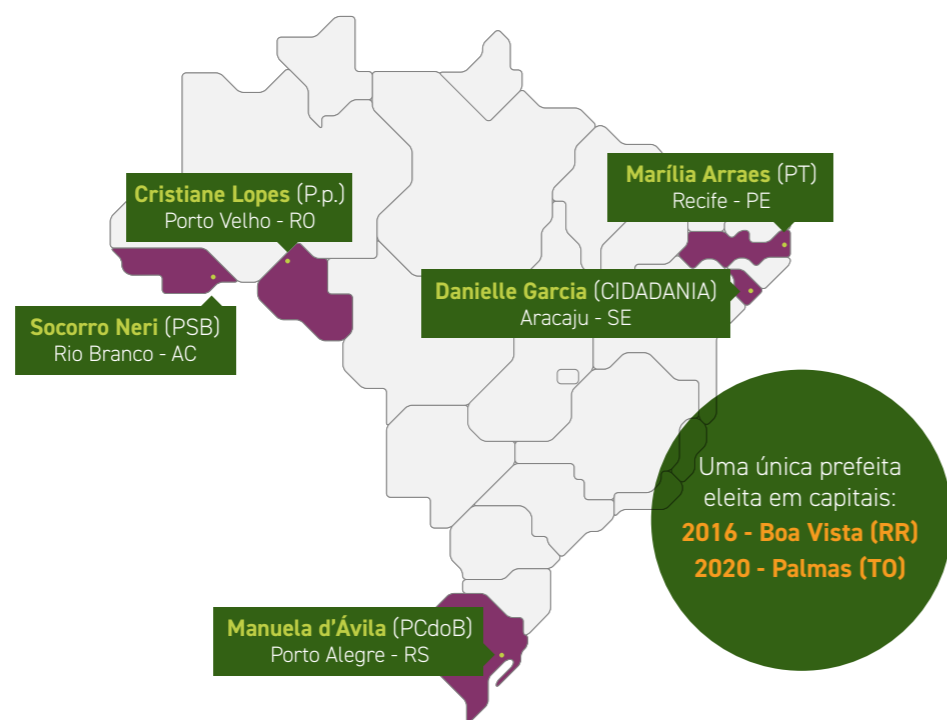


Fonte: TSE - Nov/2021



Já nas 26 capitais, o quadro se manteve estável, sem avanços significativos: apenas uma cidade elegeu uma mulher como prefeita nos dois últimos pleitos. Em 2016, Teresa Surita (MDB) foi reeleita prefeita em Boa Vista-RR e, em 2020, foi a vez da Prefeita Cinthia Ribeiro (PSDB) em Palmas-TO que também concorreu à reeleição, depois de assumir o cargo na condição de vice em decorrência da renúncia do titular em 2018. Apesar das mulheres terem disputado o segundo turno em cinco capitais (com destaque para as regiões norte e nordeste), nenhuma era negra. E mais nenhuma delas venceu.

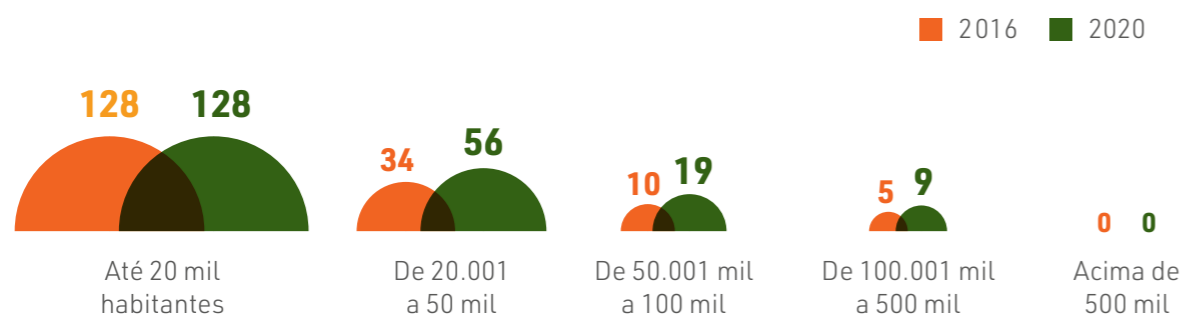
MAPA.1.5 - CAPITAIS COM MULHERES NA DISPUTA DO SEGUNDO TURNO POR REGIÃO EM 2020



Fonte: TSE - Nov/2021.

Nota-se um sutil aumento da presença de mulheres negras no comando dos municípios de maior porte, nas faixas populacionais que variam entre 20 mil e 500 mil pessoas. No entanto, não foram eleitas prefeitas negras em cidades com mais de 500 mil habitantes, conforme gráfico 1.8.

GRÁFICO 1.8 - PREFEITAS NEGRAS ELEITAS POR PORTE DE MUNICÍPIO 2016-2020 (% DE MUNICÍPIOS GOVERNADOS POR MULHERES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS EM CADA FAIXA POPULACIONAL)



Fonte: TSE - Nov/2021.

Dentre as dez cidades mais populosas governadas por mulheres negras, a maioria (seis) está localizada na região Nordeste, seguida pelo Norte e Sudeste (com duas cidades em cada).

TABELA 1.5 - DEZ MAIORES CIDADES GOVERNADAS POR PREFEITAS NEGRAS

Município	UF	Região	População	Prefeita eleita	Partido
Bauru	SP	Sudeste	374.272	Suellen S. Rosim	PATRIOTA
Lauro de Freitas	BA	Nordeste	195.095	Moema Isabel P. Gramacho	PT
Timon	MA	Nordeste	167.973	Dinair Sebastiana V. da Silva	PSB
Camaragibe	PE	Nordeste	156.736	Nadegi Alves de Queiroz	REPUBLICANOS
Abaetetuba	PA	Norte	156.292	Francineti Maria R. Carvalho	PSDB
Marituba	PA	Norte	129.321	Patricia Ronielly R. A. Mendes	REPUBLICANOS
Valinhos	SP	Sudeste	127.123	Lucimara Godoy Vilas Boas	PSD
Paço do Lumiar	MA	Nordeste	120.621	Maria Paula A. Desterro	PC do B
Eunápolis	BA	Nordeste	112.318	Cordelia Torres De Almeida	DEM
Bayeux	PB	Nordeste	96.550	Luciene Andrade G. Martinho	PDT

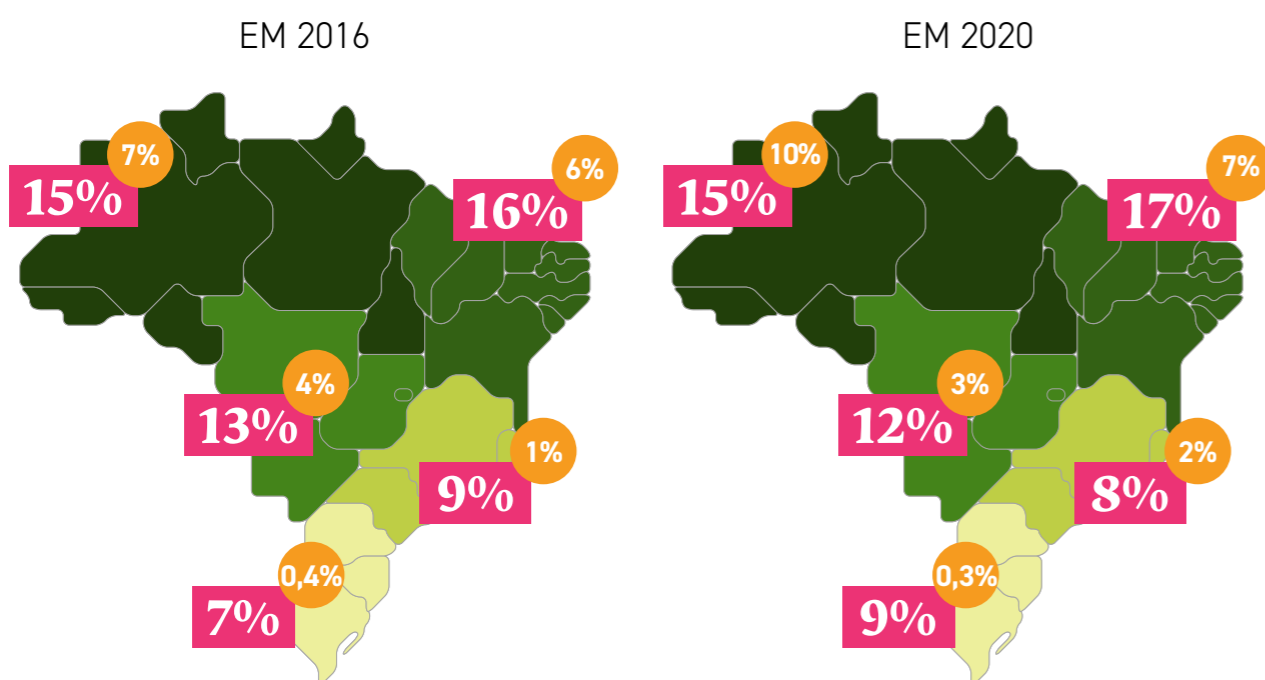
Fonte: TSE - Nov/2021.



Se olharmos para todas as regiões do Brasil, é possível constatar que a maior concentração de municípios governados por prefeitas negras se dá principalmente nas regiões Norte (10%), Nordeste (7%) e Centro-Oeste (3%), com menor presença no Sudeste (2%) e no Sul (0,3%). Comparativamente a 2016, as regiões Sul e Centro-este são as únicas que respondem por uma queda na proporção de mulheres negras eleitas para comandar os municípios:

**MAPA 1.6 - % DE PREFEITAS ELEITAS E DE PREFEITAS NEGRAS ELEITAS POR REGIÃO (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA REGIÃO)**

■ Norte ■ Nordeste ■ Centro-Oeste ■ Sudeste ■ Sul  
 ■ % de Prefeitas ■ % de Prefeitas Negras



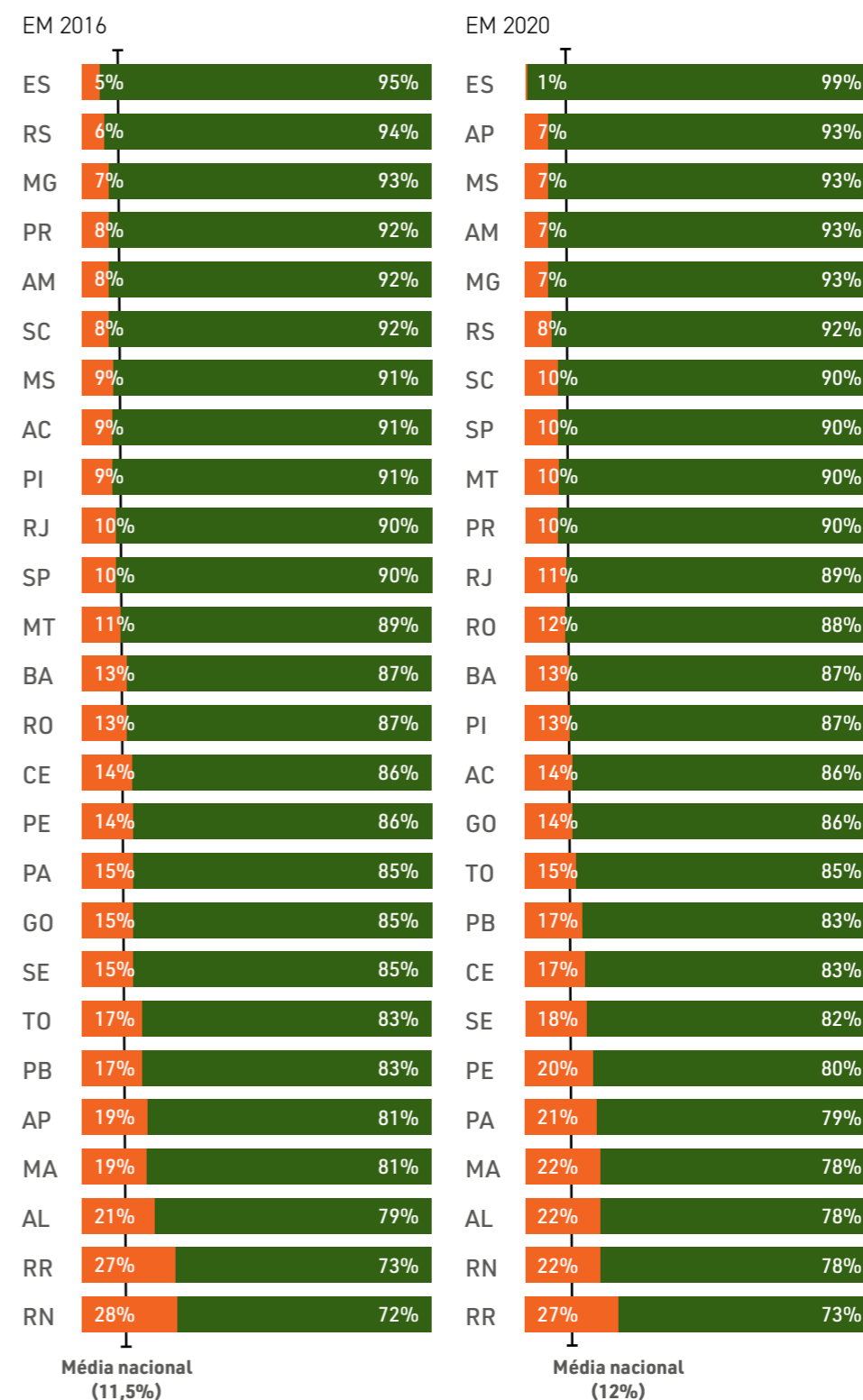
Fonte: TSE - Nov/2021.

Em um recorte por unidade federativa, o Espírito Santo segue com o pior índice de participação de mulheres na chefia do poder executivo local, tendo apresentado um recuo de 5% para 1% entre 2016 e 2020, assim como o Amapá que caiu de quinto para o penúltimo lugar do ranking, com taxas que retrocederam de 19% para 7% no mesmo período. Dentre os estados do norte e nordeste, Roraima (27%), Rio Grande do Norte (22%), Alagoas (22%) e Maranhão (22%) continuam apresentando um desempenho superior aos demais, cabendo um destaque para a melhoria dos índices de Pernambuco (19%), Pará (19%), Sergipe (19%), Ceará (17%) e Piauí (13%) no ano de 2020 comparativamente a 2016. Os estados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste seguem tendo um desempenho inferior à média nacional (12%) na eleição de mulheres para as prefeituras, com exceção de Goiás (14%) e do Rio de Janeiro (13%).

**GRÁFICO 1.9 - PREFEITAS E PREFEITOS ELEITOS EM CADA ESTADO (2016-2020)**

■ % de Prefeitas ■ % de Prefeitos

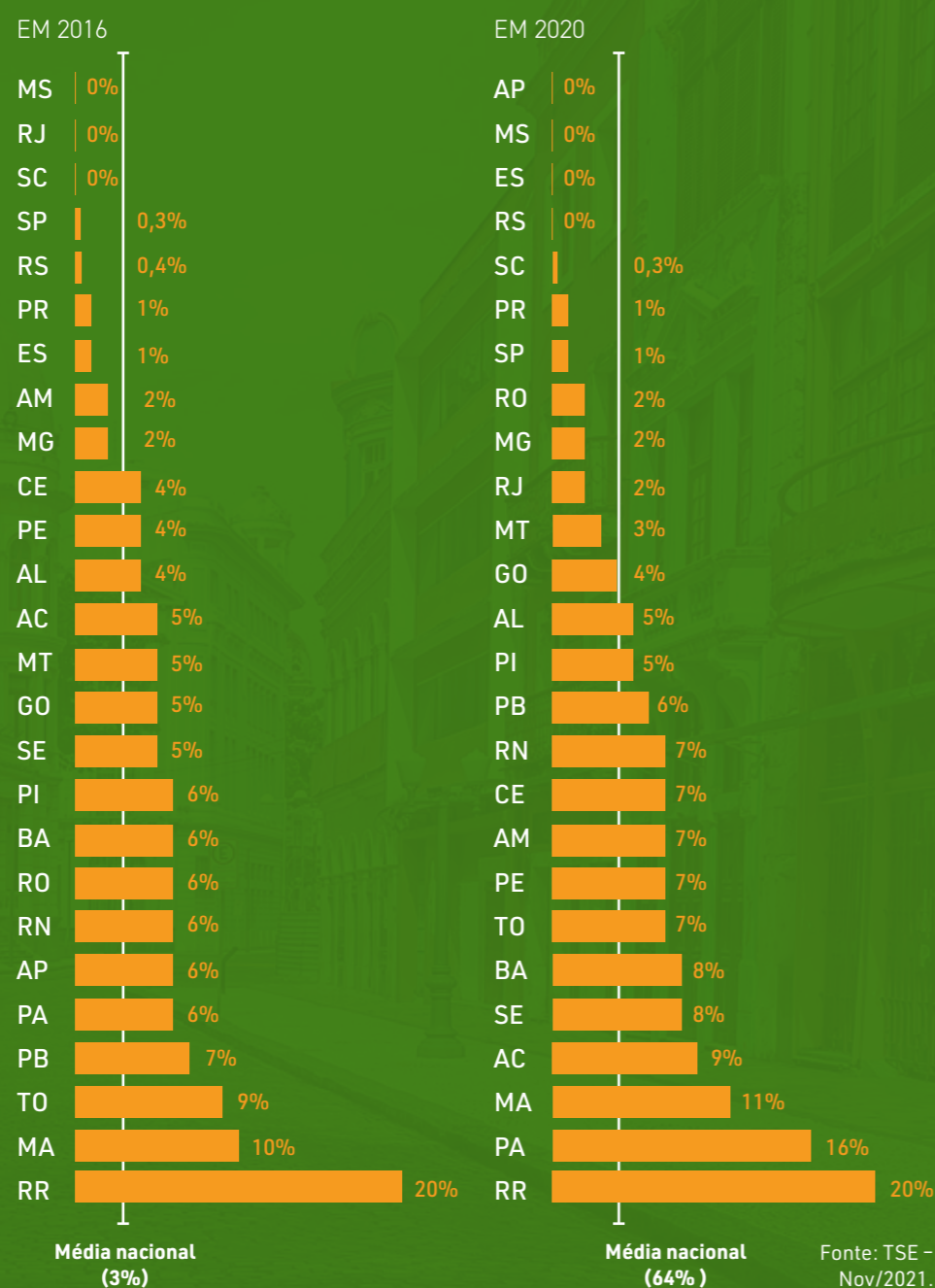
Fonte: TSE - Nov/2021.





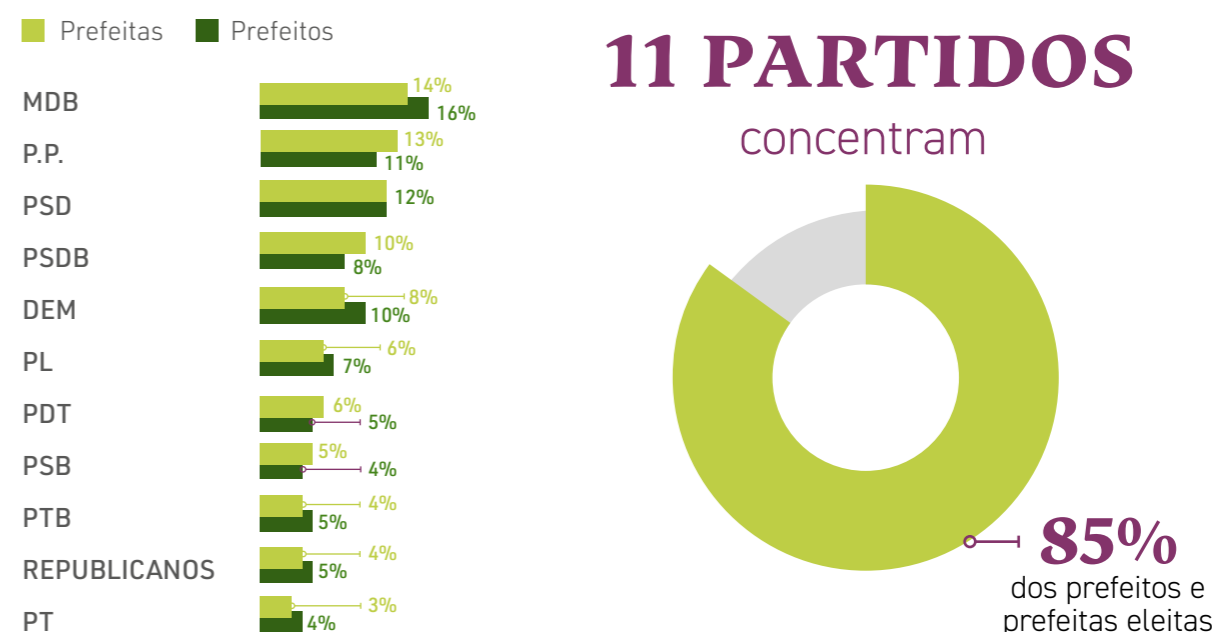
Em 2020, Roraima destacou-se não apenas pela eleição de prefeitas (27%), como também por mulheres negras (20%). Vale lembrar, no entanto, que se trata de um Estado com um número muito baixo de municípios. Na região Norte, apenas Rondônia (2%) e Amapá (0%) estão localizados abaixo da média nacional de Prefeitas negras (4%), cabendo um destaque para o Pará que subiu de 6% para 16% entre 2016 e 2020, passando a ocupar o segundo lugar do ranking nacional. Já o Amapá passou da quinta para a última posição, empatado com Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, Estados que não elegeram nenhuma mulher negra para comandar o executivo municipal. No Nordeste, todos os Estados possuem indicadores acima da média nacional, enquanto os Estados do Sul e do Sudeste seguem com as piores taxas de eleição de prefeitas negras do país.

**GRÁFICO 1.10- % DE PREFEITAS NEGRAS ELEITAS EM CADA ESTADO (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA ESTADO)**



Em termos partidários, vemos que onze legendas concentraram 85% das prefeitas e prefeitos eleitos em 2020. São elas: MDB, P.p., PSD, PSDB, DEM, PL, PDT, PSB, PTB, REPUBLICANOS e PT. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) lidera o ranking, concentrando 14% das prefeitas e 16% dos prefeitos do país.

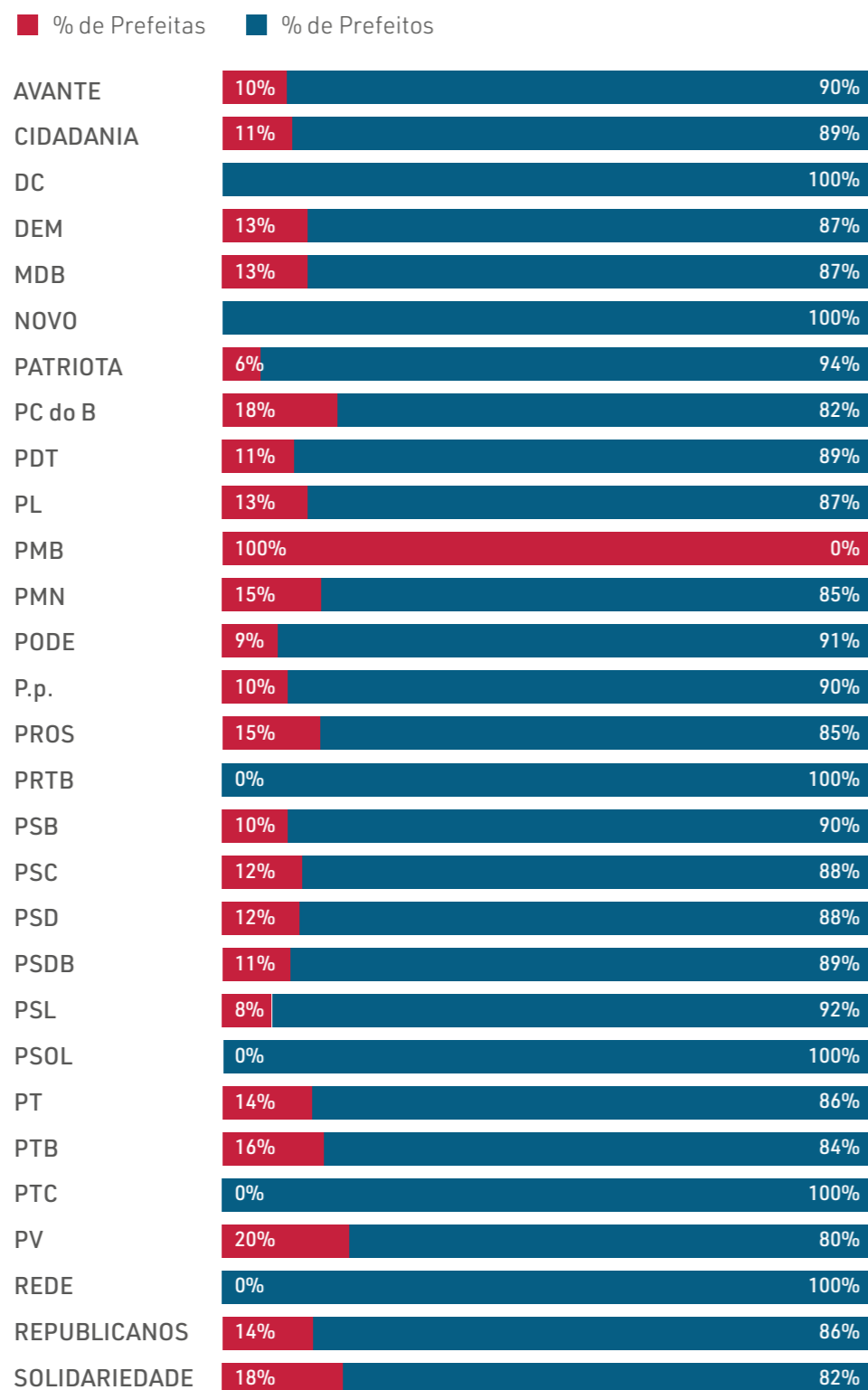
**GRÁFICO 1.11- % PREFEITAS ELEITAS POR PARTIDO (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS E PREFEITOS ELEITOS NO PAÍS)**



As mulheres variam entre 0% e 20% das pessoas eleitas para as prefeituras em todos os partidos, exceto no caso do PMB que atingiu 100%, como indica o gráfico 1.12. Isso porque a sigla venceu as eleições para o executivo em uma única cidade com uma prefeita.

**Mulheres variam entre 0% e 20% das pessoas eleitas para as prefeituras em todos os partidos**

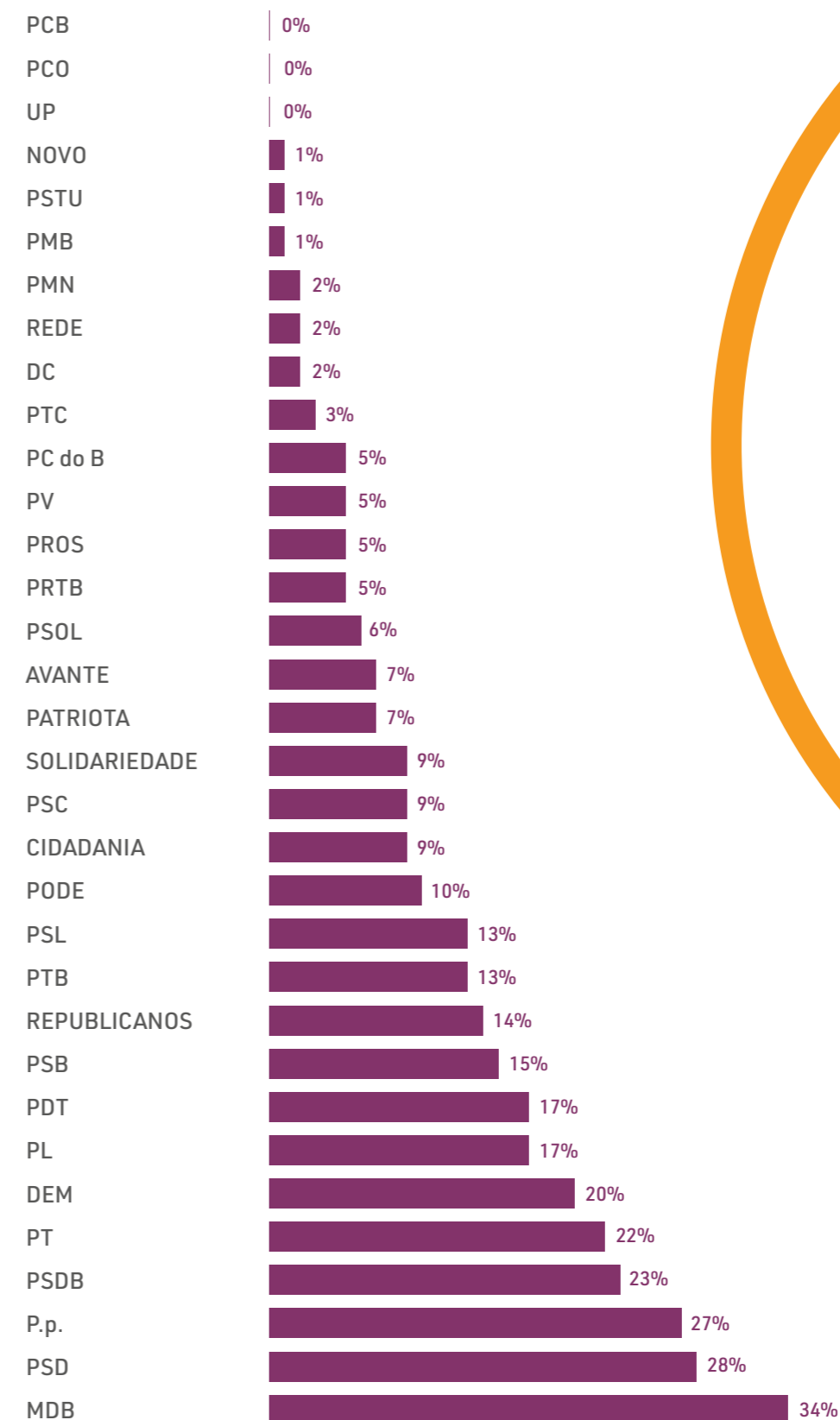
**GRÁFICO 1.12 - PREFEITAS ELEITAS POR PARTIDO (2020)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PESSOAS ELEITAS POR CADA PARTIDO)



Fonte: TSE - Nov/2021.

Os únicos partidos que lançaram candidaturas a prefeitura em mais de 20% dos municípios do país em 2020 foram: MDB (34%), PSD (28%), P.p. (27%), PSDB (23%), PT (22%) e DEM (20%), conforme demonstra o gráfico 1.13.

**GRÁFICO 1.13- MUNICÍPIOS COM CANDIDATURAS A PREFEITURA LANÇADAS POR CADA PARTIDO EM 2020 (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO PAÍS)**

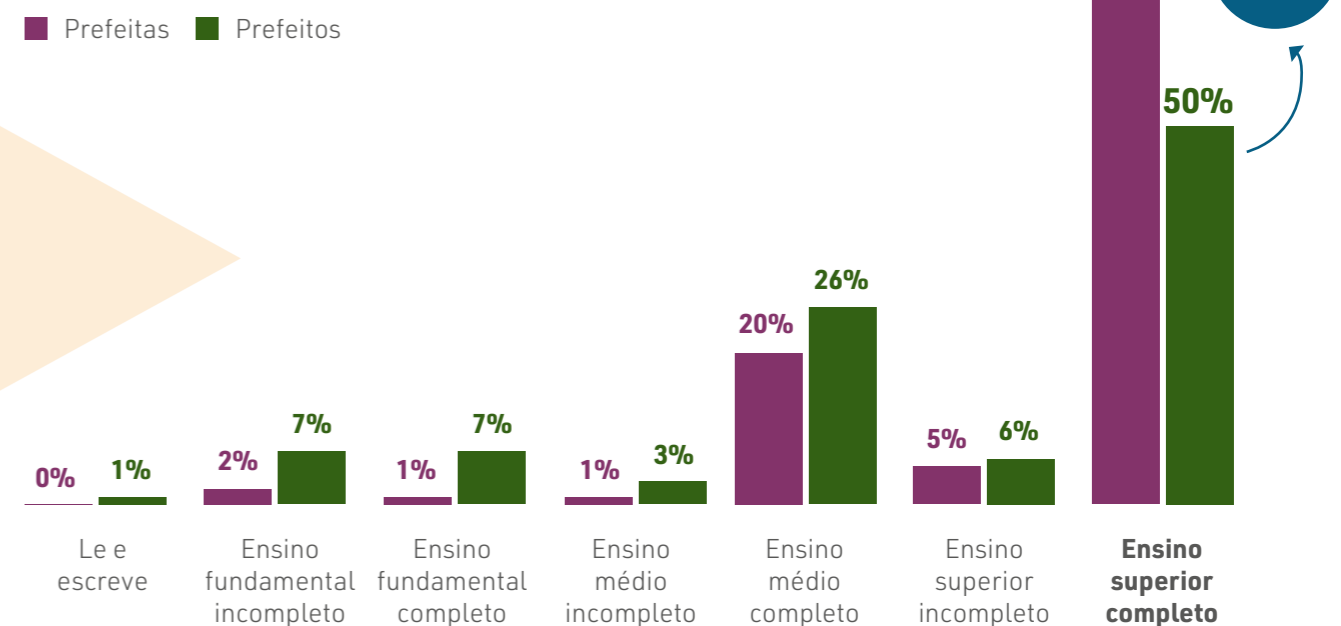


Fonte: TSE - Nov/2021.

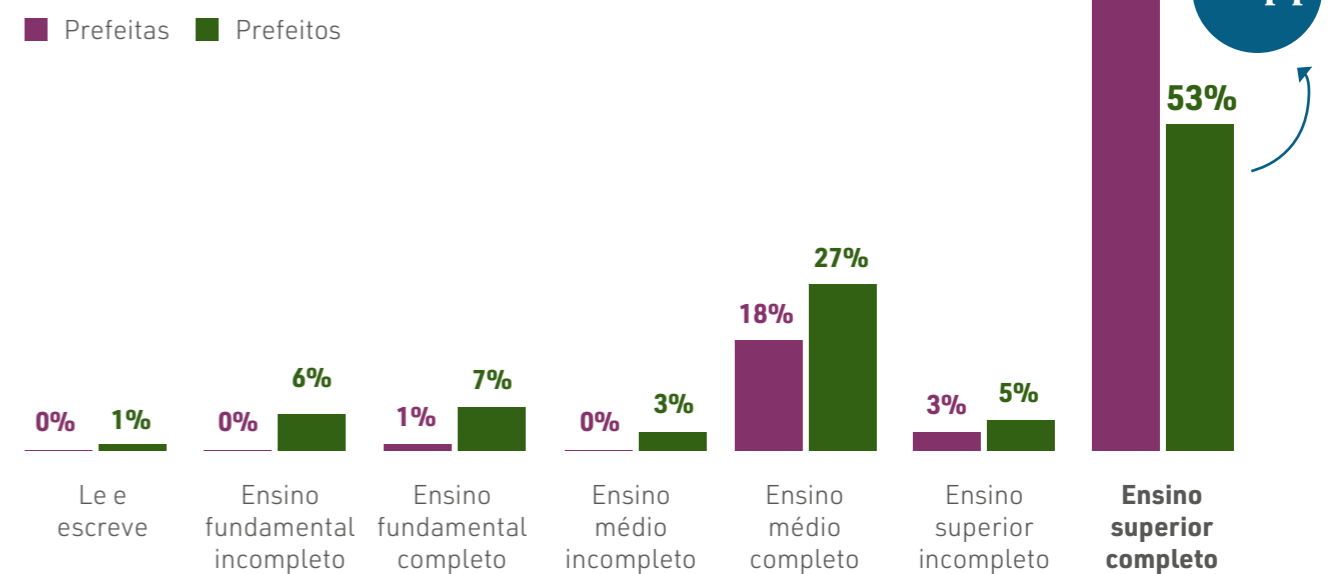


Em relação à escolaridade das prefeitas, é interessante notar que elas acumulam mais anos de estudo do que os homens que ocupam o mesmo posto. Enquanto 77% das mulheres eleitas para o executivo municipal possuem ensino superior completo, isso é válido para apenas 53% dos prefeitos, o que significa uma diferença de 24 pontos percentuais. Esse abismo cresceu ainda mais em relação a 2016, quando a variação entre prefeitas e prefeitos que concluíram a universidade era de 21 pontos percentuais, conforme gráfico 1.14.

**GRÁFICO 1.14 – PREFEITOS E PREFEITAS POR ESCOLARIDADE (2016)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADA SEXO)



**GRÁFICO 1.15 – PREFEITOS E PREFEITAS POR ESCOLARIDADE (2020)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADA SEXO)



Fonte: TSE - Nov/2021.

Quando analisamos as 15 profissões mais comuns de Prefeitas e Prefeitos, identificamos algumas tendências relacionadas à divisão sexual do trabalho. Enquanto algumas ocupações se repetem em ambos grupos, tais como: empresário/, advogado/a, médico/a, servidor/a público/a, administrador/a e aposentado/a, outras aparecem apenas em uma das listas. É o caso das professoras, pedagogas, enfermeiras e assistentes sociais que constam apenas no topo do ranking de profissão das prefeitas. Já os agricultores, comerciantes, engenheiros, pecuaristas e produtores agropecuários são mais recorrentes apenas no grupo de prefeitos.

Nos dois casos, a profissão mais comum coincide: são prefeitos e prefeitas que pleitearam sua reeleição. Também constam nas duas listas vereadores e vereadoras que resolveram disputar as eleições para o poder executivo e venceram.

### QUADRO 1.1 - 15 PROFISSÕES MAIS FREQUENTES ENTRE PREFEITAS E PREFEITOS ELEITOS EM 2020

#### PREFEITAS

-  Empresária
-  Professora de ensino fundamental
-  Advogada
-  Servidora pública municipal
-  Servidora pública estadual
-  **Pedagoga**
-  Vereadora
-  **Professora de ensino médio**
-  Administradora
-  **Enfermeira**
-  Médica
-  **Assistente social**
-  Aposentada (exceto servidora pública)

#### PREFEITOS

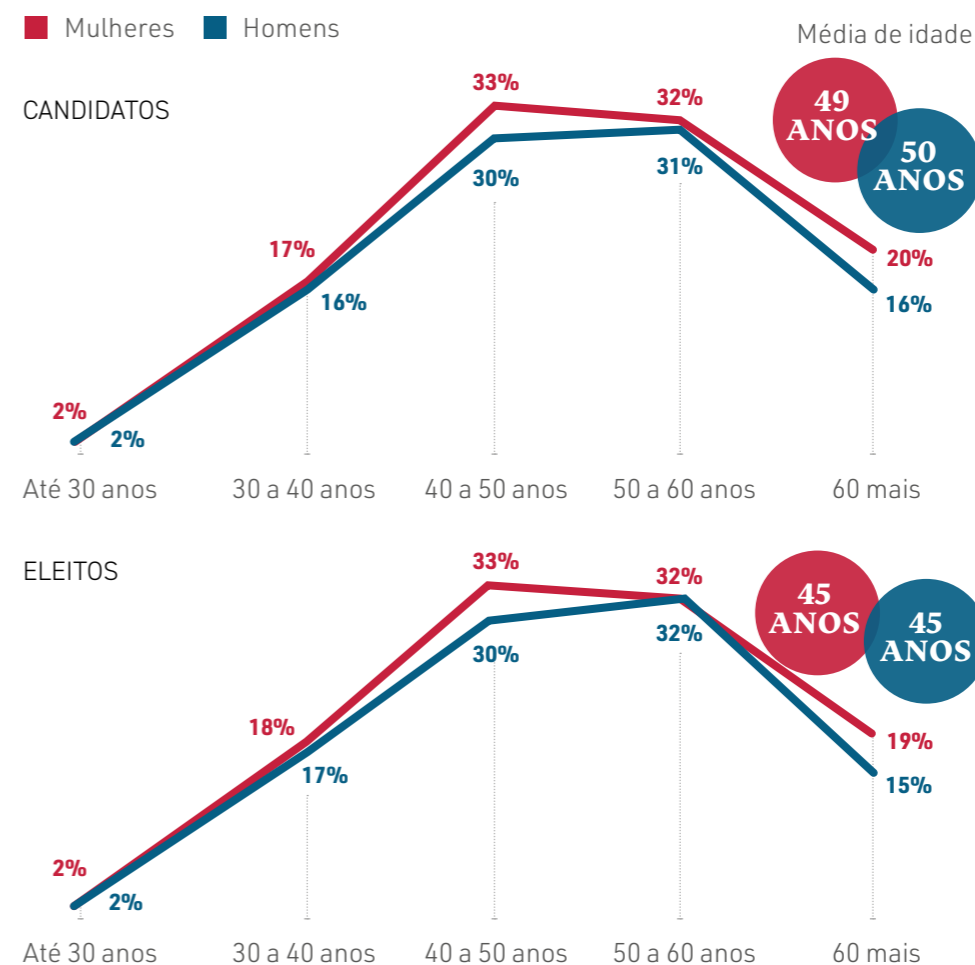
-  Empresário
-  **Agricultor**
-  Advogado
-  Médico
-  **Comerciante**
-  Servidor público municipal
-  Administrador
-  Vereador
-  **Engenheiro**
-  **Pecuarista**
-  **Produtor agropecuário**
-  Aposentado (exceto servidor público)
-  Servidor público estadual

Fonte: TSE - Nov/2021.

■ Ocupações mais frequentes para prefeitos e prefeitas   ■ Ocupações mais frequentes exclusivamente no grupo de Prefeitas   ■ Ocupações mais frequentes exclusivamente no grupo de Prefeitos

Em relação à idade, as mulheres são mais presentes nas faixas mais jovens (até 60 anos) em comparação com os homens tanto no grupo de candidaturas quanto de pessoas eleitas. Enquanto 20% dos candidatos possuem mais de 60 anos, o mesmo é válido apenas para 16% das candidatas. Entre os eleitos, 19% dos homens e 15% das mulheres possuem mais de 60 anos. A grande maioria dos homens e mulheres concentram-se nas faixas entre 30 e 60 anos. No entanto, se considerarmos que quase metade da população brasileira é formada por jovens de até 30 anos, constata-se a baixa presença desse grupo no poder executivo municipal.

### GRÁFICO 1.16 - FAIXA ETÁRIA DE CANDIDATOS/AS E ELEITOS/AS NAS PREFEITURAS (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADA SEXO)



Fonte: TSE - Nov/2021.

**Entre as 15 profissões mais comuns entre Prefeitos e Prefeitas, constam alguns padrões relacionados à divisão sexual do trabalho.**

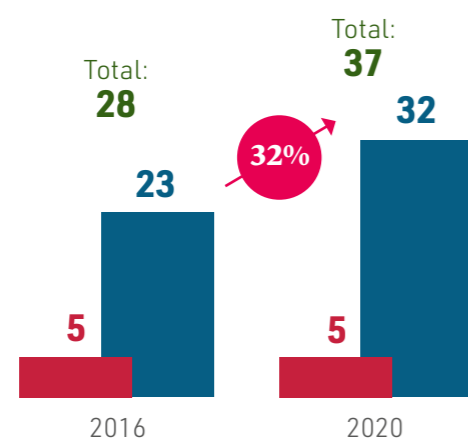


## A representatividade indígena nas eleições para o executivo municipal (2016-2020)

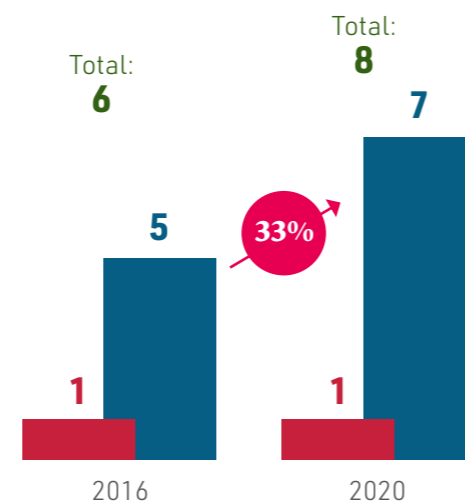
Do ponto de vista da participação política, a população indígena também enfrenta um grave problema da sub-representação no poder executivo municipal. Apesar das candidaturas indígenas terem crescido 32% entre 2016 e 2020, puxado essencialmente pelos homens, os números absolutos são ainda muito pequenos. O mesmo raciocínio vale para a quantidade de prefeituras comandadas por indígenas que cresceu 50% em 2020, mas totalizam apenas 9 municípios em todo o Brasil em termos absolutos.

**GRÁFICO 1.17 – CANDIDATURAS INDÍGENAS PARA AS PREFEITURAS POR GÊNERO (2016-2020)**

■ Mulheres ■ Homens



**GRÁFICO 1.18 - INDÍGENAS ELEITOS PARA AS PREFEITURAS POR GÊNERO (2016-2020)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

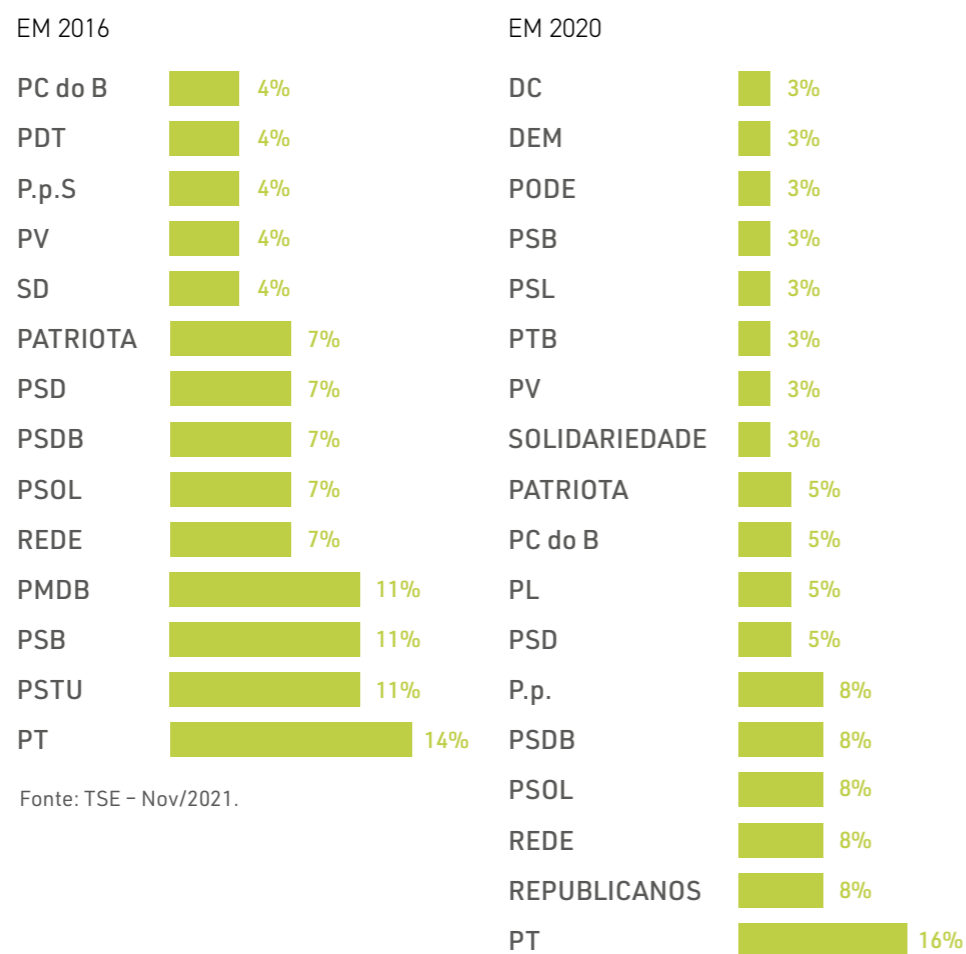
Os representantes indígenas no executivo municipal concentram-se principalmente nos Estados da região Norte, mas há presença indígena nas prefeituras também do Nordeste, Sudeste e Sul, conforme mapa 1.7..

**MAPA 1.7: PREFEITOS E PREFEITAS INDÍGENAS POR UF (2020)**



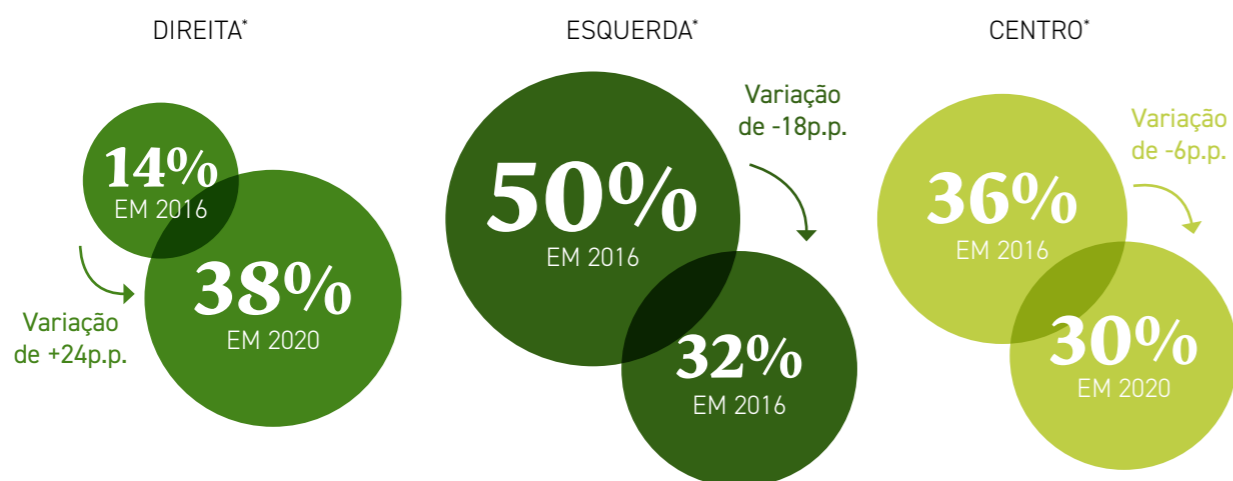
Em relação aos partidos, vemos que o PT concentrou a maior proporção de candidaturas indígenas para as prefeituras tanto em 2016 quanto em 2020, seguido pelo PSTU, PSB e PMDB (11% cada) em 2016 e pelo REPUBLICANOS, REDE, PSOL, PSDB e P.p. (8% cada) em 2020, conforme gráfico 1.19. No período analisado, nota-se um crescimento de 24 pontos percentuais de candidaturas nas legendas classificadas mais à direita e uma queda de 18 pontos percentuais nas siglas posicionadas mais à esquerda, como indicado no gráfico 1.20.

**GRÁFICO 1.19 – DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS PARA PREFEITURA POR PARTIDO (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS INDÍGENAS)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

**GRÁFICO 1.20 - DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS PARA VEREANÇA, SEGUNDO ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS (2016-2020)**

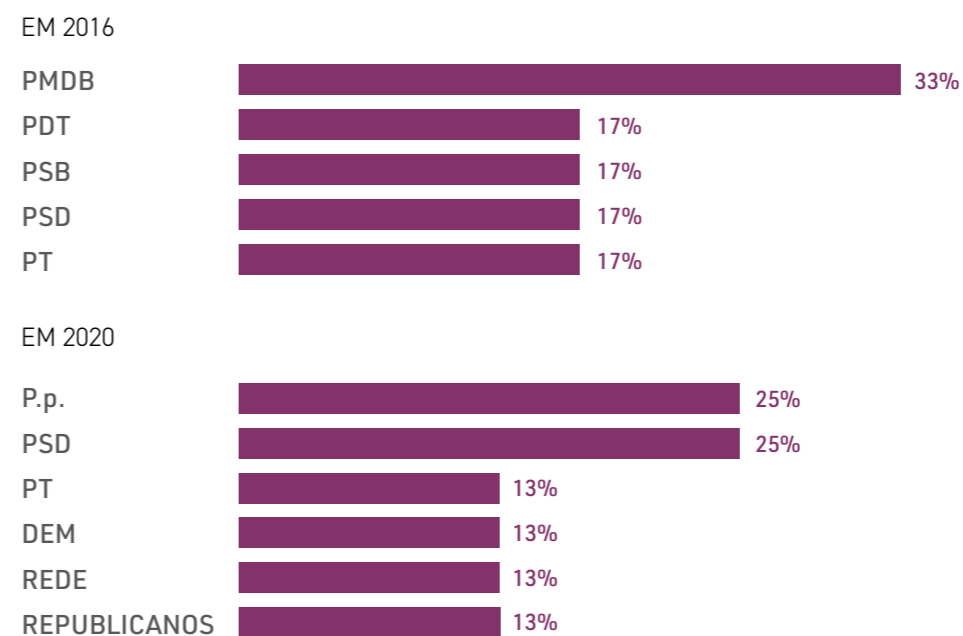


Fonte: TSE - Nov/2021.

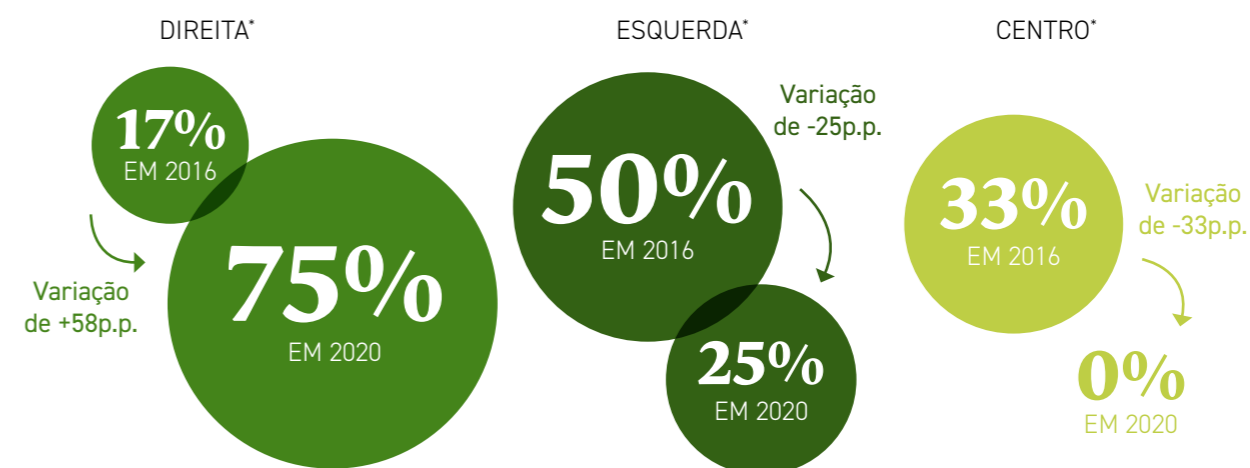
\*Tipologia dos partidos de direita no Brasil, uma classificação empírica. Disponível em: <[https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229\\_a02.pdf](https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229_a02.pdf)>

Em relação aos eleitos para o poder executivo, o MDB/PMDB reuniu a maior parcela de prefeitos e prefeitas indígenas em 2016 (33%), seguido pelo PDT (17%), PSB (17%), PSD (17%) e PT (17%) que ficaram empatados no segundo lugar do ranking. Já em 2020, P.p. e PSD elegeram metade dos prefeitos e prefeitas indígenas, sendo cada um responsável por 25% dessa fatia. No período analisado, nota-se um aumento de 58 pontos percentuais de indígenas eleitos para o executivo municipal em legendas classificadas mais à direita, conforme gráfico 1.22.

**GRÁFICO 1.21- DISTRIBUIÇÃO DE PREFEITOS E PREFEITAS INDÍGENAS POR PARTIDO (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITURAS COMANDADAS POR INDÍGENAS)**



**GRÁFICO 1.22 - DISTRIBUIÇÃO DE PREFEITOS E PREFEITAS INDÍGENAS, SEGUNDO ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS (2016-2020)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

\*Tipologia dos partidos de direita no Brasil, uma classificação empírica. Disponível em: <[https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229\\_a02.pdf](https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229_a02.pdf)>



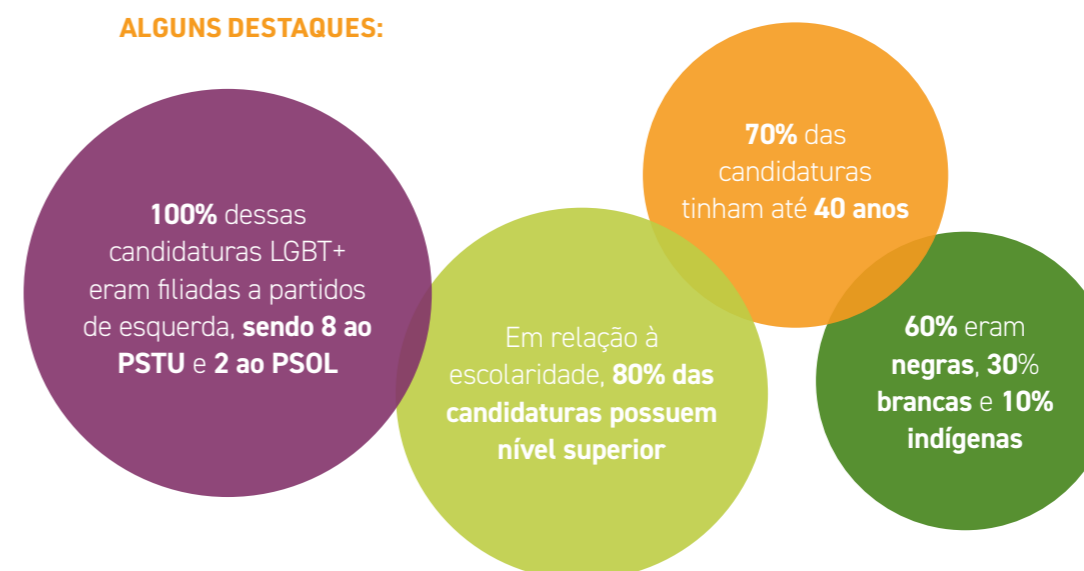
## Uma análise da representatividade LGBTQ+ nas eleições para o executivo municipal (2016-2020)

Nas eleições de 2020, **candidaturas trans foram autorizadas a utilizar o nome social nas urnas pela primeira vez**. Apesar disso, os partidos e os tribunais eleitorais não atualizaram seus cadastros com a autodeclaração relacionada à orientação sexual e identidade de gênero a partir de marcadores não binários, de modo que a identificação de candidaturas trans e LGBTQ+ como um todo ainda é um enorme desafio por conta de uma enorme lacuna na coleta de dados.

Em uma análise cuidadosa dos dados disponibilizados pela justiça eleitoral, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) identificou casos de adoção de nome social por pessoas cisgênero, o que indica necessidade de aprimoramento na metodologia de registro das candidaturas no país para abarcar toda a diversidade presente na sociedade brasileira.

**Esforços recentes de mapeamento<sup>1</sup> das candidaturas LGBTQ+ identificaram 10 candidaturas LGBTQ+ para o poder executivo em 2020, sendo 6 para o cargo de prefeito e 4 para vice-prefeito.**

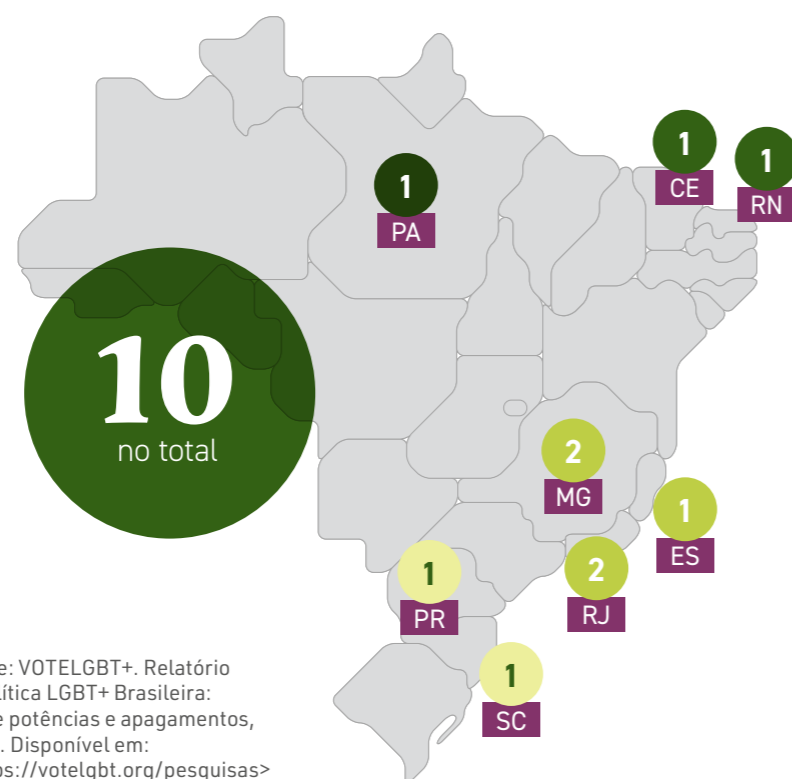
### ALGUNS DESTAQUES:



<sup>1</sup> #VOTELGBT+. Relatório A Política LGBTQ+ Brasileira: entre potências e apagamentos, 2022. Disponível em: <<https://votelgbt.org/pesquisas>>

Do ponto de vista territorial, essas candidaturas estavam distribuídas, conforme mapa 1.6.

### MAPA 1.8- CANDIDATURAS LGBT+ A PARA PREFEITURAS E VICE-PREFEITURAS EM 2020



Fonte: VOTELGBT+. Relatório A Política LGBT+ Brasileira: entre potências e apagamentos, 2022. Disponível em: <<https://votelgbt.org/pesquisas>>

Em relação às candidaturas trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) identificou apenas duas candidaturas trans à prefeitura nos dois últimos pleitos. Em 2016, havia uma no município de Caraguatatuba-SP e outra em Alagoinhas-BA. Em 2020, esse montante se manteve estável, com uma candidatura trans à prefeitura na cidade de Curitiba-PR e outra em Viçosa-MG, além de uma candidatura à vice-prefeitura em São Caetano do Sul-SP.

### GRÁFICO 1.20 - CANDIDATURAS TRANS PARA PREFEITURA (2016-2020)



Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Os poucos dados disponíveis nos informam que a participação eleitoral de pessoas LGBT+ ainda é rara na disputa pelo poder executivo. No entanto, esse quadro se modificou um pouco mais no poder legislativo em 2020. O aumento do debate público sobre a necessidade de políticas públicas para pessoas LGBT+ aliado a uma crescente ameaça a seus direitos a partir da ascensão de grupos conservadores na política, geraram um crescimento importante de candidaturas de pessoas LGBT+ para as câmaras municipais. No próximo capítulo, lançaremos um olhar sobre a vereança para entender como se comportam esses diferentes indicadores no poder legislativo local.





# 2.

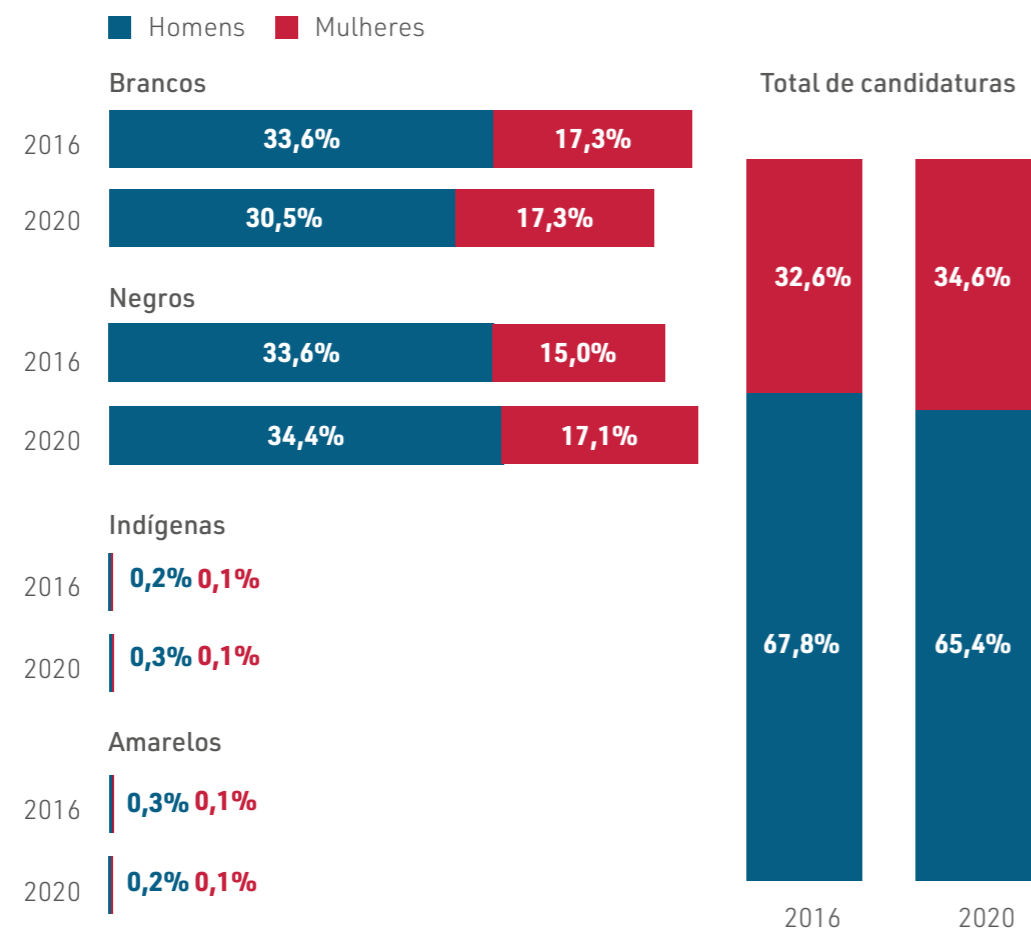
As câmaras de vereadores em 2016 e 2020

## Perfil das candidaturas

Se nas prefeituras, as mulheres não chegaram a perfazer 15% das candidaturas em 2020, a situação foi diferente nas câmaras municipais, onde elas representam 35% dos candidatos, um aumento de 2 pontos percentuais em relação a 2016, como demonstra o gráfico 2.1.

Dentre outros fatores, esses índices foram influenciados pela política de cotas que, desde 2009, obriga os partidos preencher de fato suas listas com pelo menos 30% de candidaturas de cada sexo (na prática, mulheres), não bastando apenas reservar as vagas para eventuais interessadas<sup>1</sup>. Vale lembrar que antes dessa regra entrar em vigor, as mulheres respondiam por apenas 22% das candidaturas a vereança em 2008 e passaram a compor 32% das listas partidárias nas eleições municipais de 2012. Ainda que algumas legendas tenham encontrado formas de burlar a norma por meio de candidaturas fictícias de mulheres, essa ação afirmativa tem cumprido um papel importante no sentido de ampliar a presença feminina nas eleições proporcionais, sendo necessário, contudo, fiscalizar continuamente sua implementação.

**GRÁFICO 2.1 – CANDIDATURAS À VEREANÇA POR GÊNERO E RAÇA (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

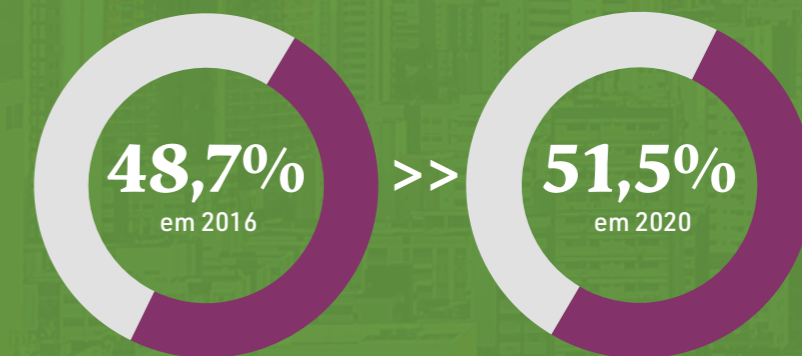
<sup>1</sup> Conforme lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009.

## EM 2016 E 2020:



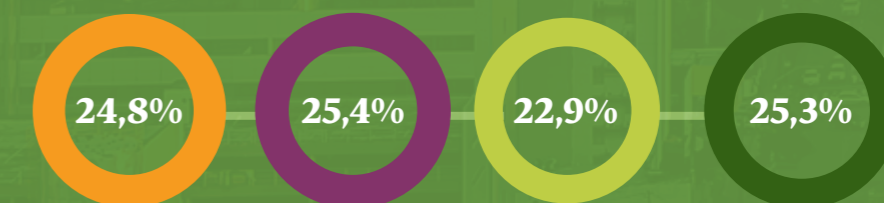
para cada candidata mulher, havia dois candidatos homens às câmaras municipais

**Pela primeira vez, as candidaturas negras para as câmaras municipais foram a maioria**



## Na população

Mulheres brancas Mulheres negras Homens brancos Homens negros



## Nas candidaturas à vereança



Fonte: TSE - Nov/2021, Censo IBGE 2010.

Entre os partidos, são comuns as queixas relacionadas a dificuldades para cumprir a reserva de vagas imposta pela legislação, tendo por base o argumento de que faltaria vontade ou interesse das mulheres de participar da política<sup>2</sup>. Pouco se discute, no entanto, a respeito das distintas barreiras que incidem sobre a participação feminina no processo eleitoral e sobre a responsabilidade das próprias legendas para que as desigualdades de gênero e raça presentes na sociedade não se expressem de forma tão contundente no interior de suas estruturas e nas práticas que adotam para o recrutamento, seleção e suporte às candidaturas.

Entre 2016 e 2020, a quantidade de municípios brasileiros onde as mulheres foram menos de 30% das candidaturas caiu de 378 para 45. **Interessante notar que, em 2016, o patamar mínimo de candidaturas femininas estipulado pela legislação não foi alcançado principalmente nas cidades de maior porte populacional, mas essa tendência foi alterada em 2020**, como indica a tabela 2.1.

**TABELA 2.1: MUNICÍPIOS COM MENOS DE 30% DE MULHERES CANDIDATAS A VEREANÇA (2016)**

Em 2016				
Porte do município	População	Municípios com menos de 30% de mulheres candidatas (N)	Municípios com menos de 30% de mulheres candidatas (%)	Total de municípios por porte
Pequeno I	Até 20 mil habitantes	186	5%	3.810
Pequeno II	De 20.001 a 50 mil	100	9%	1.101
Médio	De 50.001 mil a 100 mil	52	15%	350
Grande	De 100.001 mil a 900 mil	36	12%	292
Metrópole	Acima de 900.001	4	24%	17
<b>Total</b>		<b>378</b>	<b>7%</b>	<b>5.570</b>

**TABELA 2.2: MUNICÍPIOS COM MENOS DE 30% DE MULHERES CANDIDATAS A VEREANÇA (2020)**

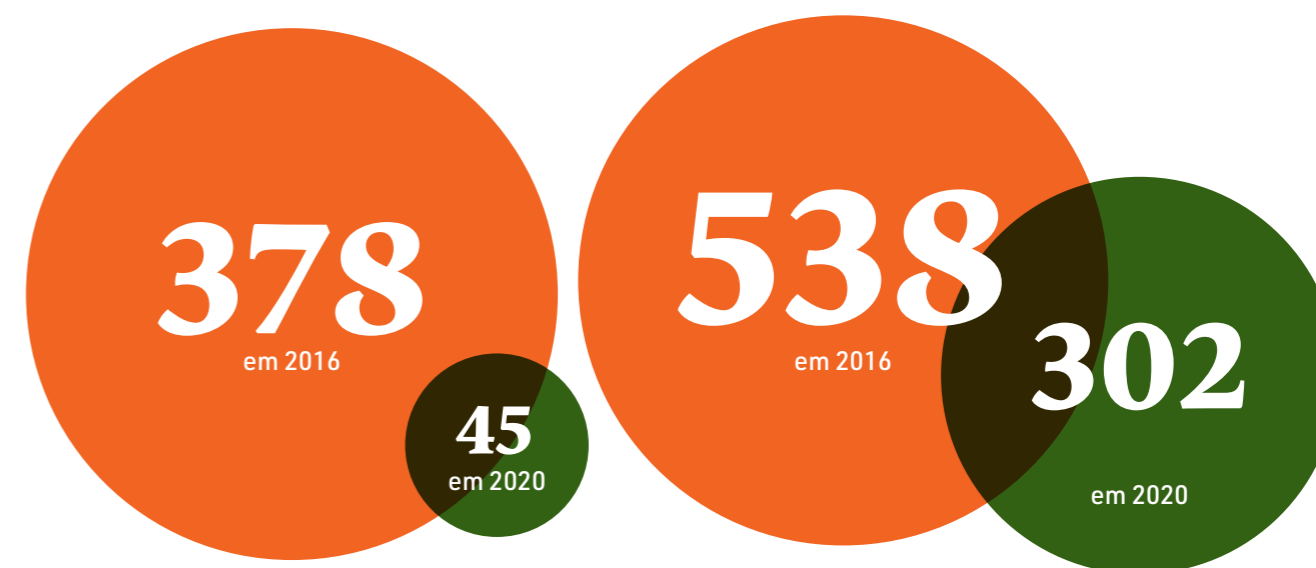
Em 2020				
Porte do município	População	Municípios com menos de 30% de mulheres candidatas (N)	Municípios com menos de 30% de mulheres candidatas (%)	Total de municípios por porte
Pequeno I	Até 20 mil habitantes	39	1%	3.783
Pequeno II	De 20.001 a 50 mil	4	0,4%	1.110
Médio	De 50.001 mil a 100 mil	2	0,6%	351
Grande	De 100.001 mil a 900 mil	0	0%	307
Metrópole	Acima de 900.001	0	0%	19
<b>Total</b>		<b>45</b>	<b>0,8%</b>	<b>5.570</b>

Fonte: IBGE e TSE - Nov/2021

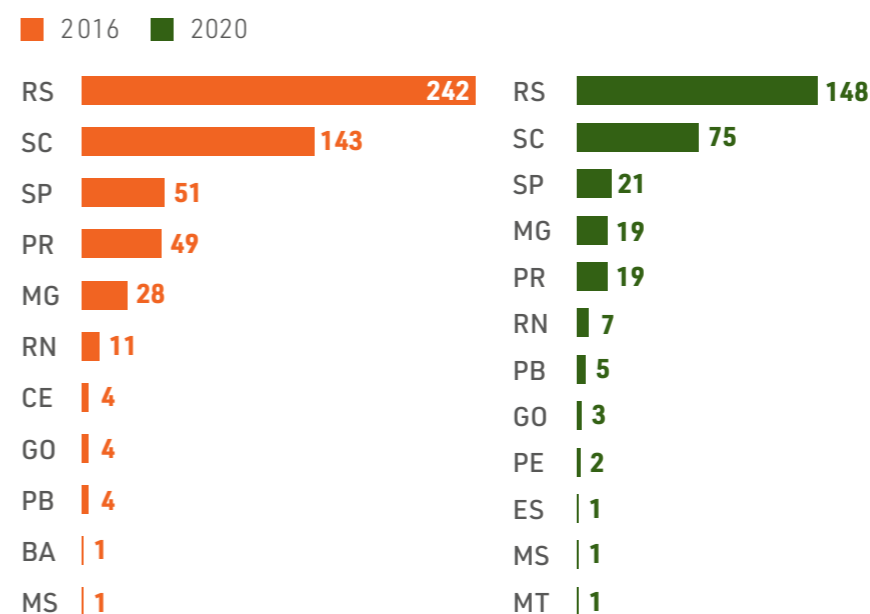
Foi possível identificar ainda 302 municípios em 2020 (5% do total) sem mulheres negras candidatas para as câmaras municipais, um recuo em relação a 2016, quando eram 538 cidades (10% do total) nessa mesma situação. Esses municípios concentram-se principalmente nos Estados das regiões sul e sudeste, conforme demonstra o gráfico 2.2.

**Municípios com menos de 30% de mulheres candidatas**

**Municípios sem candidatas negras**



**GRÁFICO 2.2 - MUNICÍPIOS SEM CANDIDATURAS DE MULHERES NEGRAS PARA VEREANÇA POR UF (2016-2020)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

Para aprofundar esse debate, sugere-se ainda: NOTA TÉCNICA Nº 2 - A CULPA NÃO É DAS MULHERES: O ARTIGO 190 DO NOVO CÓDIGO ELEITORAL E O ESPAÇO VAZIO NAS LISTAS PARTIDÁRIAS NAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018 Autoras1 : Clara Araújo - professora e pesquisadora do PPCIS/UERJ Ligia Fabris - professora e pesquisadora da FGV Direito Rio Michelle Ferreti - pesquisadora e diretora do Instituto Alziras. Disponível em: <http://clam.org.br/uploads/arquivo/NT%202%20-%20A%20culpa%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20das%20mulheres(1).pdf >

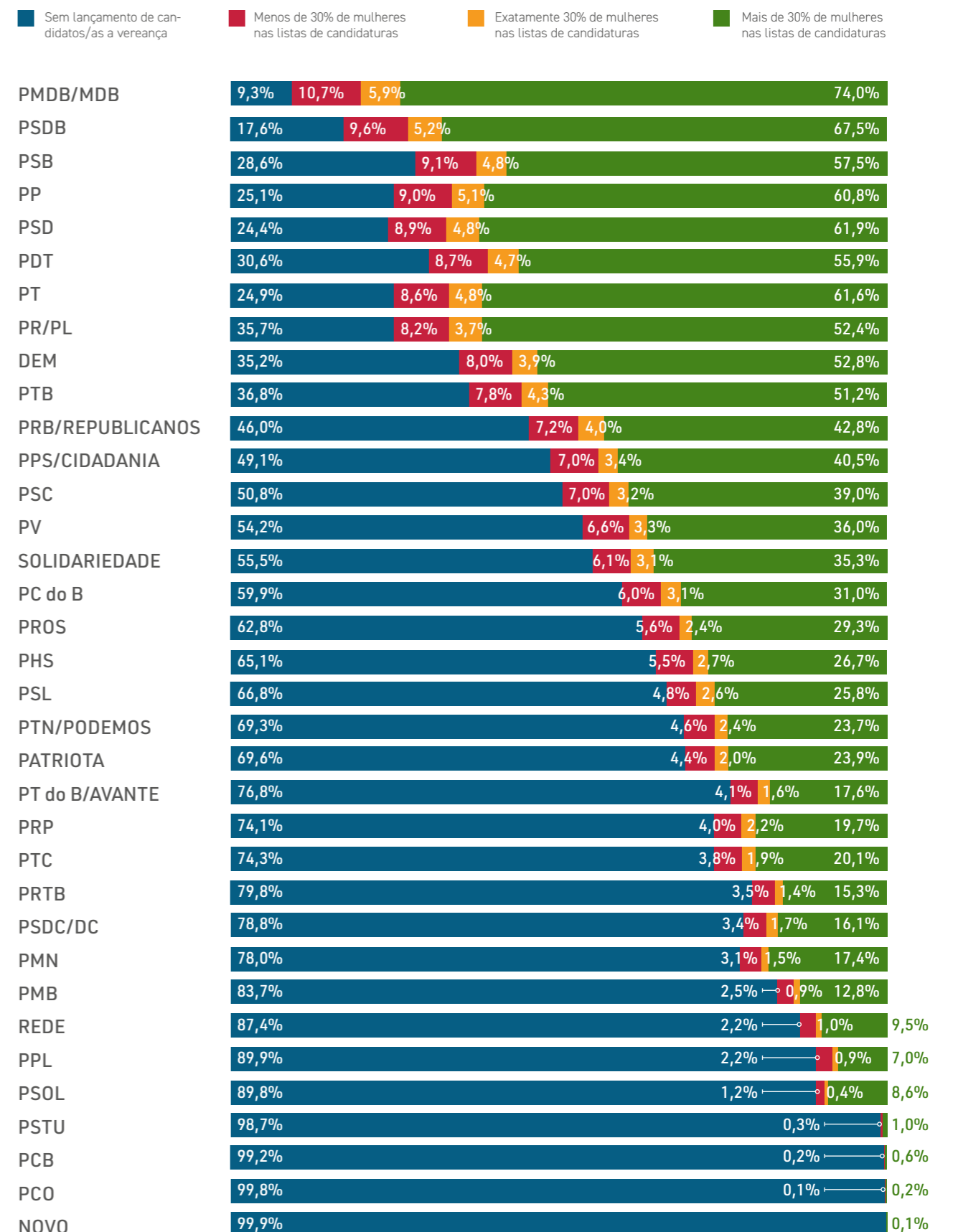


Uma análise comparativa das listas de candidaturas registradas pelos partidos para concorrer ao cargo de vereador/a indica que **houve, de modo geral, uma melhoria no cumprimento das cotas de candidaturas de mulheres pelos partidos entre 2016 e 2020**. Os dados sugerem que o fim das coligações pode ter contribuído para esse resultado, já que os partidos acabaram reduzindo a abrangência territorial de suas candidaturas, como revela o gráfico 2.3.

O PMDB/MDB, por exemplo, liderou o ranking de descumprimento das cotas de gênero em 2016, deixando de registrar o patamar mínimo de candidaturas femininas estipulado pela legislação em 10,7% dos municípios brasileiros. Em 2020, isso se repetiu em apenas 2,5% das cidades. Vale observar, contudo, que a legenda participou da disputa eleitoral para vereança em 90,7% dos municípios em 2016, seja isoladamente ou por meio de coligação. Quatro anos depois, o MDB lançou candidaturas em 59,9% dos municípios brasileiros, uma queda de 30 pontos percentuais.

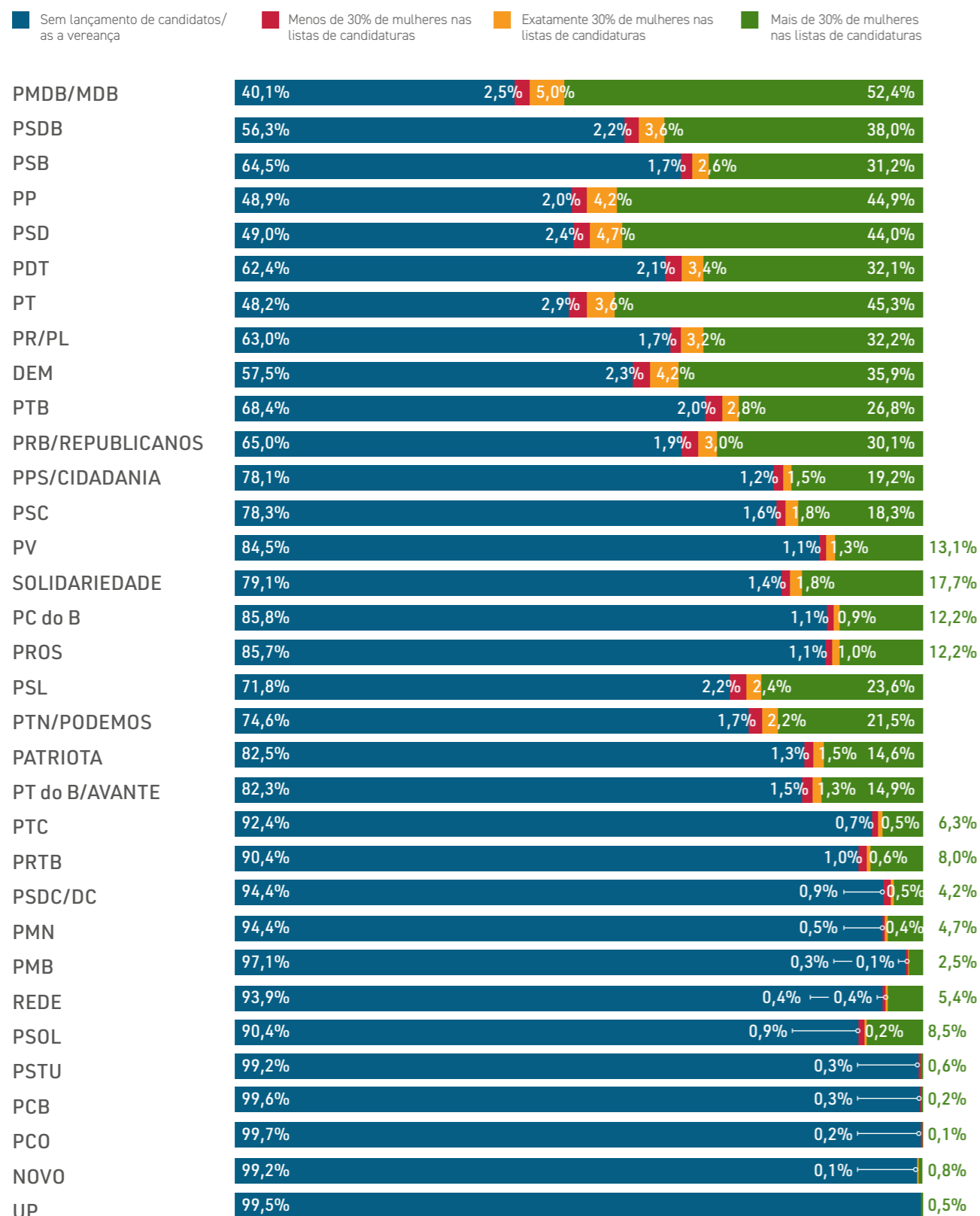
**Com o fim das coligações em 2020, os partidos reduziram a abrangência territorial de suas candidaturas a vereança**

**GRÁFICO 2.3 – PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CANDIDATURAS REGISTRADAS A VEREAÇA POR PARTIDO (2016) - (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS)**



Fonte: TSE - Nov/2021

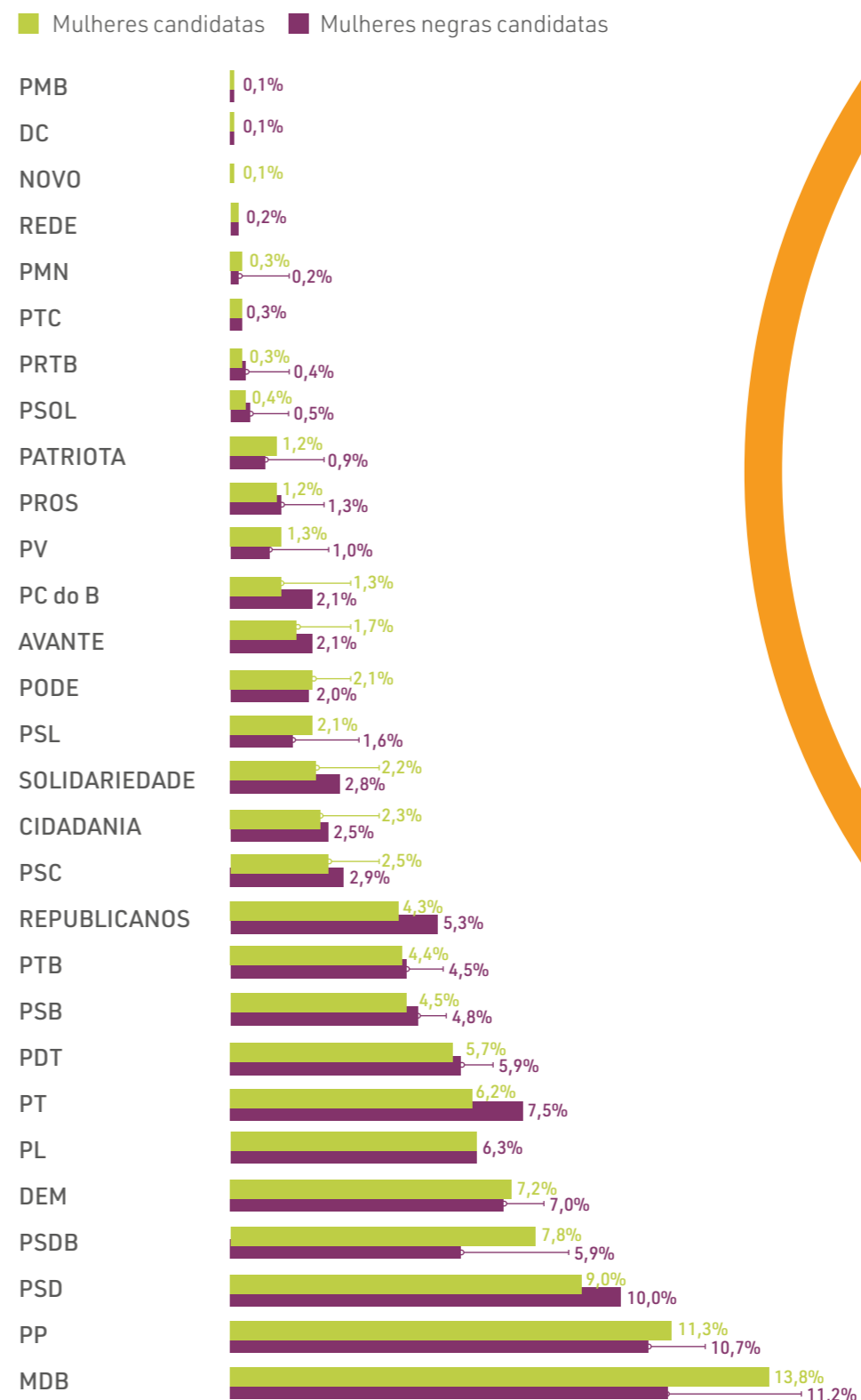
**GRÁFICO 2.4 - PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CANDIDATURAS REGISTRADAS A VEREAANÇA POR PARTIDO (2020) - (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS)**



Fonte: TSE - Nov/2021

É interessante notar ainda que **MDB, PP e PSD respondem juntos por um terço das candidaturas tanto de mulheres e quanto de mulheres negras** na disputa pelo cargo de vereadora em 2020, conforme gráfico 2.5.

**GRÁFICO 2.5 - CANDIDATURAS DE MULHERES POR PARTIDO (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATAS)**



Fonte: TSE - Nov/2021

## Perfil das pessoas eleitas

Entre os eleitos para ocupar as câmaras municipais em 2020, o incremento da participação feminina chegou a 2,5 pontos percentuais. **Apesar de lento e insuficiente, esse acréscimo significou um recorde histórico na presença de mulheres nas câmaras municipais:**

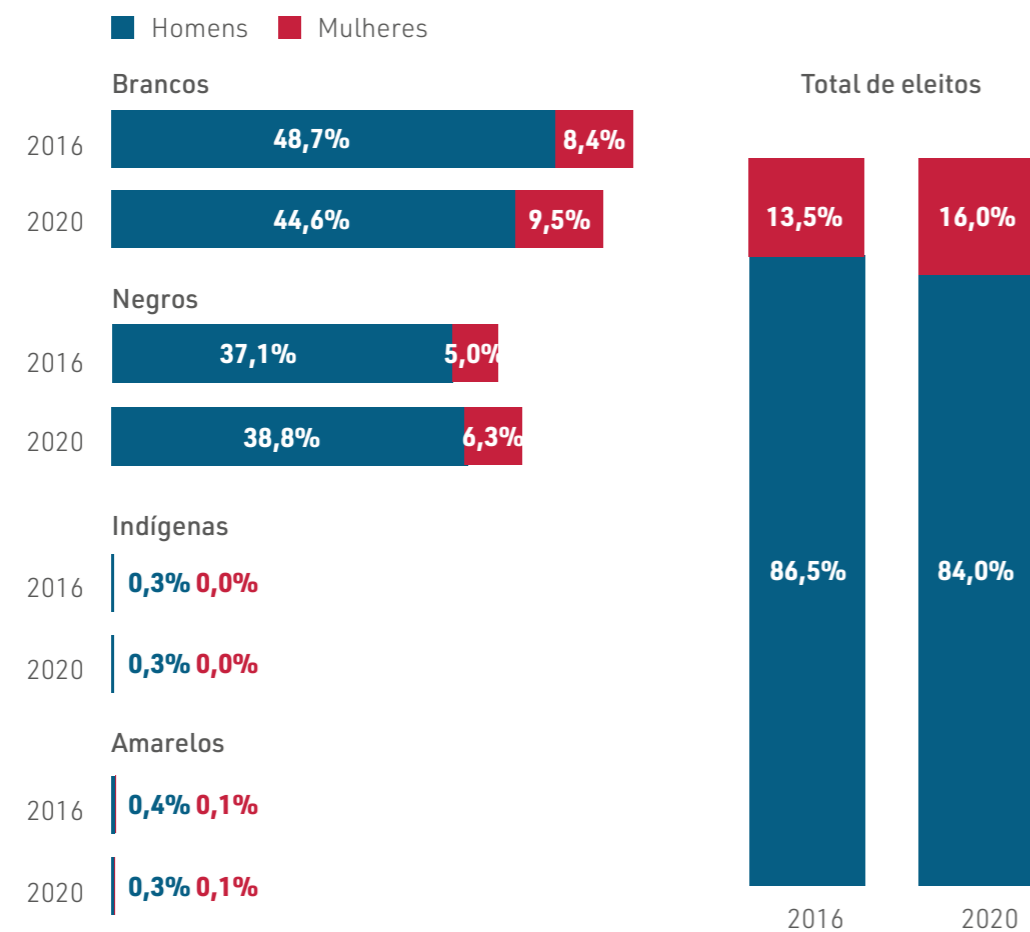


As candidaturas de mulheres para vereadoras passaram de **32,6%** para **34,6%** (+2 p.p.)



As vereadoras eleitas para câmaras municipais passaram de **13,5%** para **16,0%** (+2,5 p.p.)

**GRÁFICO 2.6 – VEREADORES/AS ELEITOS/AS POR GÊNERO E RAÇA (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS)**



Fonte: TSE – Nov/2021.



## EM 2016 E 2020:



para cada vereadora havia 8 vereadores eleitos

## EM 2020,

para cada vereadora negra foram eleitos



7 vereadores brancos



6 vereadores negros



2 vereadoras brancas

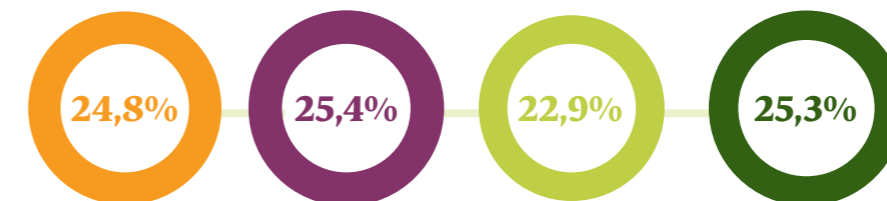
A ampliação da diversidade étnico-racial nas câmaras municipais também foi recorde. Vereadores e vereadoras negras passaram de 42,1 % para 45,1% (+3 p.p.). Esse resultado sofreu a influência do debate crescente em torno do racismo na agenda pública e da pressão exercida pelos movimentos negros por maior representação política, o que acabou gerando, inclusive, a instituição de cotas raciais para o financiamento das campanhas<sup>3</sup>. Essa ação afirmativa impulsionou, por um lado, o autorreconhecimento das pessoas negras na política em um país notadamente marcado pelo racismo estrutural e, por outro, obrigou os partidos políticos a lidar com esse tema em suas práticas de recrutamento, seleção e suporte às candidaturas. Apesar desses avanços, os dados também indicam que as respostas produzidas até o momento ainda têm sido insuficientes para endereçar devidamente o problema histórico da sub-representação política, principalmente no caso das mulheres negras.

**É importante destacar que essa presença negra mais expressiva nas eleições municipais de 2020 se dá principalmente entre as pessoas do gênero masculino.** Os homens negros que eram 33,6% dos candidatos em 2016 passaram a ser 34,4% do total, enquanto as mulheres negras eram 15% e tornaram-se 17,1% das candidaturas. Entre os eleitos, os homens negros eram 37,1% e passaram a ser 38,8% dos vereadores, um crescimento de 1,7 pontos percentuais entre 2016 e 2020. Já as mulheres negras passaram a ocupar de 5% para 6,3% dos assentos nas câmaras municipais, um aumento de 1,3 pontos percentuais no período analisado. Nota-se, portanto, a manutenção de um cenário de hegemonia masculina, porém com maior diversidade racial no caso das eleições para as câmaras municipais.

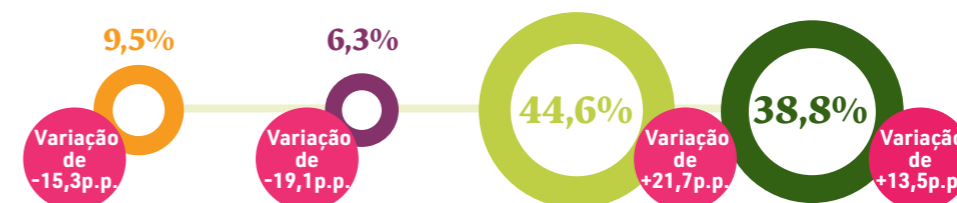
<sup>3</sup> No mês de agosto/2020, a partir de uma consulta feita pela Deputada Benedita da Silva, o TSE decidiu que a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão deveria ser proporcional ao total de candidaturas negras que cada partido apresentasse para a disputa eleitoral. Em seguida, o STF determinou a imediata aplicação da decisão do TSE em favor das candidaturas negras já nas eleições de 2020, conforme ADPF nº 738.

## Na população

■ Mulheres brancas ■ Mulheres negras ■ Homens brancos ■ Homens negros



## Entre os vereadores



Fonte: TSE - Nov/2021, Censo IBGE 2010.

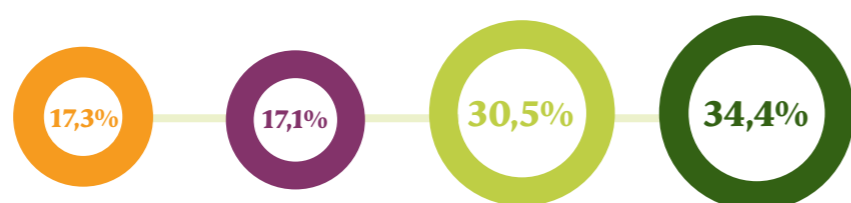
Em 2020, a presença de mulheres brancas nas câmaras municipais teve um aumento de 1,1 pontos percentuais, quando elas passaram de 8,4% para 9,5% do total de vereadores. Enquanto isso, os homens brancos recuaram de 33,4% para 30,3% entre os candidatos (uma queda de 3,1 pontos percentuais) e de 48,7% para 44,6% entre os eleitos (uma diminuição de 4,1 pontos percentuais).

Apesar de terem perdido espaço, a parcela de homens brancos eleitos é maior que a proporção de candidatos brancos. Isso também vale para os homens negros, mas não para as mulheres, independente do seu pertencimento étnico-racial.

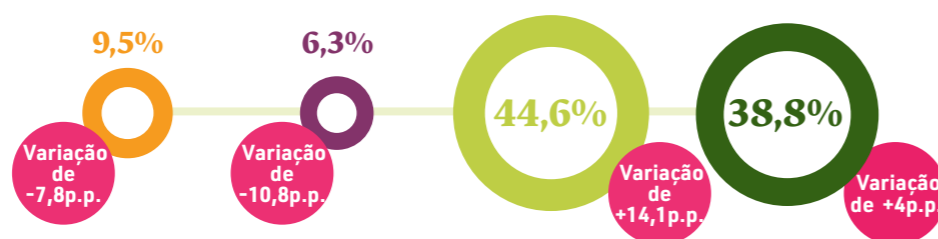
Apesar de constituírem 30,5% das candidaturas às câmaras de vereadores no último pleito municipal, os homens brancos totalizam 44,6% das pessoas eleitas, uma diferença positiva de 14,1 pontos percentuais. Já os homens negros são 34,4% dos candidatos e 38,8% dos eleitos, um acréscimo de 4,4 pontos percentuais. **Chama a atenção que, entre as mulheres, o percentual de eleitos é sempre inferior à proporção de candidaturas femininas, sejam elas brancas ou negras**, o que sugere que os homens (particularmente os brancos) podem estar contando com vantagens específicas durante a corrida eleitoral, o que será melhor explorado no próximo capítulo. As mulheres brancas totalizam 17,3% das candidaturas e correspondem a somente 9,5% das pessoas eleitas enquanto as mulheres negras são 17,1% das candidatas e 6,3% das eleitas.

### Entre os candidatos a vereança

■ Mulheres brancas ■ Mulheres negras ■ Homens brancos ■ Homens negros



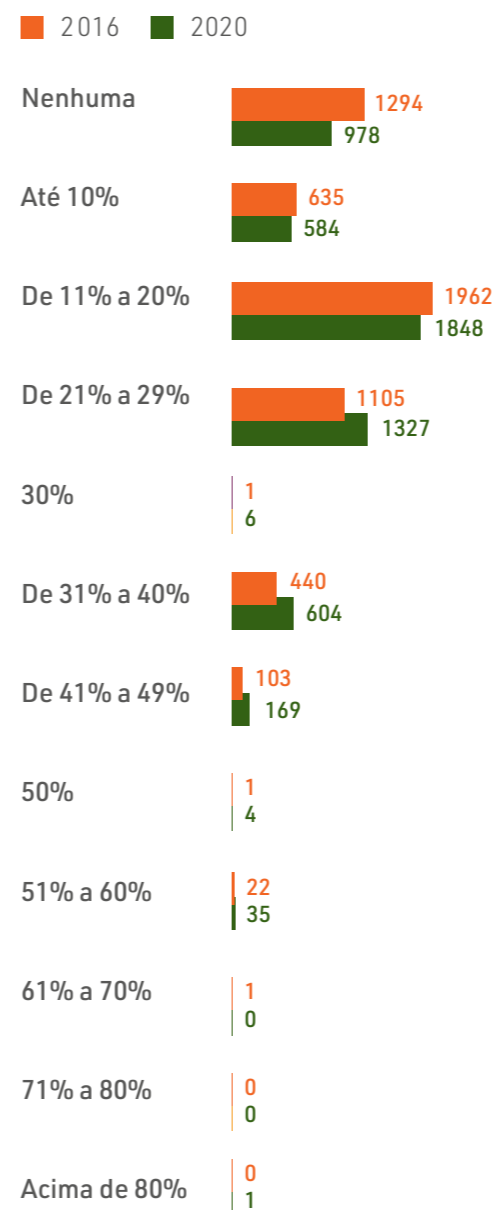
### Entre os vereadores eleitos



Fonte: TSE - Nov/2021, Censo IBGE 2010.

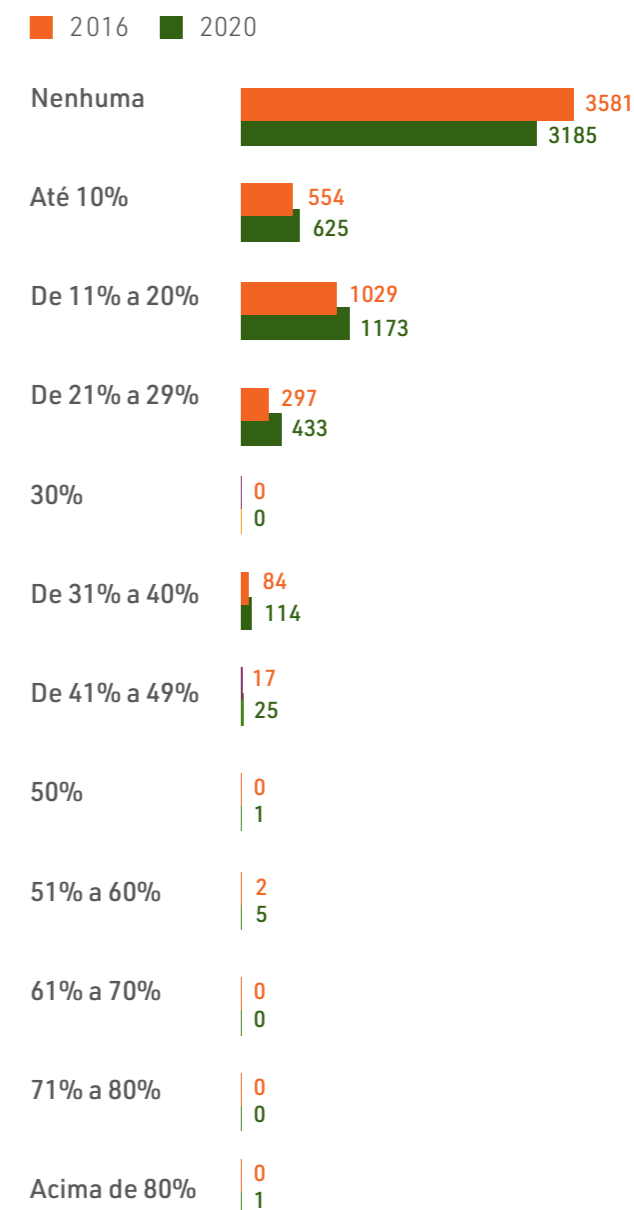
Ao lançarmos um olhar sobre a composição racial das vereadoras eleitas (gráfico 2.6) observa-se que o crescimento de 2,5 pontos percentuais de mulheres nas câmaras municipais se distribui de forma relativamente equilibrada entre as mulheres brancas (+1,1 pontos percentuais) e negras (+1,3 pontos percentuais) no período analisado. Apesar de parecer pouco, essa variação significou uma taxa de crescimento de 18,5% no período. Contudo, vale lembrar que esses indicadores apresentam a média nacional e ocultam diferenças no resultado eleitoral de cada município. Os gráficos 2.7 e 2.8 demonstram, respectivamente, que ainda temos 978 municípios (18% do total) sem mulheres nas câmaras municipais e 3185 cidades (57% do total) sem vereadoras negras.

GRÁFICO 2.7 - QTDE DE MUNICÍPIOS POR PROPORÇÃO DE VEREADORAS ELEITAS (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADEIRAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS)



Fonte: TSE - Nov/2021

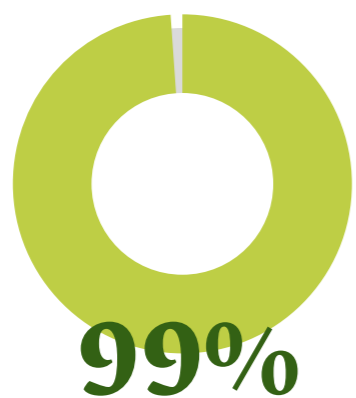
GRÁFICO 22.8- QTDE DE MUNICÍPIOS POR PROPORÇÃO DE VEREADORAS NEGRAS ELEITAS (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADEIRAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS)



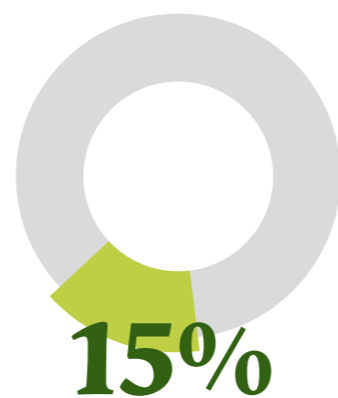
Fonte: TSE - Nov/2021

**As mulheres negras ocupam menos de 20% das cadeiras em 90% das câmaras municipais brasileiras - Ou seja em 4.983 Cidades.**

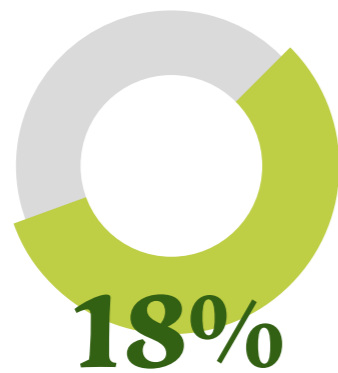




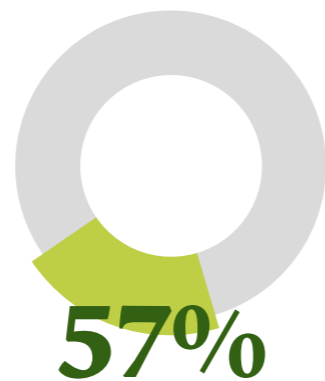
dos municípios com a cota mínima de 30% de mulheres candidatas a vereança atendida



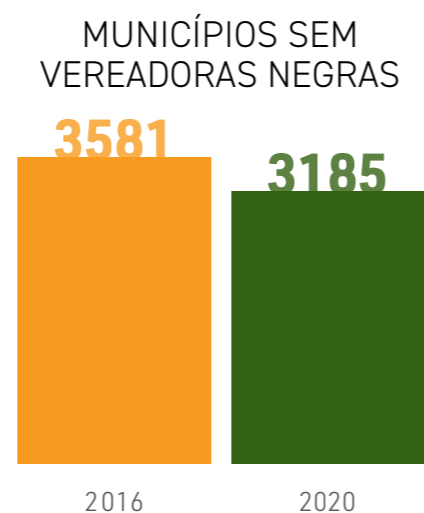
dos municípios com o mínimo de 30% de vereadoras eleitas



dos municípios não tem mulheres vereadoras

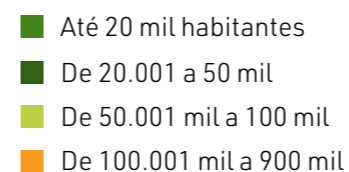


57% dos municípios do país não tem vereadoras negras

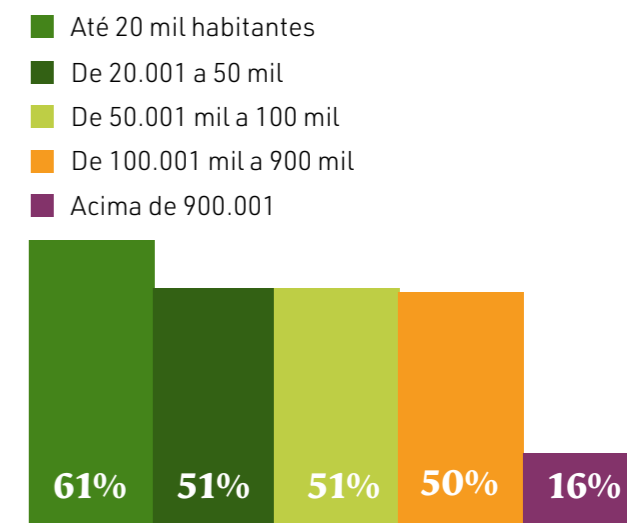


O gráfico 2.9 demonstra que a parcela de cidades sem mulheres nas câmaras municipais é maior, conforme diminui o porte populacional. Enquanto 19% dos municípios com até 20 mil não contam com vereadoras, esse índice cai para 12% nas cidades com mais de 100 mil habitantes. Chama a atenção, contudo, que mais da metade das cidades de até 900 mil habitantes do país não possuem vereadoras negras, conforme gráfico 2.10.

**GRÁFICO 2.9 - MUNICÍPIOS SEM VEREADORAS ELEITAS POR PORTE POPULACIONAL (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS EM CADA FAIXA)**



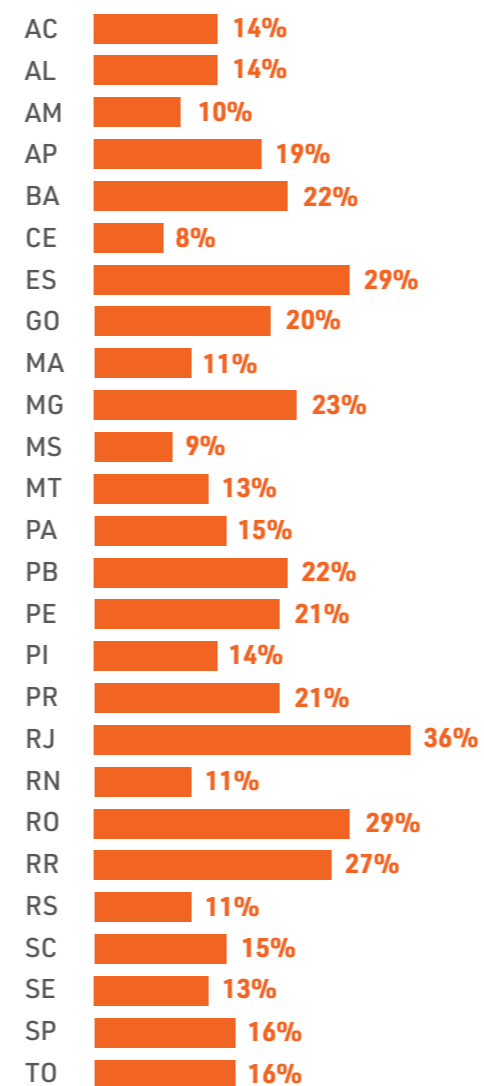
**GRÁFICO 2.10 - MUNICÍPIOS SEM VEREADORAS NEGRAS ELEITAS POR PORTE POPULACIONAL (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS EM CADA FAIXA)**





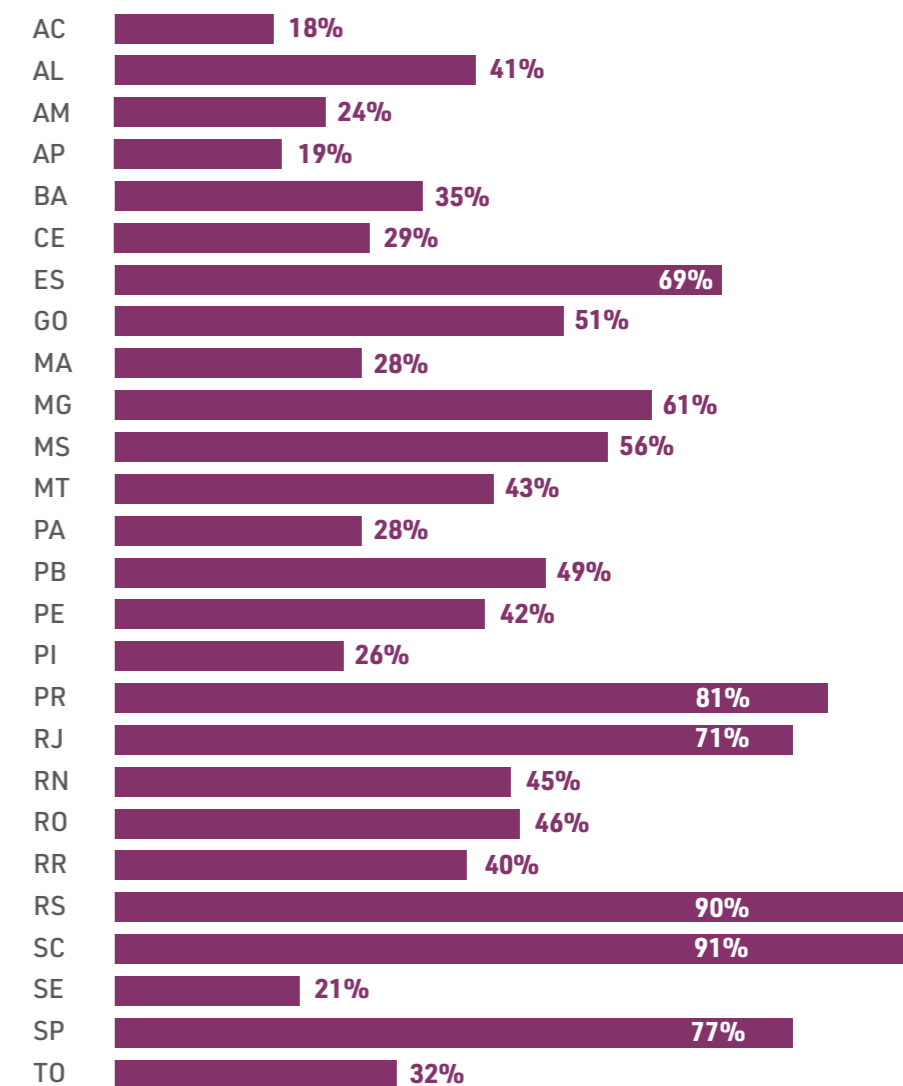
Os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Roraima e Rondônia lideram o ranking de municípios sem mulheres eleitas para as Câmaras Municipais, como indicado no Gráfico 2.11. No caso das vereadoras negras, a maior lacuna está nos Estados da região sul: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, seguidos por São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, todos na região sudeste, conforme gráfico 2.12.

**GRÁFICO 2.11 - MUNICÍPIOS SEM VEREADORAS ELEITAS POR UF (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA UF)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

**GRÁFICO 2.12 - MUNICÍPIOS SEM VEREADORAS NEGRAS ELEITAS POR UF (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA UF)**



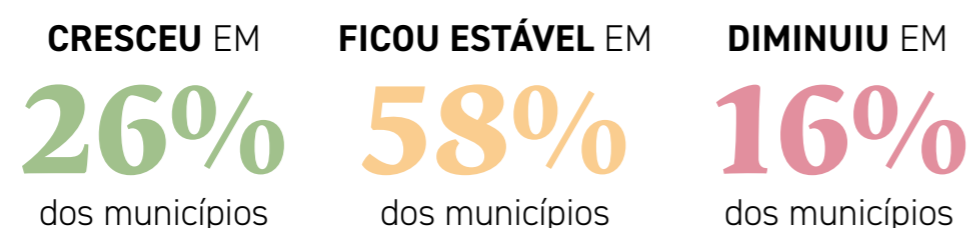
Fonte: TSE - Nov/2021.

Ainda que em um ritmo lento e insuficiente, o índice de mulheres vereadoras aumentou em uma parcela significativa das cidades brasileiras (41%), tendo se mantido estável em 33% das localidades e recuado em cerca de um quarto dos municípios (27%). No caso das vereadoras negras, o percentual não apresentou variações na maior parte dos municípios do país (58%). Já a presença de homens negros nas câmaras de vereadores cresceu em 40% das cidades.

## Porcentagem de mulheres vereadoras



## Porcentagem de vereadoras negras



## Porcentagem de homens negros vereadores



A proporção de mulheres eleitas nas câmaras de vereadores cresceu em municípios de diferentes portes. Atualmente, elas se concentram principalmente nas cidades com até 20 mil habitantes e com mais de 900 mil habitantes, onde elas correspondem respectivamente a 17% e 18% dos vereadores eleitas, como indica o gráfico 2.13. No caso das vereadoras negras, elas também se concentram principalmente nas cidades com mais de 900 mil habitantes, onde ocupam 8% do total de cadeiras, conforme gráfico 2.14.

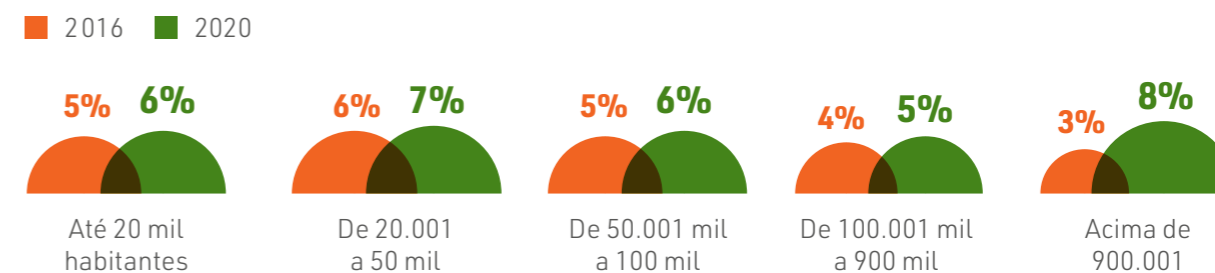
**GRÁFICO 2.13 - VEREADORAS ELEITAS POR PORTE DE MUNICÍPIO 2016-2020 (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADEIRAS EM CADA FAIXA POPULACIONAL)**

Fonte: TSE - Nov/2021.



**GRÁFICO 2.14 - VEREADORAS NEGRAS POR PORTE DE MUNICÍPIO 2016-2020 (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADEIRAS EM CADA FAIXA POPULACIONAL)**

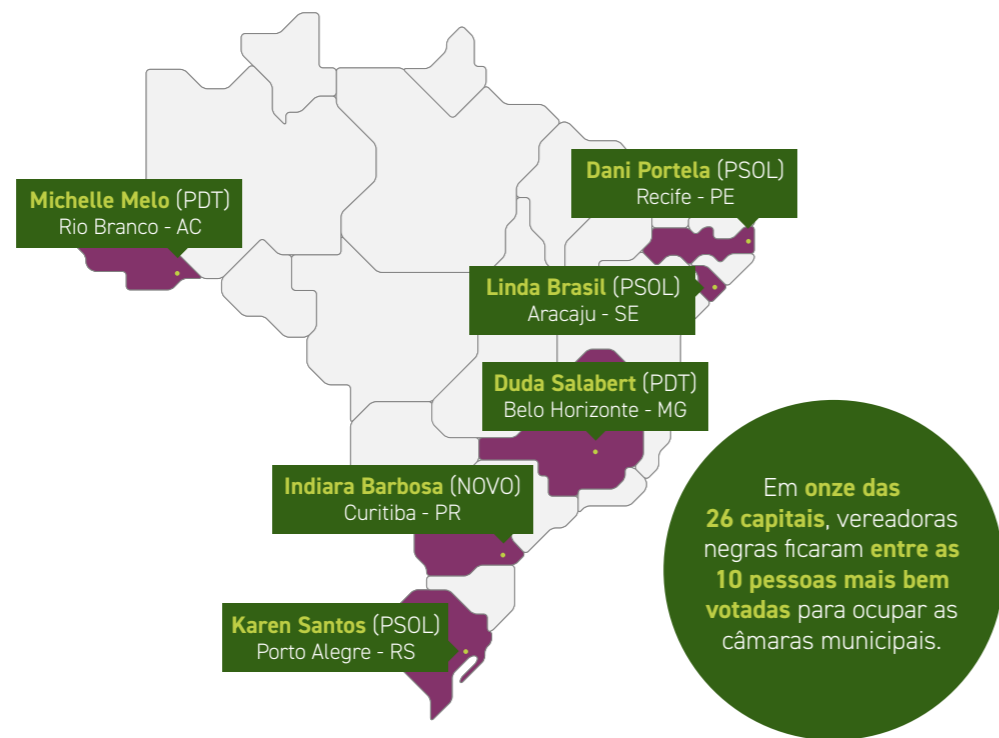
Fonte: TSE - Nov/2021.



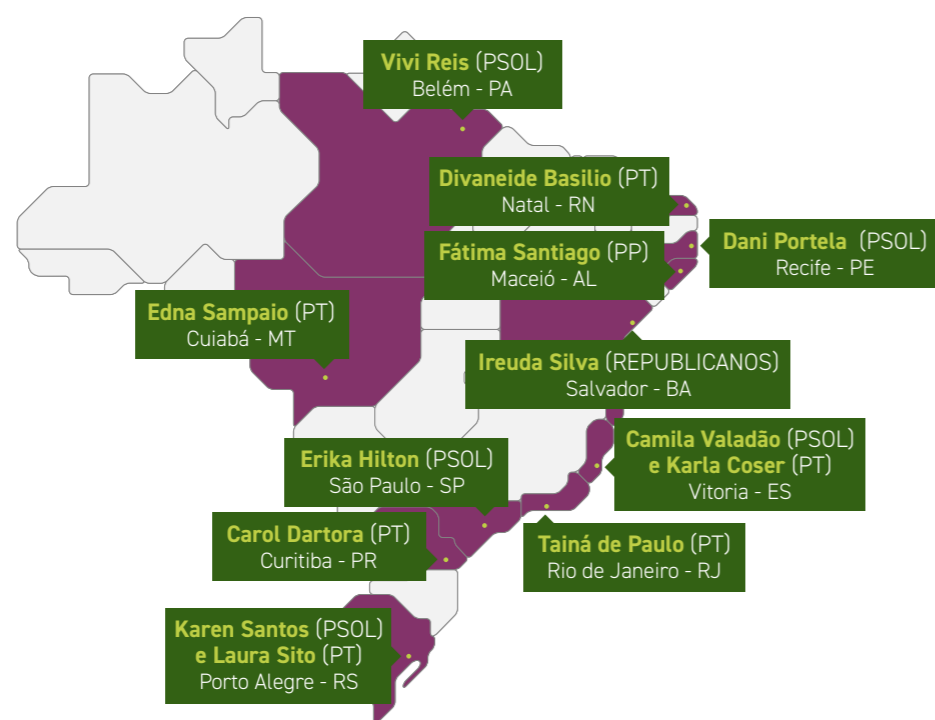
**Em seis das 26 capitais brasileiras, as mulheres foram as pessoas mais votadas para o legislativo municipal**

Em seis das 26 capitais brasileiras, as mulheres foram as pessoas mais votadas para o legislativo municipal, com destaque para Belo Horizonte que elegeu uma vereadora trans no topo do ranking de votação.

**MAPA 2.1 – CAPITAIS ONDE AS MULHERES TIVERAM A MAIOR VOTAÇÃO NA DISPUTA PARA VEREAÇA**



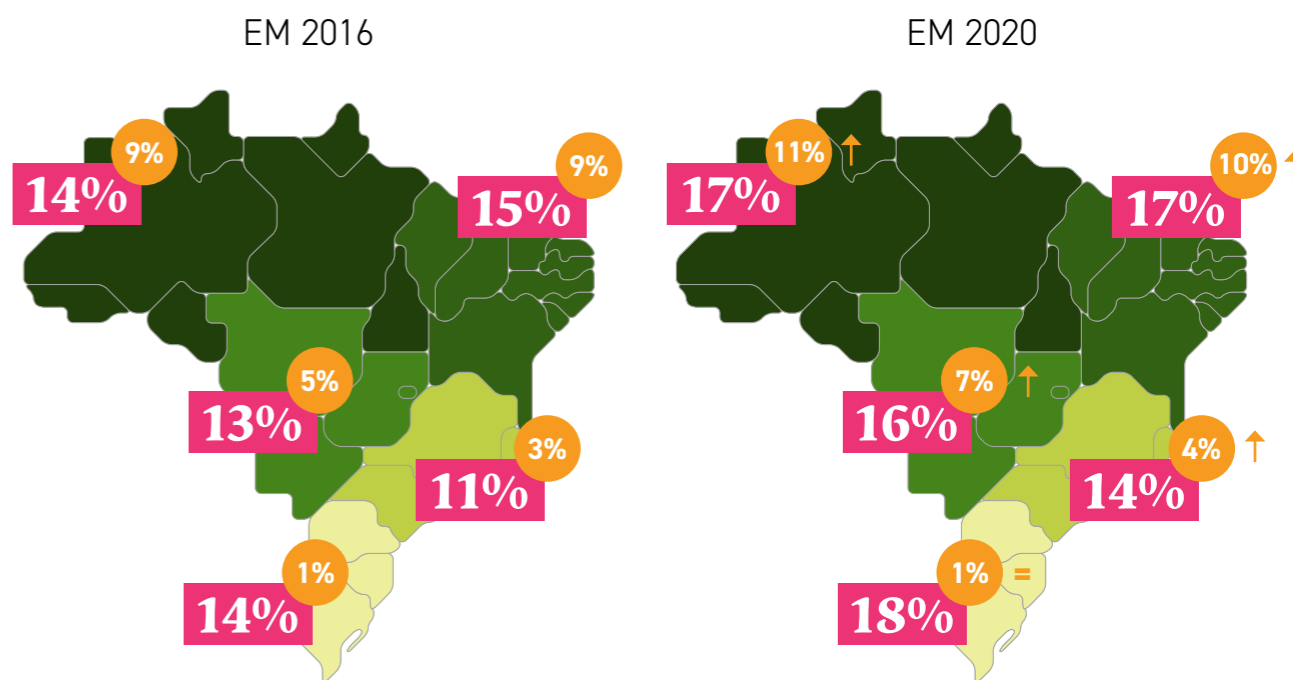
**MAPA 2.2 – CAPITAIS ONDE AS MULHERES NEGRAS FICARAM ENTRE AS 10 PESSOAS MAIS VOTADAS NA DISPUTA PARA VEREAÇA**



Se olharmos para as regiões do Brasil, é possível constatar que a proporção de vereadoras eleitas cresceu em todo o país, com maior concentração no Sul (18%), Norte (17%) e Nordeste (17%), seguidos pelo Centro-Oeste (16%) e Sudeste (14%). Apesar de concentrar a maior proporção de vereadoras (18%), a região Sul registrou o menor índice de vereadoras negras (1%) e foi a única que não apresentou melhoria de desempenho nesse quesito em relação a 2016. As parlamentares negras têm presença mais forte no Norte (11%) e no Nordeste (10%), seguidos pelo Centro-Oeste (7%) e Sudeste (4%).

**MAPA 2.3 - % DE VEREADORAS MULHERES E DE VEREADORAS NEGRAS ELEITAS POR REGIÃO (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADEIRAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CADA REGIÃO)**

■ Norte ■ Nordeste ■ Centro-Oeste ■ Sudeste ■ Sul  
 ■ % de Vereadoras Mulheres ■ % de Vereadoras Negras



Fonte: TSE - Nov/2021.

Em um recorte por Estado, Rio de Janeiro e Espírito Santo continuam com os piores índices de participação de mulheres no legislativo municipal, enquanto o Rio Grande do Norte segue ocupando a liderança do ranking nacional.

## Rio de Janeiro e Espírito Santo tem os piores índices de participação de mulheres nas câmaras de vereadores

**GRÁFICO 2.15 - VEREADORAS E VEREADORES ELEITOS EM CADA ESTADO (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADEIRAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CADA ESTADO)**

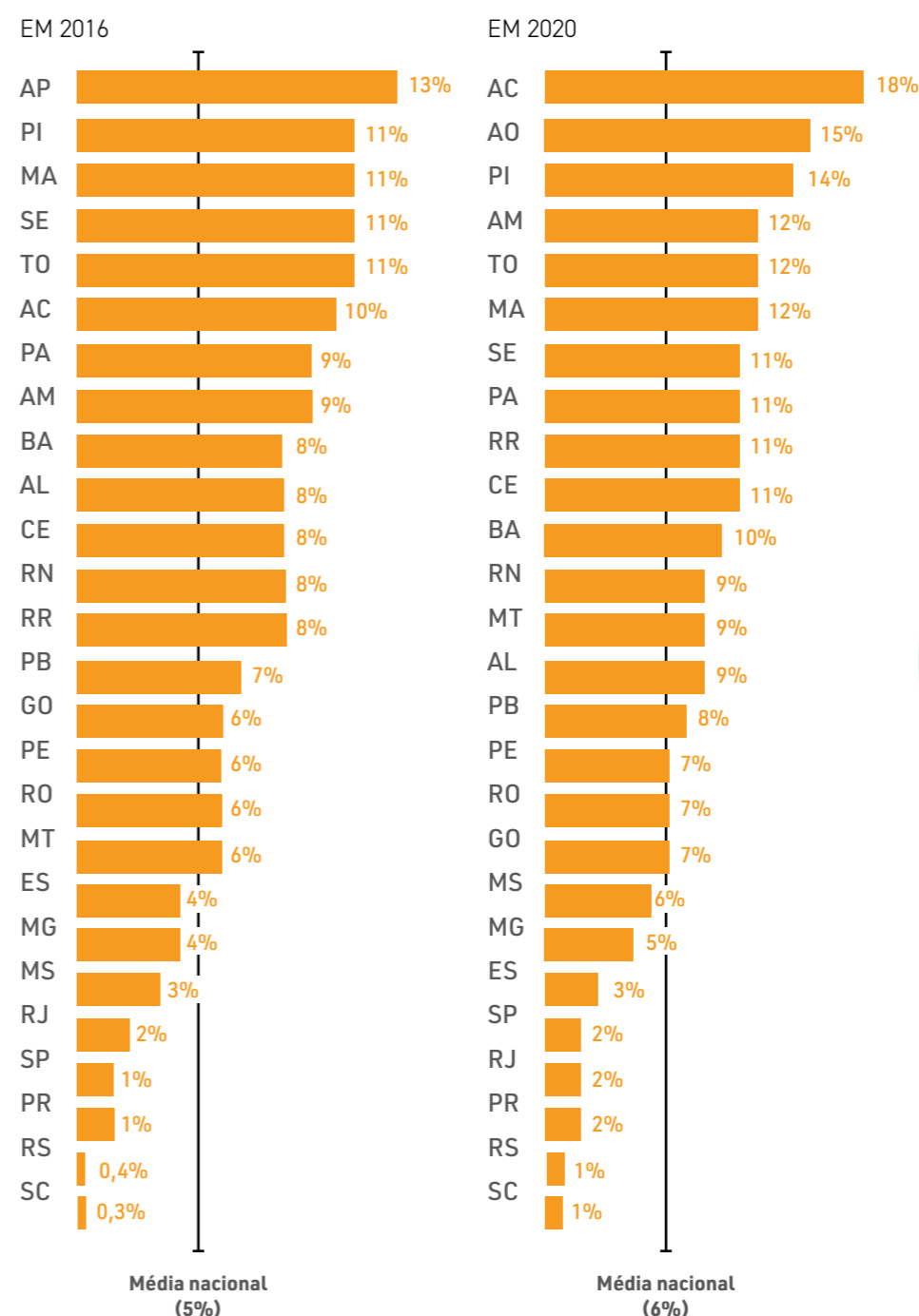


Fonte: TSE - Nov/2021.

**Rio Grande do Norte lidera o ranking de mulheres eleitas como vereadoras por duas eleições seguidas.**

Já o Acre foi o Estado que elegeu a maior parcela de mulheres negras para as câmaras municipais (18%) em 2020, seguido pelo Amapá (15%) também na região Norte, onde todas as unidades federativas estão acima da média nacional de vereadoras negras (6%). Já os Estados do Sul e do Sudeste apresentam os piores indicadores de presença de mulheres negras nas câmaras de vereadores desde 2016, conforme gráfico 2.15:

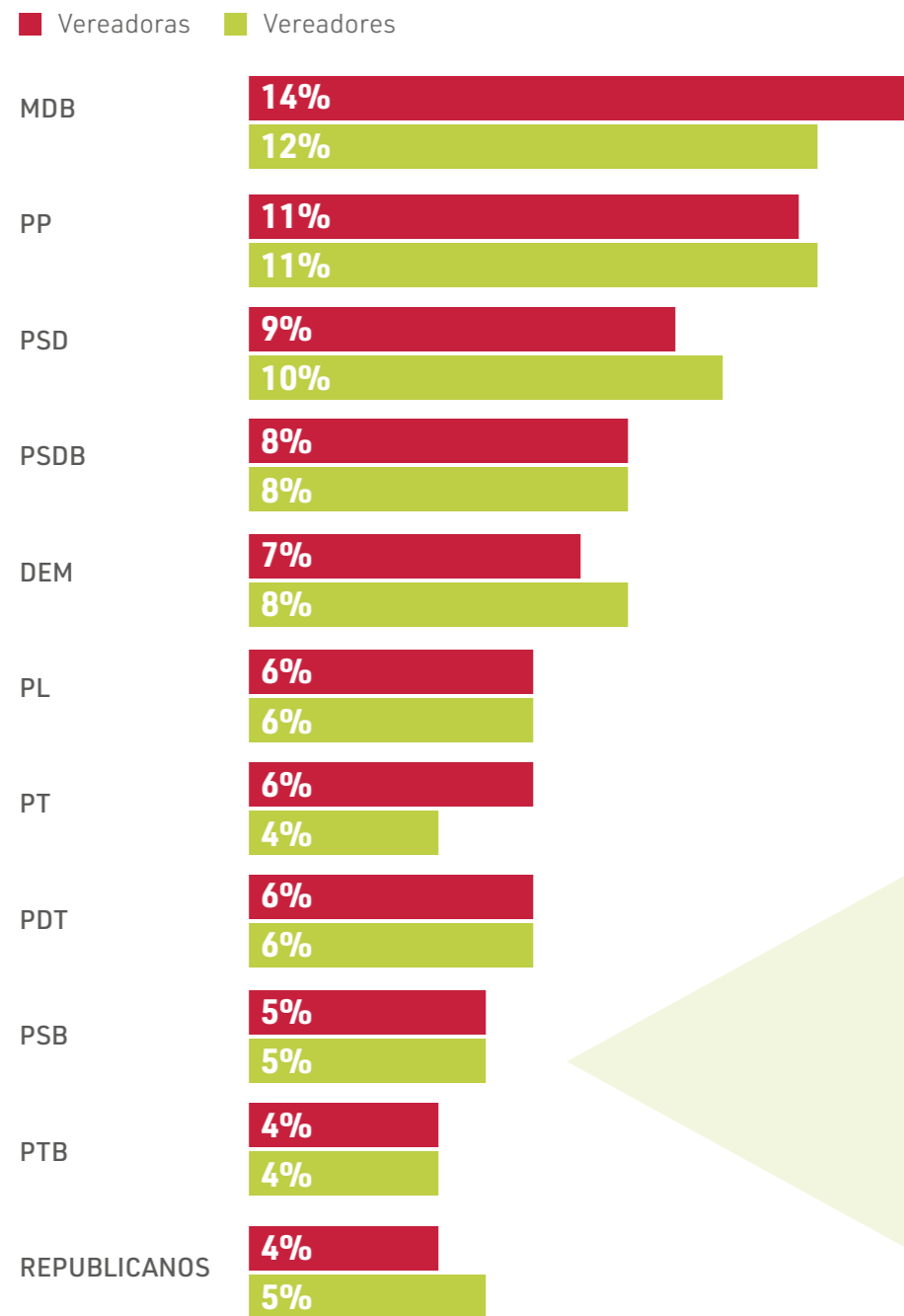
**GRÁFICO 2.16 - VEREADORAS NEGRAS ELEITAS EM CADA ESTADO (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADEIRAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CADA ESTADO)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

Em termos partidários, vemos que onze legendas concentraram 81% das vereadoras e 79% dos vereadores eleitos em 2021. São elas: MDB, PP, PSD, PSDB, DEM, PL, PT, PDT, PSB, PTB e REPUBLICANOS. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) lidera o ranking, concentrando 14% das vereadoras e 12% dos vereadores do país.

**GRÁFICO 2.17 - VEREADORAS ELEITAS POR PARTIDO (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE VEREADORAS E VEREADORES ELEITOS NO PAÍS)**



Fonte: TSE - Nov/2021.



# 11 PARTIDOS

concentram



As mulheres variam entre 8% e 38% das pessoas eleitas para as câmaras municipais em todos os partidos, com destaque para o NOVO e para o PSOL, como indicado pelo gráfico 2.18. Vale lembrar, contudo, que o NOVO lançou candidaturas em apenas 0,8% dos municípios brasileiros, enquanto o PSOL participou da disputa ao legislativo municipal em 9,6% das cidades do país. Os únicos partidos que lançaram candidaturas em mais da metade dos municípios do país em 2020 foram: MDB (59,9%), PT (51,8%), PP (51,1%) e PSD (51,0%), conforme demonstra o gráfico 2.19.

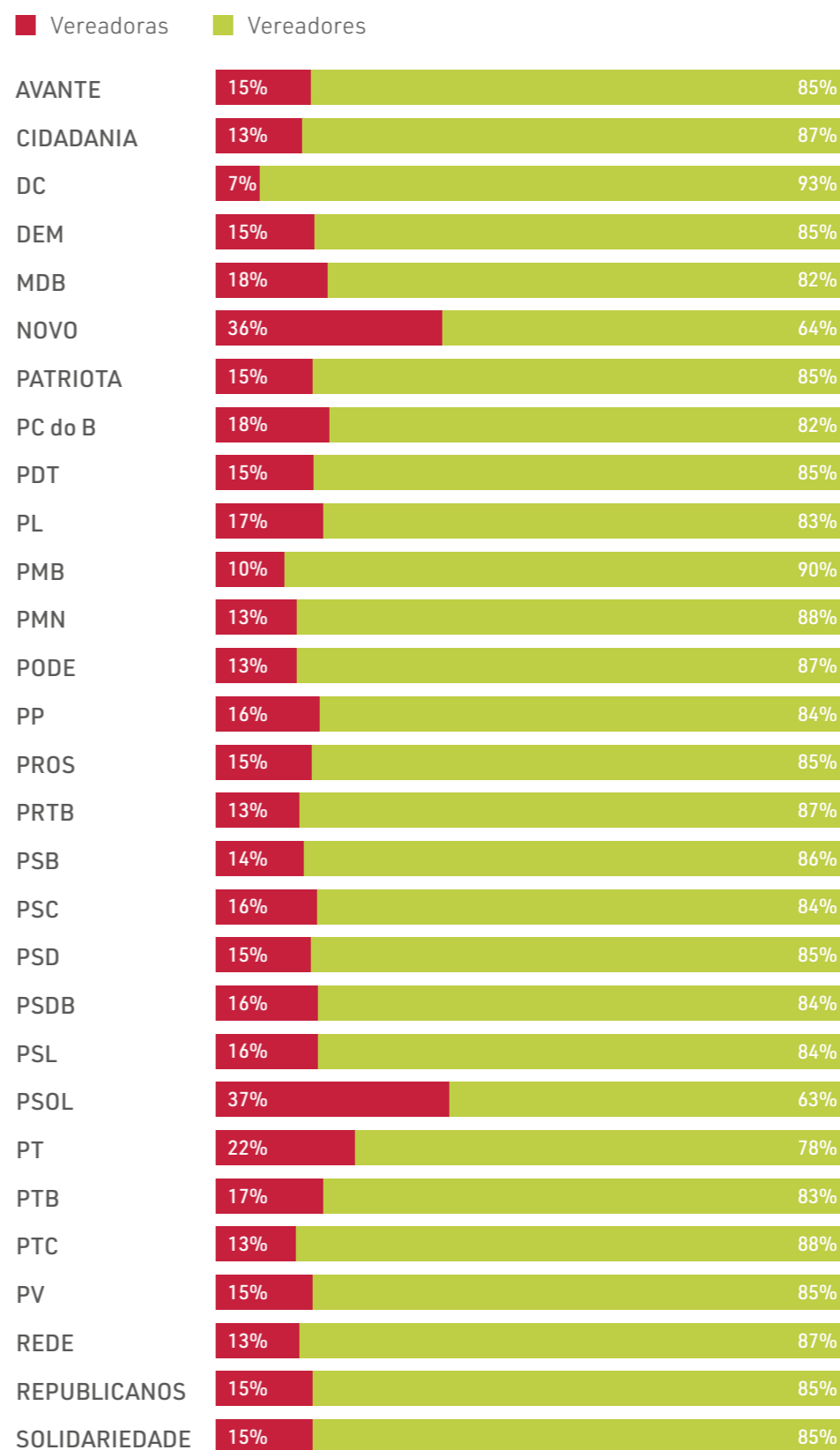
# VEREADORAS

variam entre



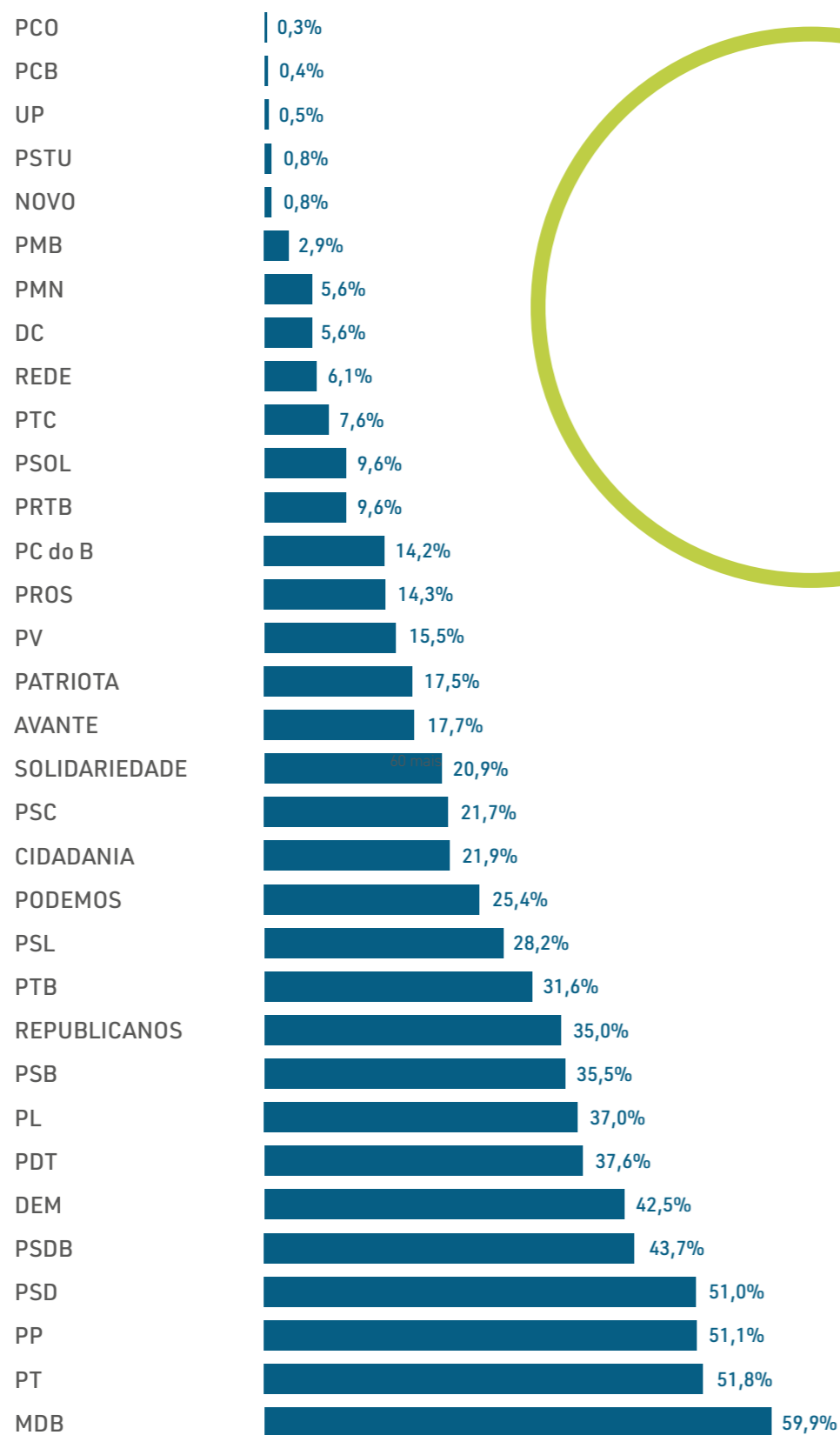
**Os únicos partidos que lançaram candidaturas a vereança em mais da metade dos municípios do país em 2020 foram: MDB, PT, PP e PSD.**

**GRÁFICO 2.18 - VEREADORAS ELEITAS POR PARTIDO (2020)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PESSOAS ELEITAS POR CADA PARTIDO)



Fonte: TSE - Nov/2021.

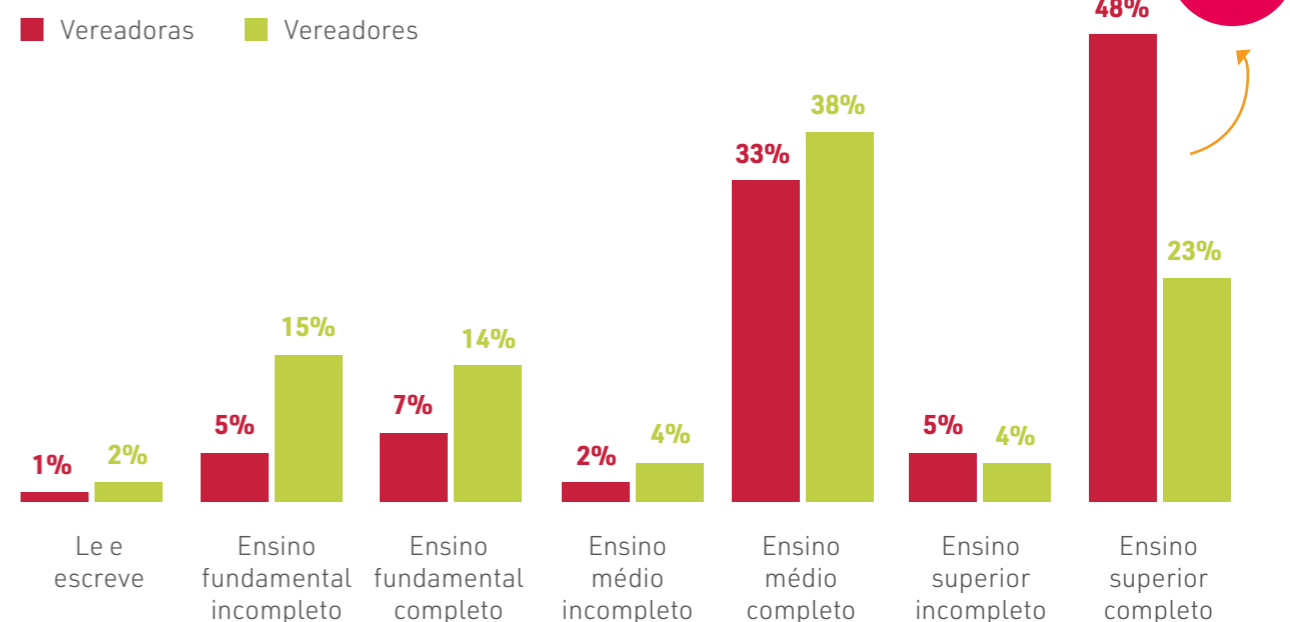
**GRÁFICO 2.19 - MUNICÍPIOS COM CANDIDATURAS LANÇADAS POR CADA PARTIDO EM 2020 (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO PAÍS)**



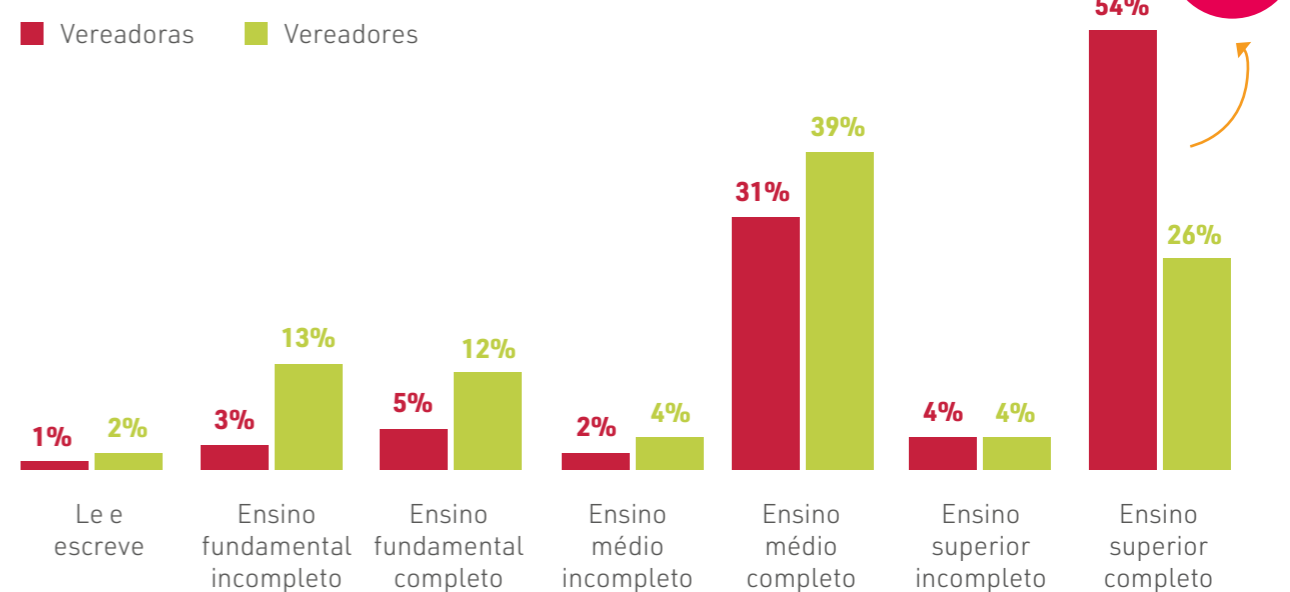
Fonte: TSE - Nov/2021.

Em relação à escolaridade das vereadoras, é interessante notar que elas também acumulam mais anos de estudo do que os homens que ocupam o mesmo posto. Enquanto 54% das mulheres eleitas para o legislativo municipal possuem ensino superior completo, isso é válido para apenas 26% dos vereadores, o que significa uma diferença de 28 pontos percentuais. Esse abismo cresceu ainda mais em relação a 2016, quando a variação era de 25 pontos percentuais entre vereadores e vereadoras que concluíram a universidade, conforme gráfico 2.20.

**GRÁFICO 2.20 - VEREADORES E VEREADORAS POR ESCOLARIDADE (2016) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADA SEXO)**



**GRÁFICO 2.21 - VEREADORES E VEREADORAS POR ESCOLARIDADE (2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADA SEXO)**



Fonte: TSE - Nov/2021.



Quando analisamos as 15 ocupações mais comuns de Vereadoras e Vereadores, também identificamos algumas tendências relacionadas à divisão sexual do trabalho. Enquanto algumas ocupações se repetem em ambos grupos, tais como: agricultor/a, professor/a do ensino fundamental e médio, servidor/a público/a municipal, empresário/a, comerciante, advogado/a, aposentado/a, estudante, bolsista, estagiário/a e assemelhados/as, há outras que aparecem apenas em uma das listas. É o caso das donas de casa, enfermeiras, técnicas de enfermagem, pedagogas e assistentes sociais que constam apenas no topo do ranking de profissões declaradas pelas vereadoras. Já os motoristas de transporte coletivo de passageiros e de transporte de cargas, além dos trabalhadores rurais e dos servidores públicos estaduais são mais recorrentes apenas no grupo de vereadores. Nos dois casos, a profissão mais comum é a mesma: são vereadores e vereadoras que pleitearam sua reeleição em 2020.

### QUADRO 2.1 - 15 OCUPAÇÕES MAIS COMUNS ENTRE VEREADORES E VEREADORAS EM 2020 (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ELEITOS DO PRÓPRIO SEXO)

VEREADORAS	VEREADORES
Servidora pública municipal	Agricultor
Professora de ensino fundamental	Servidor público municipal
Agricultora	Empresário
<b>Dona de casa</b>	Comerciante
Empresária	Advogado
<b>Enfermeira</b>	<b>Motorista de veículos de transporte coletivo de passageiros</b>
Professora de ensino médio	<b>Trabalhador rural</b>
Comerciante	Aposentado (exceto servidor público)
Advogada	Professor de ensino fundamental
<b>Técnica de enfermagem e assemelhados (exceto enfermeira)</b>	<b>Servidor público estadual</b>
Aposentada (exceto servidora pública)	Professor de ensino médio
<b>Assistente social</b>	<b>Administrador</b>
Estudante bolsista, estagiária e assemelhados	<b>Motorista de veículos de transporte de carga</b>
<b>Pedagoga</b>	Estudante bolsista, estagiário e assemelhados

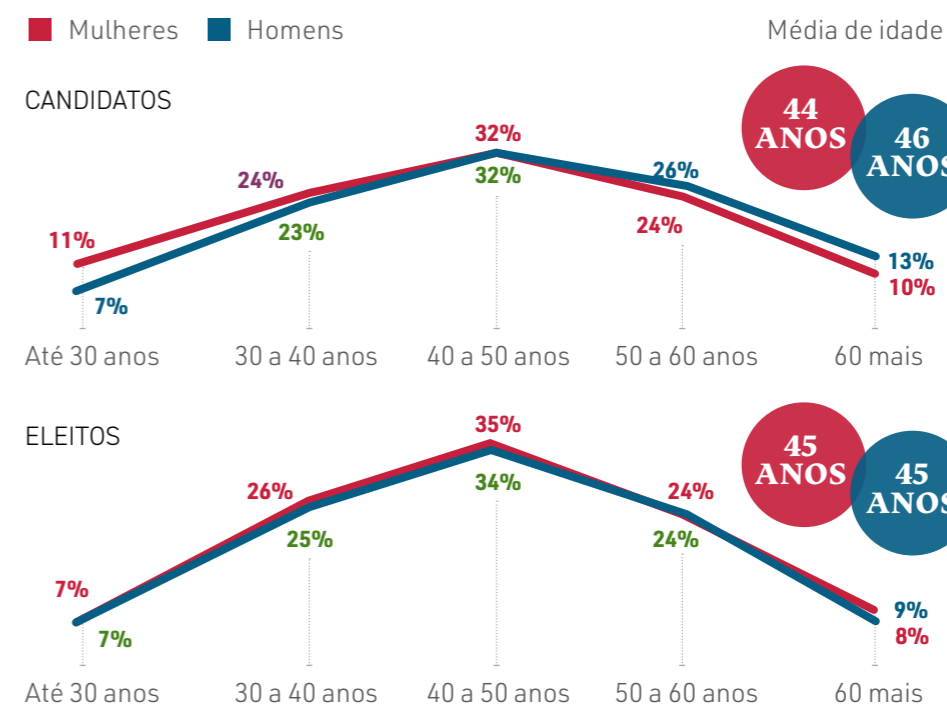
Fonte: TSE - Nov/2021.

■ Ocupações mais frequentes para prefeitos e prefeitas ■ Ocupações mais frequentes exclusivamente no grupo de Vereadoras ■ Ocupações mais frequentes exclusivamente no grupo de Vereadores



Em relação à idade, as candidatas a vereadora estão mais presentes nas faixas mais jovens (até 40 anos) em comparação com os homens. Enquanto 11% delas têm mais de 30 anos, o mesmo vale para 7% deles. Entre os eleitos, a distribuição etária de vereadoras e vereadores apresenta mais similaridade, com uma média comum equivalente a 45 anos. Apesar dos jovens serem 23% da população, é importante notar que apenas 7% das mulheres e 7% dos homens eleitos nas câmaras municipais tem até 30 anos, conforme gráfico 2.21, ale lembrar que, no Brasil, a idade mínima para ocupar o cargo de vereador/a é de 18 anos.

### GRÁFICO 2.21 - FAIXA ETÁRIA DE CANDIDATOS/AS E ELEITOS/AS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CADA SEXO)



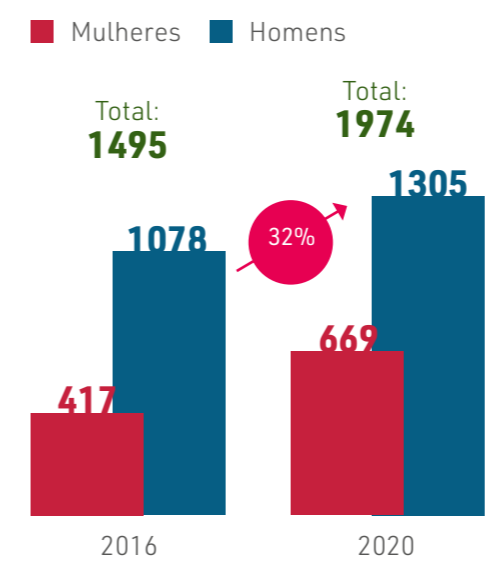
Fonte: TSE - Nov/2021.



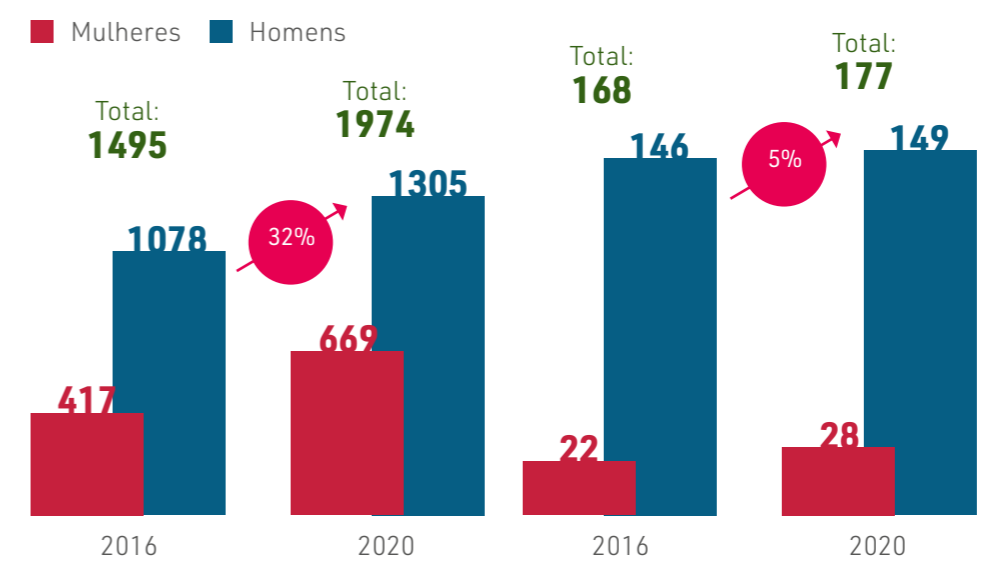
## A representatividade indígena nas eleições para o legislativo municipal (2016-2020)

Um fenômeno importante nas eleições de 2020 foi o aumento de 32% entre as candidaturas indígenas comparativamente a 2016, puxado principalmente pelas mulheres. Enquanto a parcela de candidatos indígenas do gênero masculino cresceu 21%, a proporção de candidaturas de mulheres indígenas subiu 60%, passando de 417 para 669. Contudo, a taxa de crescimento entre os eleitos avançou em um ritmo muito mais lento: 5% (Gráfico 2.23). Os representantes indígenas no legislativo municipal estão concentrados principalmente nos Estados do Norte e do Centro-Oeste, além de alguns do Nordeste, como é o caso da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Maranhão e Bahia. O Rio Grande do Sul também se destacou nesse quesito.

**GRÁFICO 2.22 – CANDIDATURAS INDÍGENAS PARA VEREANÇA POR GÊNERO (2016-2020)**



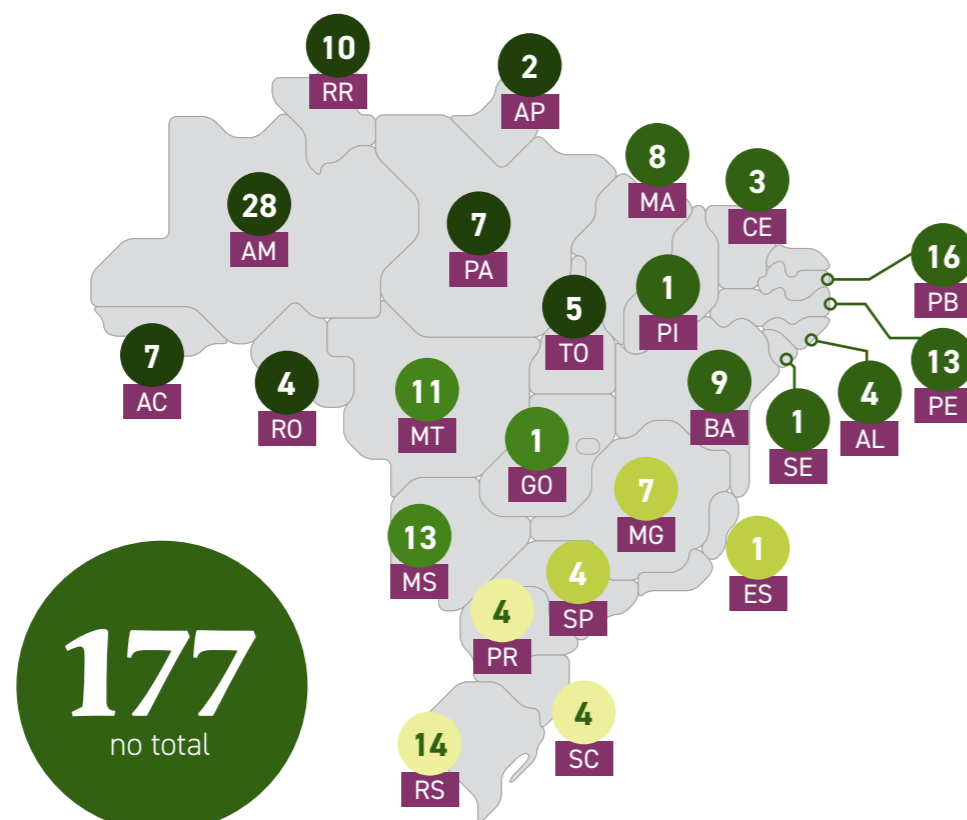
**GRÁFICO 2.23 – INDÍGENAS ELEITOS PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS POR GÊNERO (2016-2020)**



Fonte: TSE - Nov/2021.

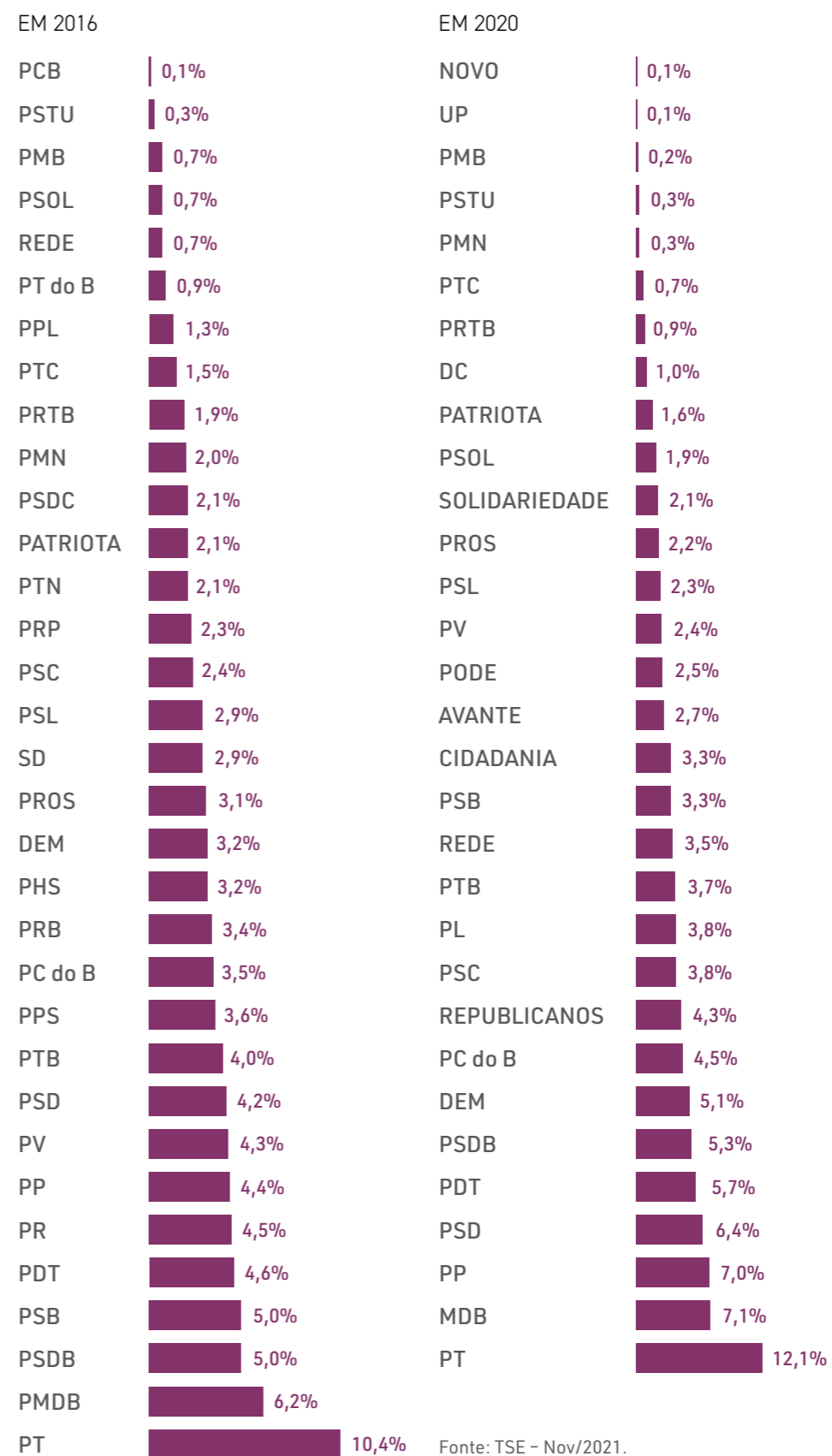
**A proporção de indígenas nas câmaras de vereadores do país cresceu 5% em 2020**

MAPA 2.4 - VEREADORES INDÍGENAS POR UF (2020)

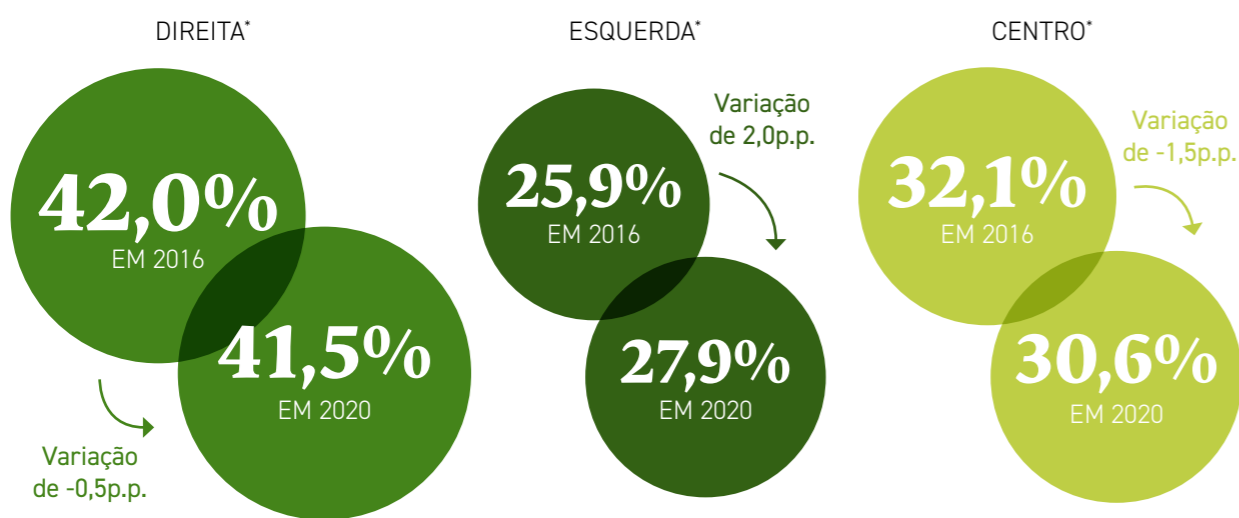


Em relação aos partidos, vemos que o PT concentrou a maior proporção de candidaturas indígenas para a vereança tanto em 2016 quanto em 2020, seguido pelo MDB/PMDB, conforme gráfico 2.24. No período analisado, nota-se um crescimento de 2 pontos percentuais de candidaturas nas legendas classificadas mais à esquerda, como indicado no gráfico 2.25.

GRÁFICO 2.24- DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS PARA VEREAÇA POR PARTIDO (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS INDÍGENAS)



**GRÁFICO 2.25 - DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS PARA VEREAÇÃO, SEGUNDO ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS (2016-2020)**

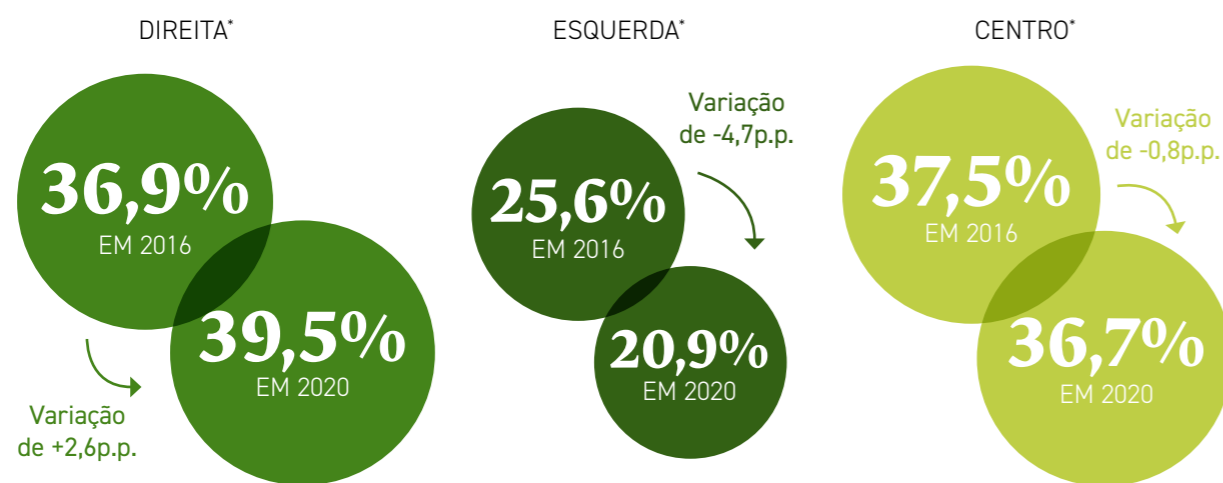


Fonte: TSE - Nov/2021.

\*Tipologia dos partidos de direita no Brasil, uma classificação empírica. Disponível em: <[https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229\\_a02.pdf](https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229_a02.pdf)>

Seguindo distribuição semelhante às candidaturas, o PT e o MDB/PMDB reuniram a maior parcela de vereadores indígenas tanto em 2016 quanto em 2020. Contudo, PSD, DEM e PP que somavam 18,5% das candidaturas, elegeram quase um quarto (23,2%) dos vereadores indígenas do país em 2020. No período analisado, nota-se um aumento de 2,6 pontos percentuais de vereadores indígenas nas legendas classificadas mais à direita, conforme gráfico 2.26.

**GRÁFICO 2.26 - DISTRIBUIÇÃO DE VEREADORES/AS INDÍGENAS ELEITOS, SEGUNDO ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS (2016-2020)**

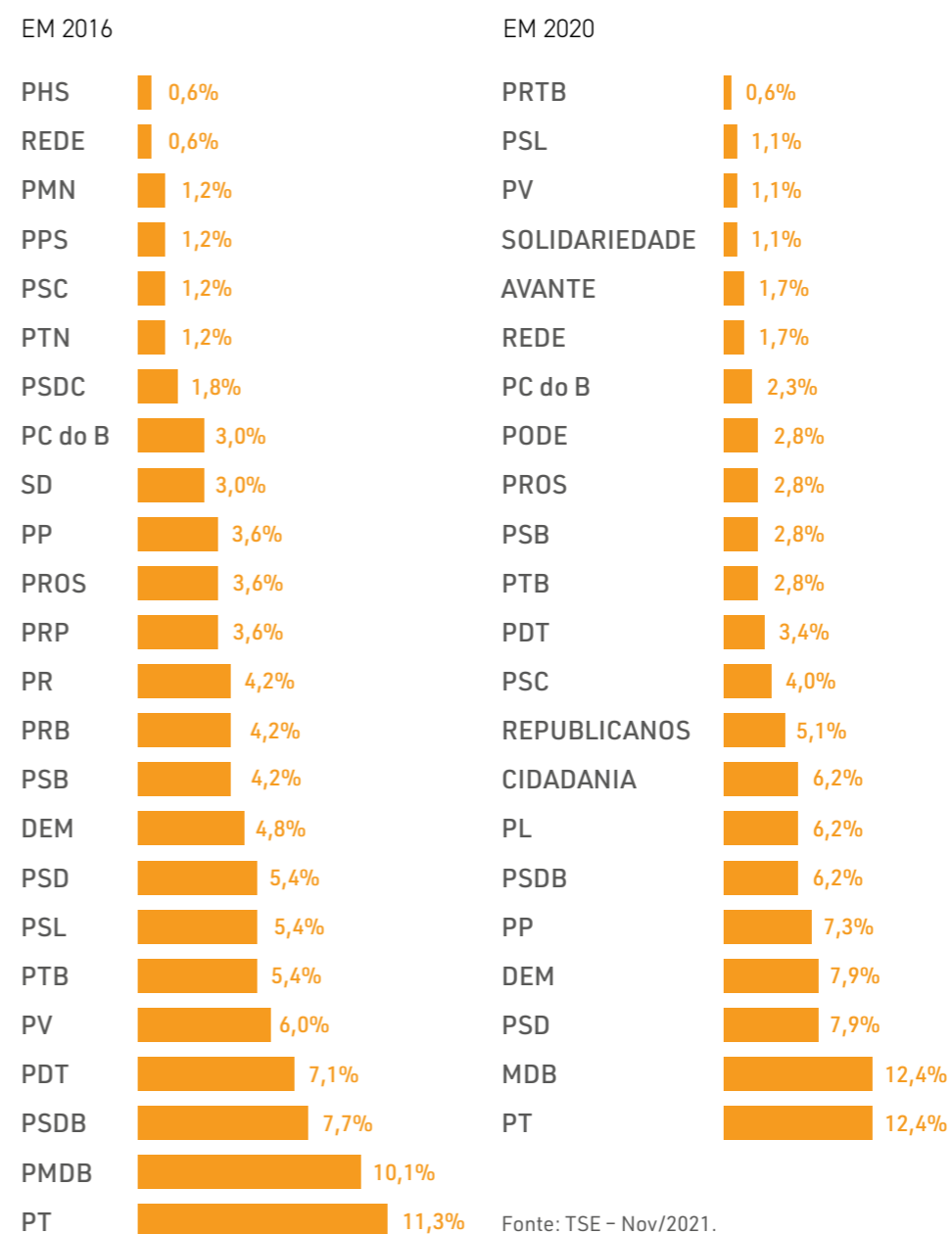


Fonte: TSE - Nov/2021.

\*Tipologia dos partidos de direita no Brasil, uma classificação empírica. Disponível em: <[https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229\\_a02.pdf](https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229_a02.pdf)>



**GRÁFICO 2.27 - DISTRIBUIÇÃO DE VEREADORES INDÍGENAS ELEITOS POR PARTIDO (2016-2020) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE VEREADORES INDÍGENAS)**



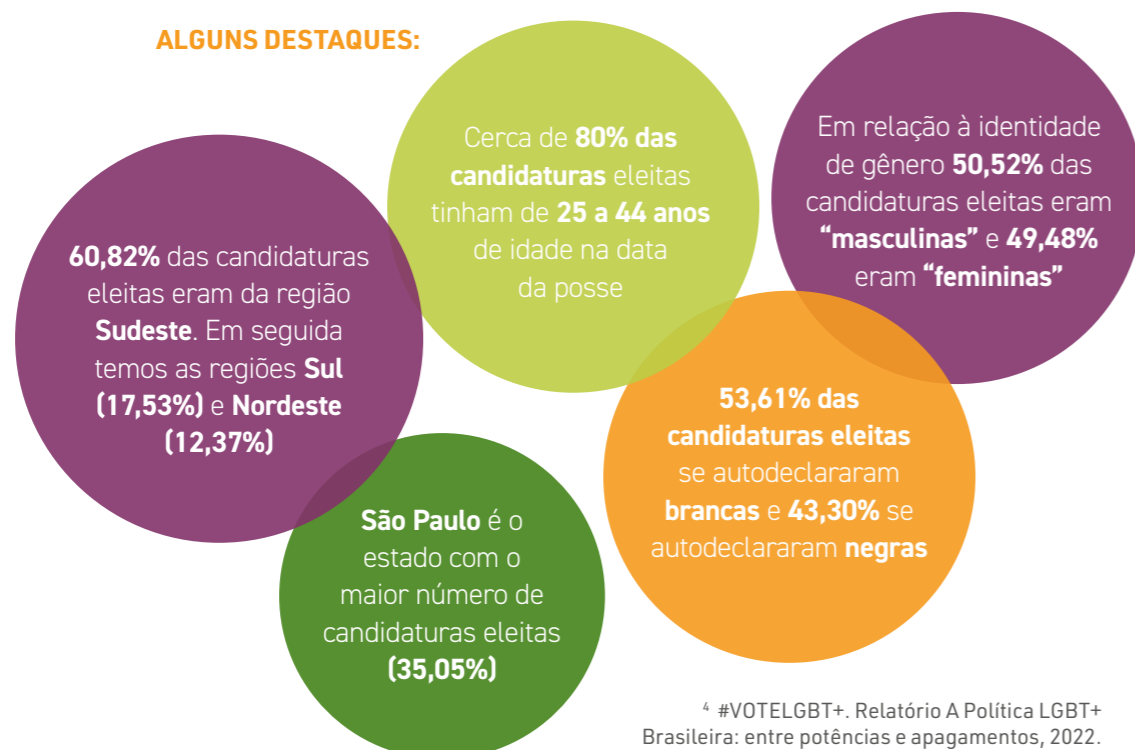
Fonte: TSE - Nov/2021.

# Uma análise da representatividade LGBT+ nas eleições para o legislativo municipal (2016-2020)

Quaisquer análises mais aprofundadas sobre a participação LGBT+ na disputa eleitoral esbarra em enormes lacunas de dados no Brasil. O TSE não coleta informações sobre orientação sexual e, desde 2020, passou a permitir o uso de nome social no ato de registro da candidatura, mas seu sistema apresenta falhas na metodologia de coleta dessa informação, por permitir que candidaturas cis também registrem um nome social. Para produzir estatísticas mais qualificadas acerca dessa temática, é urgente que a autodeclaração relacionada à orientação sexual e identidade de gênero seja devidamente implementada nos instrumentos de coletas de dados da justiça eleitoral, da mesma forma como ocorreu com o quesito raça/cor, eliminando quaisquer possibilidades de apagamentos que levem à violação de identidades e à consequente negação dos direitos da população LGBT+ no país.

**Esforços recentes de mapeamento<sup>4</sup> das candidaturas LGBT+ identificaram 546 candidaturas LGBT+ para vereança em 2020. Dessas, 97 foram eleitas, o que corresponde a uma taxa de sucesso eleitoral de 18%.**

## ALGUNS DESTAQUES:



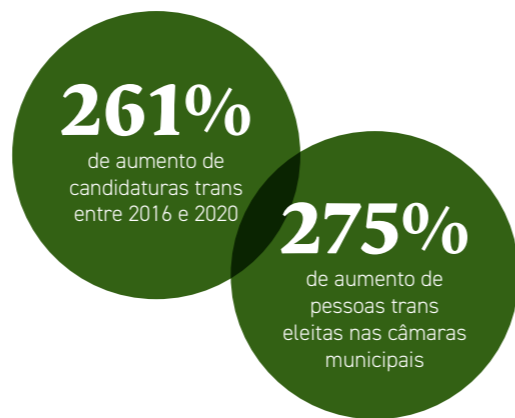
<sup>4</sup> #VOTELGBT+. Relatório A Política LGBT+ Brasileira: entre potências e apagamentos, 2022. Disponível em: <<https://votelgbt.org/pesquisas>>

A maioria das candidaturas eleitas tinha **nível superior completo (56,70%)**. Em seguida aparecem as com **ensino médio completo (20,62%)** e **superior incompleto (14,43%)**

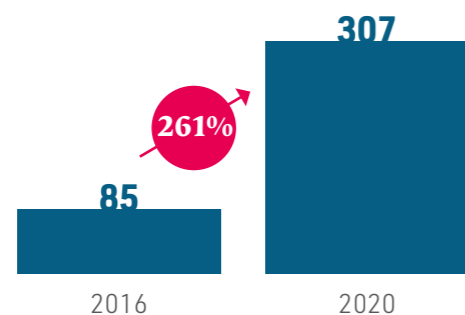
As candidaturas eleitas representaram 21 partidos distintos, mas os principais foram **PSOL (20,62%)**, **PT (18,56%)**, **PDT (11,34%)** e **PSDB (7,22%)**

**54,64%** das candidaturas eleitas eram filiadas a partidos de **esquerda**, **23,71%** eram de **centro** e **21,65%** eram de **direita**

Cabe destacar ainda o aumento da participação das pessoas trans na disputa eleitoral em 2020. As candidaturas trans para a vereança cresceram 261%, saltando de 85 em 2016 para 307 em todo o país, sendo 30 candidaturas coletivas em 2020. Dentre os eleitos, o incremento foi de 275%, passando de 8 para 30 vereadores.

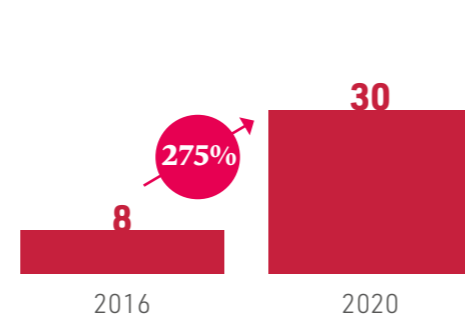


**GRÁFICO 2.28 - CANDIDATURAS TRANS PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS (2016-2020)**



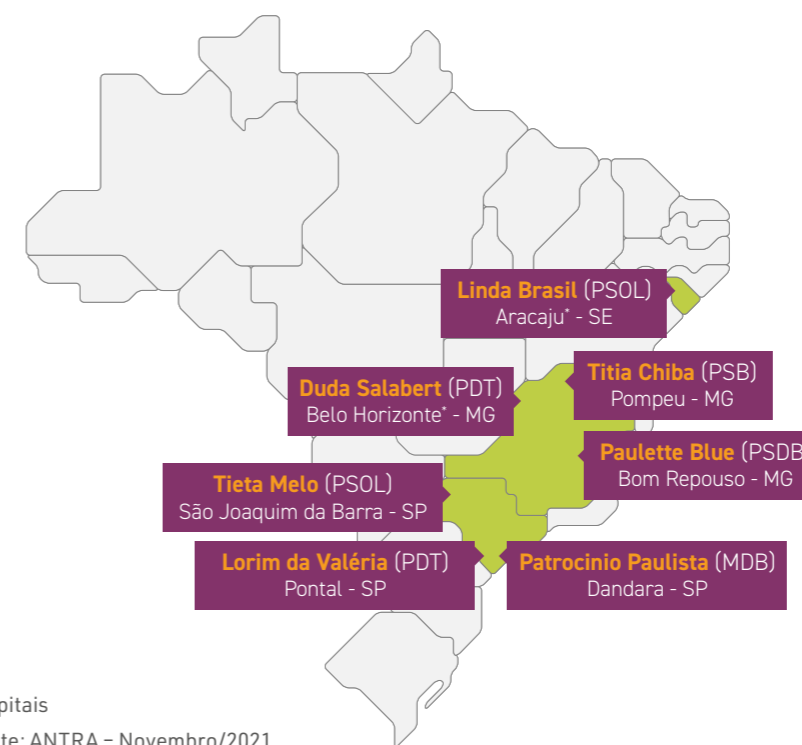
Fonte: ANTRA - Novembro/2021.

**GRÁFICO 2.29- PESSOAS TRANS ELEITAS PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS (2016-2020)**



Se avaliarmos a proporção de eleitos em relação ao total de candidaturas, a taxa de sucesso eleitoral das pessoas trans se manteve estável em torno de 10% entre 2016 e 2020. No entanto, **as candidaturas trans concentraram uma quantidade importante de votos no último pleito, sendo as mais votadas em sete cidades, sendo duas em capitais.** Em São Paulo, maior cidade do país, Erika Hilton também foi eleita vereadora, estando entre as 10 pessoas mais bem votadas.

**MAPA 2.5 - CAPITAIS ONDE AS PESSOAS TRANS TIVERAM A MAIOR VOTAÇÃO NA DISPUTA PARA VEREAÇA**



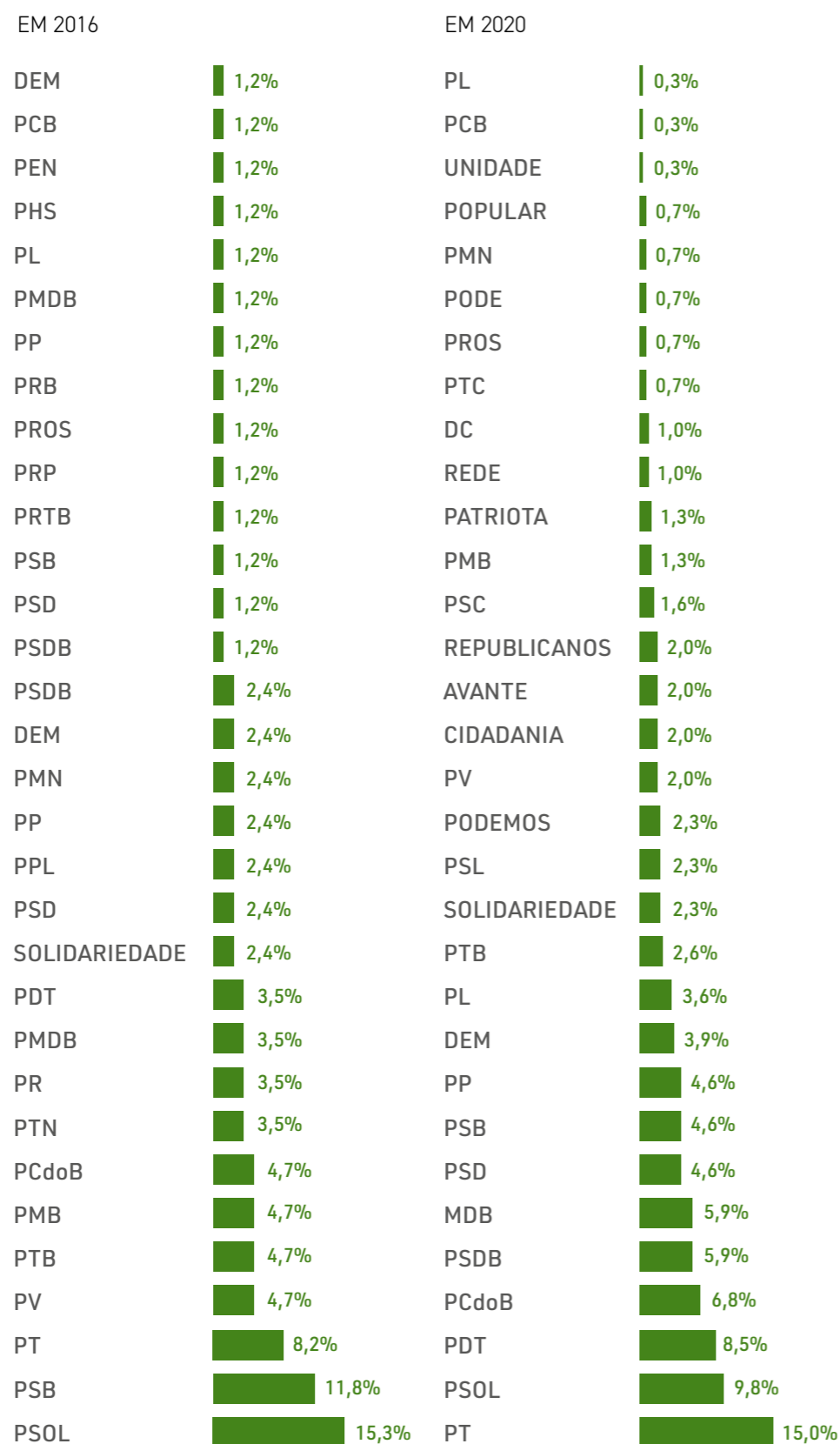
\*Capitais

Fonte: ANTRA - Novembro/2021.

É interessante observar ainda a presença das candidaturas trans a vereança em partidos de espectros ideológicos distintos, conforme gráfico 2.30. **Apesar de mais de 30 partidos terem lançado candidaturas trans à vereança em 2016 e 2020, quatro legendas concentraram 40% das candidaturas nos dois pleitos.** Em 2016, essa parcela de 40% estava concentrada respectivamente no PSOL, PSB, PT e PV, mas, em 2020, migrou para PT, PSOL, PDT e PCdoB.

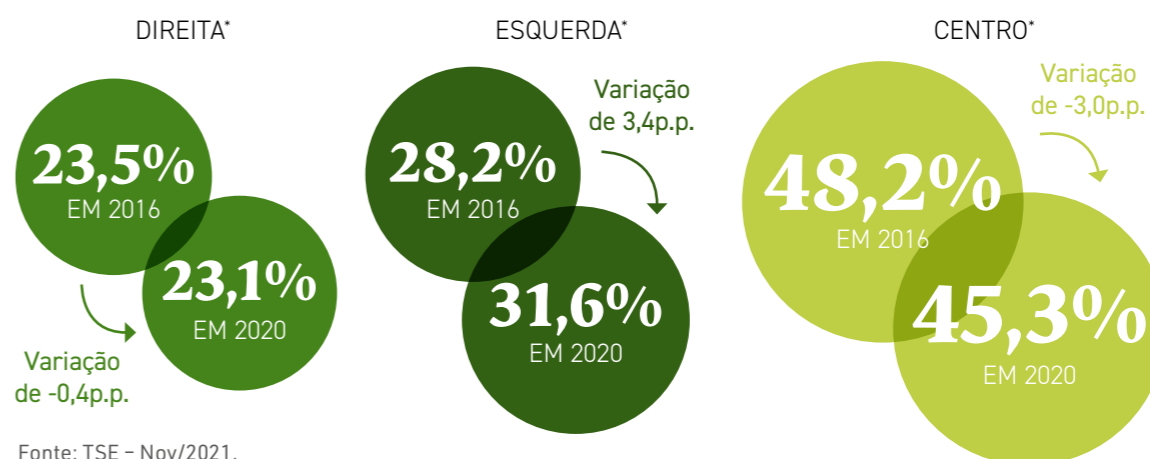


**GRÁFICO 2.30- DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS TRANS PARA VEREAÇÃO POR PARTIDO (2016-2020)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATURAS TRANS)



Fonte: ANTRA - Novembro/2021.

**GRÁFICO 2.31 - DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS TRANS PARA VEREAÇÃO, SEGUNDO ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS (2016-2020)**



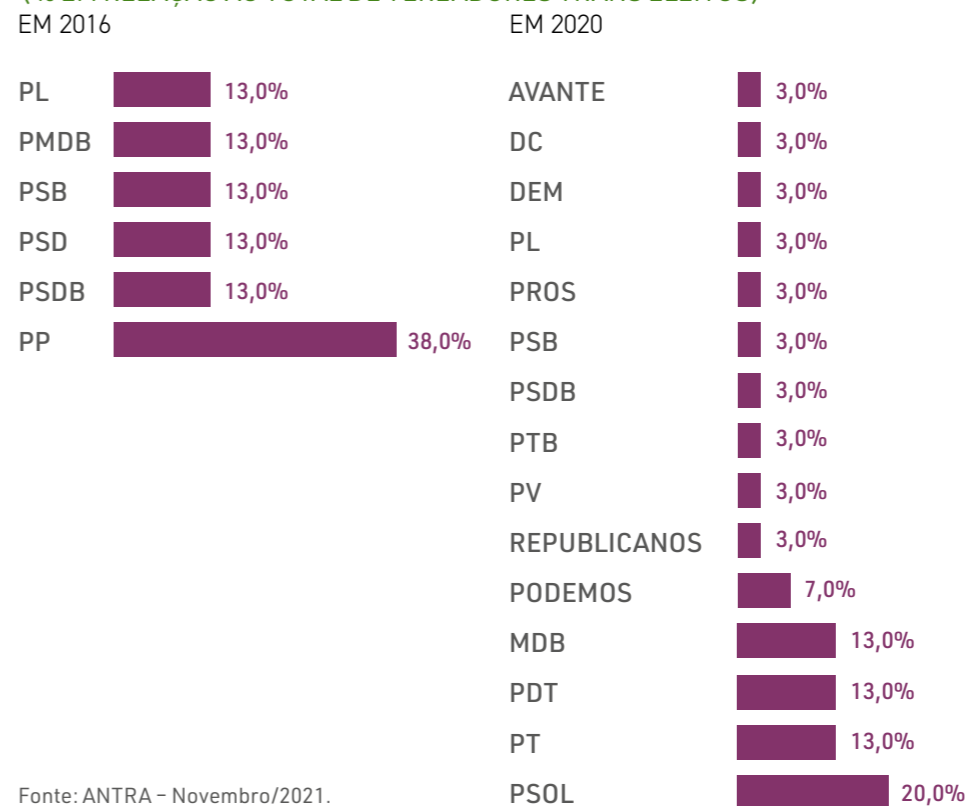
Fonte: TSE - Nov/2021.

\*Tipologia dos partidos de direita no Brasil, uma classificação empírica. Disponível em: <[https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229\\_a02.pdf](https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229_a02.pdf)>

Em 2016, o PP elegeu mais de um terço (23,2%) dos/as vereadores/as trans do país. Mas, em 2020, o primeiro lugar do ranking passou a ser ocupado pelo PSOL (20%), seguido pelo PT (13%), PDT (13%) e MDB (13%), conforme gráfico 2.25. No período analisado, nota-se um aumento de 37,5 pontos percentuais de vereadores trans nas legendas classificadas mais à esquerda, conforme gráfico 2.32.

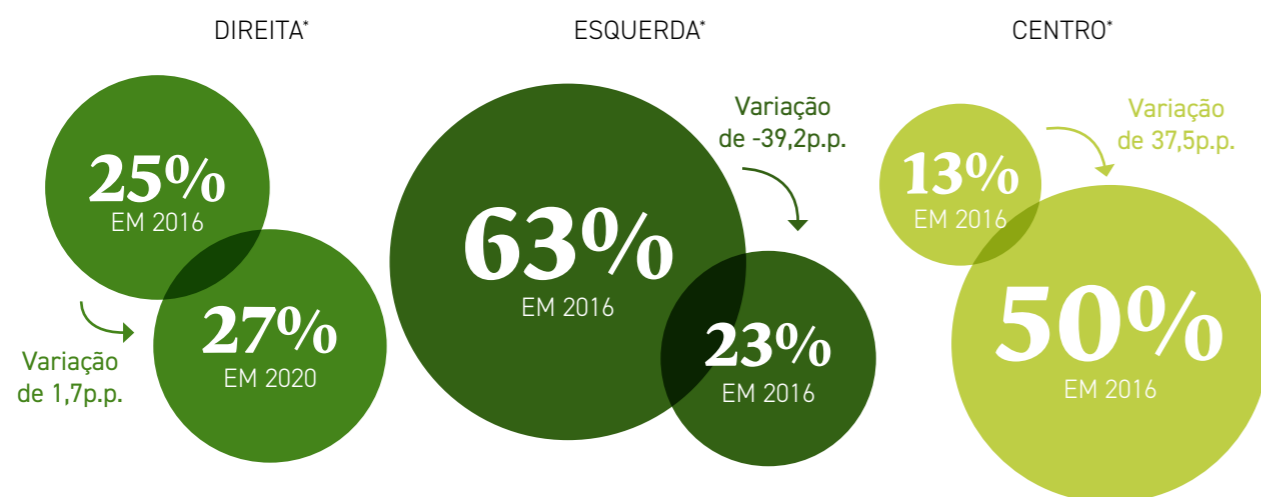
**GRÁFICO 2.32 - DISTRIBUIÇÃO DE VEREADORES TRANS ELEITOS POR PARTIDO (2016-2020)**

(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE VEREADORES TRANS ELEITOS)



Fonte: ANTRA - Novembro/2021.

**GRÁFICO 2.36 - DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS PARA VEREANÇA, SEGUNDO ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS (2016-2020)**



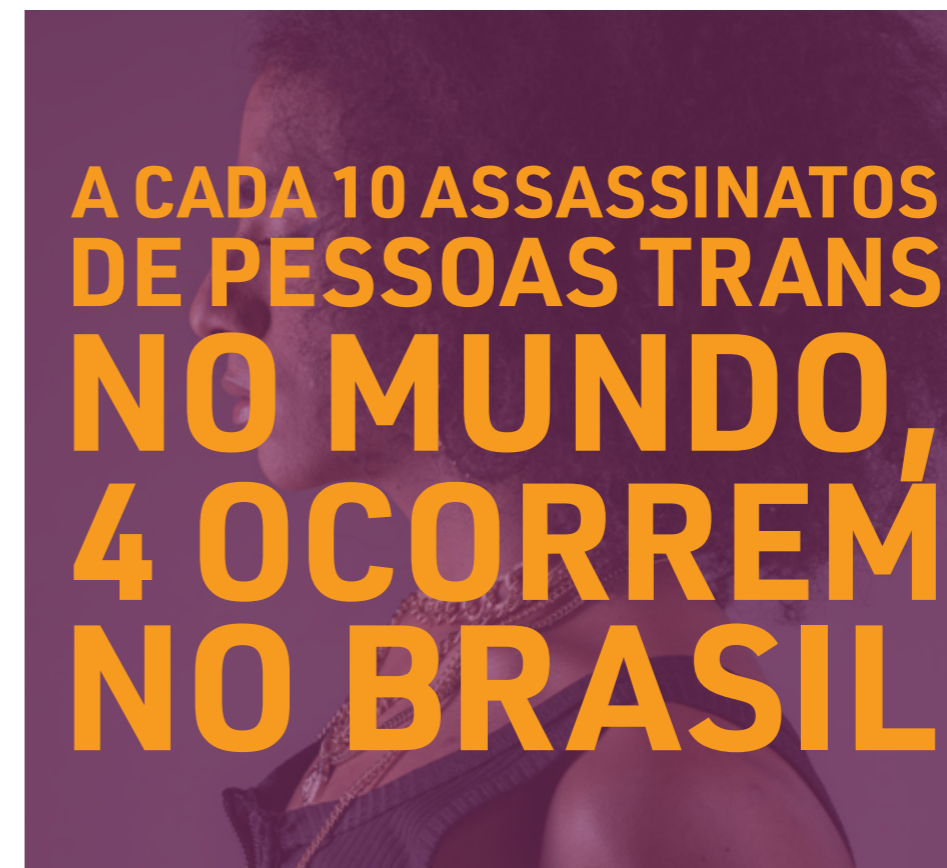
Fonte: TSE - Nov/2021.

\*Tipologia dos partidos de direita no Brasil, uma classificação empírica. Disponível em: <[https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229\\_a02.pdf](https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n229_a02.pdf)>

**MAPA 2.6 - PESSOAS TRANS ELEITAS VEREADORAS POR UF (2020)**



Dentre outros fatores, esse avanço em termos de ocupação dos espaços de poder decorre de importante articulação social em resposta à crescente violação de direitos da população trans no país. Pelo décimo ano consecutivo, o Brasil segue sendo o lugar mais perigoso para uma pessoa transsexual viver. Pelo menos 125 travestis, homens e mulheres trans foram assassinadas devido a sua identidade de gênero entre outubro de 2020 e setembro de 2021 no país, segundo o projeto *Transrespect versus Transphobia Worldwide* (TVT) da TransGender Europe (TGEU).



O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil produzido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil denuncia que, durante o ano de 2021, ocorreram 316 mortes LGBT de forma violenta no país. Dessas, 285 foram assassinatos, 26 suicídios e 5 outras causas. Nesse contexto, a presença de pessoas trans nos espaços de poder é uma estratégia importante para assegurar que as políticas públicas levem em consideração seus direitos..

Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>>





# 3.

Desigualdades de  
acesso a recursos  
para campanhas  
políticas

# Como são financiadas as campanhas

Nos últimos anos, assistimos a uma profusão de denúncias de corrupção relacionadas a práticas ilegais de arrecadação de recursos para campanhas políticas (popularmente conhecidas como caixa dois), contando com o envolvimento de empresários, agentes governamentais e diferentes partidos políticos. A mobilização da opinião pública em torno desses casos, intensificou o debate a respeito do financiamento de campanhas eleitorais e gerou modificações nos dispositivos legais.

A primeira alteração importante foi a **proibição do financiamento empresarial de campanhas políticas**, instituída pela minirreforma eleitoral de 2015<sup>1</sup>. Com a aprovação dessa medida, as possibilidades de arrecadação ficaram restritas aos recursos do Fundo Partidário e às doações de pessoas físicas, incluindo aí o próprio candidato que poderia praticar o autofinanciamento ao aportar recursos na própria campanha. Esse modelo foi testado pela primeira vez durante o pleito municipal de 2016 e seus limites foram evidenciados pelas vantagens eleitorais propiciadas às candidaturas mais ricas e com melhores condições de mobilizar recursos via autofinanciamento e por meio de doações de pessoas físicas, favorecidas pelo acesso privilegiado a determinadas redes sociais, familiares e políticas. A minirreforma eleitoral de 2015 também diminuiu o tempo de campanha de 90 para 45 dias nas ruas e de 45 para 35 dias o período de propaganda eleitoral de rádio e TV. Essa redução foi justificada como forma de reduzir os custos de campanha, porém o período menor favorece quem já tem poder político e econômico, impactando negativamente a possibilidade de renovação dos quadros de representação política<sup>2</sup>.

Em 2017, a Câmara dos Deputados aprovou a criação do **Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)** com recursos públicos destinados exclusivamente para esse fim<sup>3</sup>. E esse tema ganhou novos contornos em 2018 quando a **justiça eleitoral passou a garantir o direito a pelo menos 30% dos recursos públicos e do tempo de propaganda eleitoral para as campanhas de mulheres**. Essas conquistas se desenvolveram no bojo de inúmeras disputas envolvendo o Congresso Nacional, os partidos políticos, os movimentos sociais, os organismos eleitorais, os meios de comunicação e o Supremo Tribunal Federal. E foram atravessadas ainda por uma ampla reação pública

1. Lei nº 13.165/2015 impulsionada pelo julgamento do STF em favor da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4650 ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4136819>>

2. VENTURINI, Lilian. 2016. Tempo de campanha menor prejudica eleitor, diz ministro do TSE. In: Nexo Jornal, 25.09.2020. Disponível em <https://bit.ly/3mE7Tdz>. Acessado em 29 de julho de 2021.

3. Lei 13.487/2017

ao assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, revelando o quanto a política brasileira pode ser hostil às mulheres<sup>4</sup>.

Desde então, vem se discutindo as oportunidades e os limites dessa nova configuração para democratizar de fato o poder político no país, levando em conta critérios de representação de gênero, pertencimento étnico-racial e classe social. **No pleito de 2018 - o primeiro a se desenrolar após a implantação das cotas de financiamento para campanhas femininas - assistimos a um incremento histórico de 50% na presença de mulheres na Câmara dos Deputados**. Elas passaram de 51 para 77 deputadas federais eleitas, sendo 63 brancas, 13 negras e a primeira mulher indígena da história política do país. No entanto, esse número correspondeu a apenas 15% do total de vagas disponíveis no parlamento federal. Já nas Assembleias Legislativas estaduais, elas passaram a ocupar 164 dos 1059 assentos existentes, o que significa um crescimento de 38% em relação a 2014, mas equivale apenas a 16% do total das cadeiras nos parlamentos estaduais.

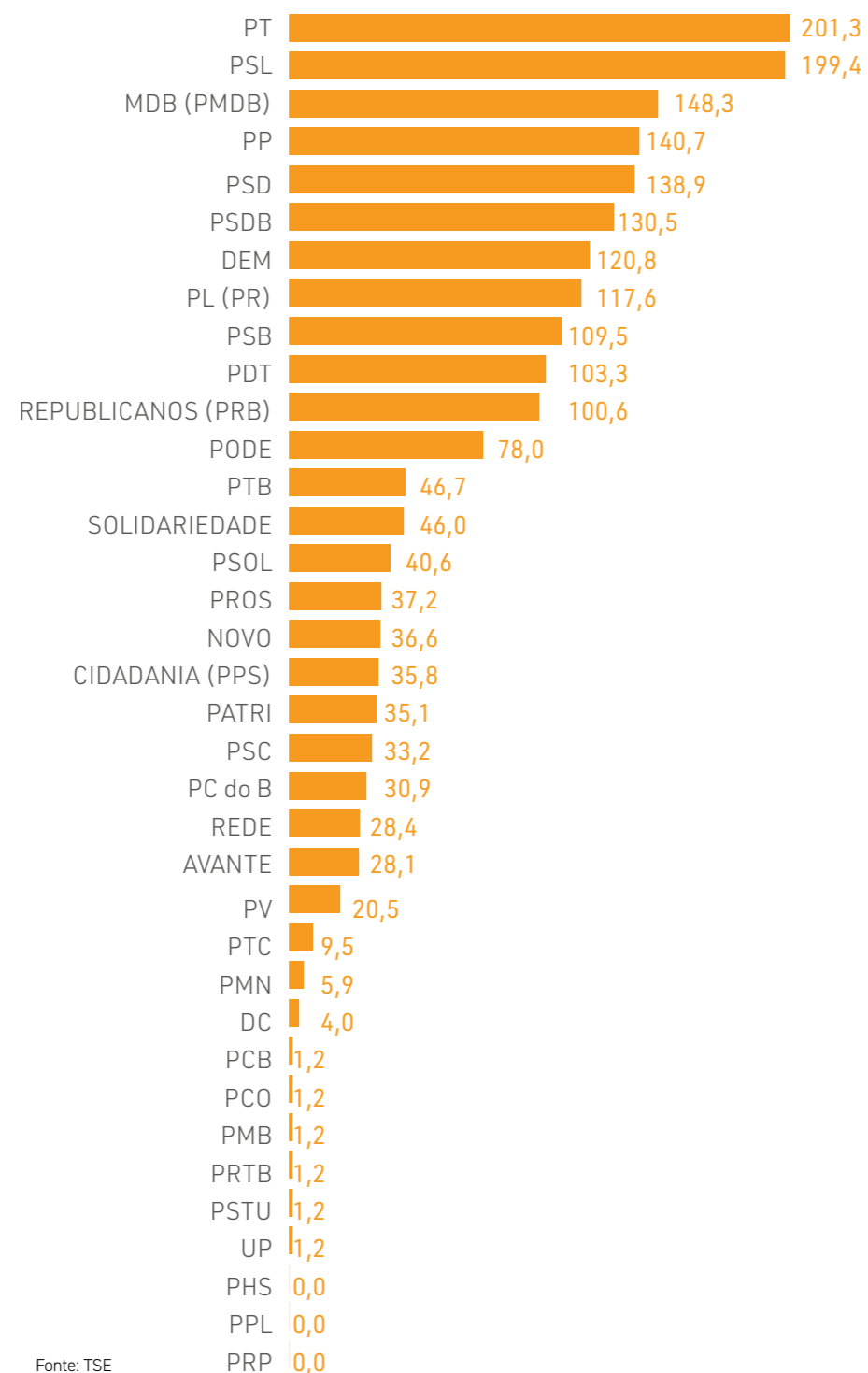
Em 2020, mais uma importante novidade entrou em cena: **foram estabelecidas cotas raciais para o financiamento de campanhas**, em decorrência de uma consulta<sup>5</sup> realizada pela Deputada Benedita da Silva ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No mês de agosto, a corte definiu que a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão deveria ser proporcional às candidaturas negras que cada partido apresentasse na disputa, gerando um precedente importante para o enfrentamento do racismo na ocupação dos espaços de poder político do país. E, no mês de setembro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a imediata aplicação dessa decisão já nas eleições correntes. Vale lembrar que, naquele pleito de 2020, o prazo para registro das candidaturas foi encerrado em 26 de setembro e o primeiro turno de votação acabou sendo adiado para 15 de novembro, em função da pandemia de coronavírus.

4. Somente em 2018, foi apresentada no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI nº 5617, questionando o teto de 15% do Fundo Partidário para financiar campanhas femininas. E o tribunal decidiu, no dia seguinte ao assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, que pelo menos 30% dos recursos para campanha do Fundo Partidário deveria ser destinado às candidaturas de cada sexo. Por esse regramento, ficou estabelecido também que esse percentual mínimo seria válido inclusive para o tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Poucos meses depois, a partir de uma consulta feita por deputadas e senadoras ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a justiça eleitoral determinou ainda que os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) também fossem distribuídos, conforme essa mesma lógica do Fundo Partidário.

5. CONSULTA Nº 0600306-47.2019.6.00.0000

Nas primeiras eleições municipais com financiamento público de campanhas e com a vigência de novas regras de distribuição proporcional de recursos para campanhas de mulheres e de pessoas negras, o valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) foi de R\$ 2,034 bilhões, distribuídos conforme gráfico 3.1.

**GRÁFICO 3.1: DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC) POR PARTIDO EM 2020**  
(VALORES EM R\$ MILHÕES)

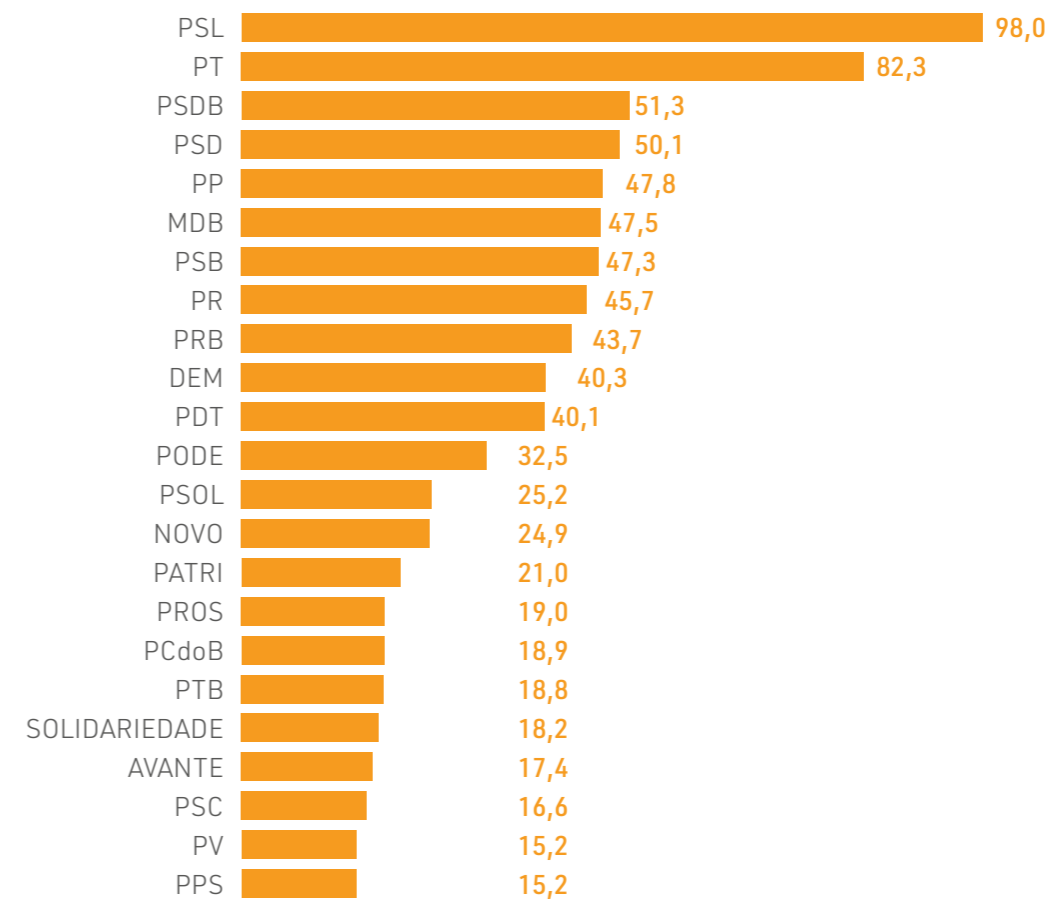


Fonte: TSE

Nota: Dois partidos comunicaram à Justiça Eleitoral a sua decisão de renunciar aos recursos do FEFC para financiar as campanhas políticas de seus candidatos a prefeito e vereador: o Partido Novo e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

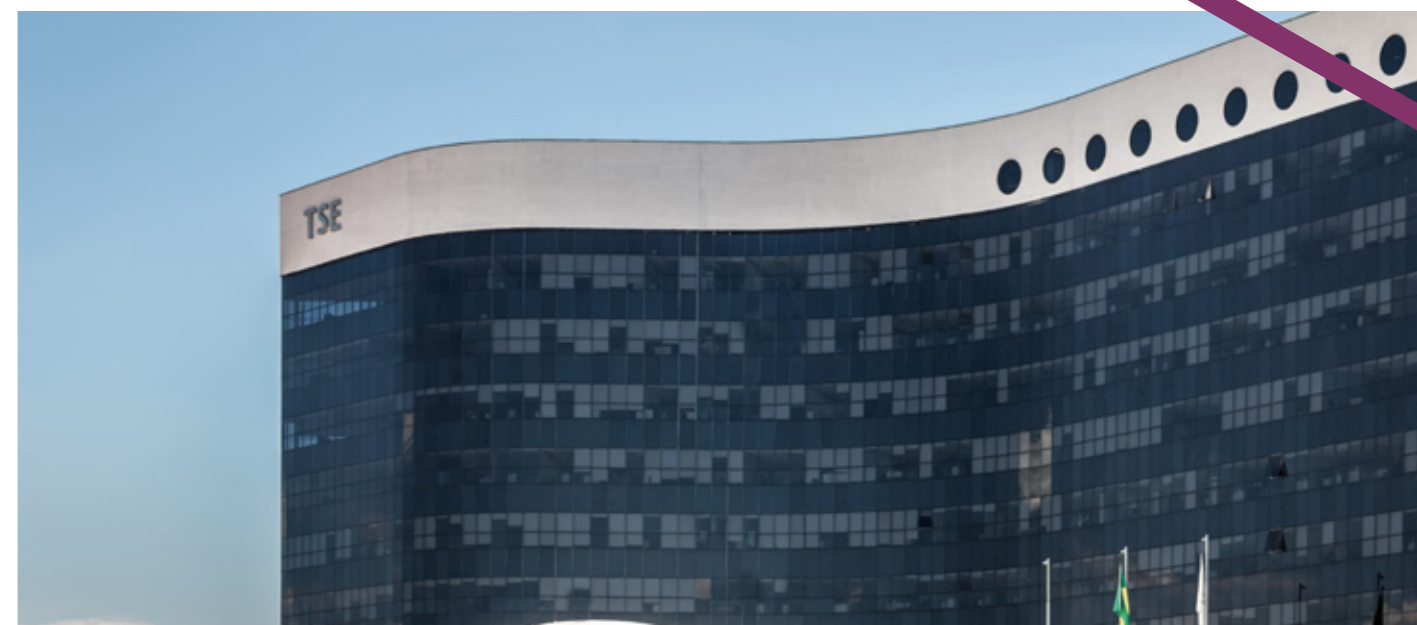
Já o Fundo Partidário, definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA), foi equivalente a cerca de R\$ 959 milhões, dos quais aproximadamente de R\$ 837 milhões haviam sido distribuídos até dezembro de 2020, conforme gráfico 3.2:

**GRÁFICO 3.2: DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO EM 2020**  
(VALORES EM R\$ MILHÕES)



Fonte: TSE

Nota: Nove legendas não tiveram direito aos recursos do Fundo Partidário: Rede, DC, PCB, PCO, PMB, PMN, PRTB, PSTU e PTC. O novo partido Unidade Popular (UP) também não teve acesso aos valores por ter obtido seu registro em 2020.



FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA  
(FEFC) EM 2020

R\$ 2.034.954.823,96

FUNDO PARTIDÁRIO EM 2020

R\$ 959.015.755,00

#### QUAL A DIFERENÇA ENTRE O FUNDO ELEITORAL E O FUNDO PARTIDÁRIO?

O **Fundo Eleitoral para Financiamento de Campanha (FEFC)** foi criado pelas Leis nº 13.487/2017 e 13.488/2017 para custear exclusivamente as eleições, após a extinção do financiamento empresarial de campanha, sendo constituído por recursos públicos da União.

Já o **Fundo Partidário** foi criado pela Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) para custear anualmente as atividades partidárias, como por exemplo a manutenção de sedes, pagamento de pessoal, realização de pesquisas, eventos, campanhas institucionais, dentre outros, podendo ser aplicado também nas eleições. Caso o partido resolva utilizar parte das verbas desse fundo para campanhas políticas, pelo menos 30% do total dos recursos aplicados para essa finalidade deve ser destinado às mulheres. Os recursos do Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral para Financiamento de Campanha (FEFC) correspondem, portanto, a montantes diferentes que não se confundem, nem se misturam e não podem ser deduzidos um do outro.

## Financiamento de campanhas para as prefeituras (2016 e 2020)

Nas primeiras eleições municipais sem o financiamento empresarial de campanhas políticas, a arrecadação total das candidaturas à prefeitura foi fortemente determinada pelas doações de pessoas físicas e por recursos dos próprios candidatos que corresponderam respectivamente a 42% e 37% do montante total, conforme tabela 3.1. As cifras indicam que os **candidatos mais ricos e com condições de aportar mais recursos em suas próprias campanhas acabaram tendo vantagens competitivas sobre os demais**, já que a arrecadação via recursos próprios correspondeu a R\$ 640 milhões, enquanto os recursos partidários foram equivalentes a R\$ 351 milhões, quase metade dessas cifras.

Os dados sugerem ainda que o **lobby empresarial nas eleições pode ter encontrado outro caminho para seguir atuando legalmente: por meio das doações das pessoas físicas dos sócios, proprietários, principais acionistas, diretores, presidentes e conselheiros de empresas**. Essa é a conclusão de um levantamento<sup>6</sup> feito pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP) que cruzou CPFs dos principais doadores de candidaturas à prefeitura do Rio de Janeiro/RJ com CNPJs ativos e identificou que de 59 CPFs, 58 ocupavam cargos de liderança no topo da hierarquia de 643 empresas, sendo a maior parte delas oriundas do setor de engenharia e construção. Cabe ampliar a abrangência dessas análises para verificar se essa hipótese também se sustenta na disputa eleitoral das demais cidades do país.

**TABELA 3.1: COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO DAS CAMPANHAS A PREFEITURAS POR TIPO DE FONTE (2016 E 2020) (VALOR ABSOLUTO E % SOBRE O TOTAL DO ANO)**

	2016 (R\$)	%	2020 (R\$)	%	Varição 2016-2020 (R\$)	%
Recursos de pessoas físicas	716.593.424,22	41,8%	559.591.583,26	26,7%	-157.001.840,96	-21,9%
Recursos próprios	639.627.824,48	37,4%	182.434.103,35	8,7%	-457.193.721,13	-71,5%
Recursos de outros candidatos	2.077.628,70	0,1%	2.324.917,95	0,1%	247.289,25	11,9%
Recursos de partido político	351.323.716,69	20,5%	1.341.358.653,57	64,1%	990.034.936,88	281,8%
Outras fontes	2.895.505,81	0,2%	6.667.837,66	0,3%	3.772.331,85	130,3%
<b>Total Geral</b>	<b>1.712.520.115,89</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.092.377.095,79</b>	<b>100,0%</b>	<b>379.856.979,90</b>	<b>22,2%</b>

Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

6. DUARTE, ALESSANDRA: Empresas driblam lei para doar a campanhas eleitorais. Jornal O Globo, set/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/empresas-driblam-lei-para-doar-campanhas-eleitorais-20132632>>

**1 a cada 3 reais  
arrecadados pelos candidatos a prefeito  
em 2016 foi via  
autofinanciamento**

Em 2016, a arrecadação das campanhas via  
**recursos próprios**  
foi quase o dobro dos  
**recursos partidários**

**R\$ 640  
milhões**  
de recursos  
próprios em 2016

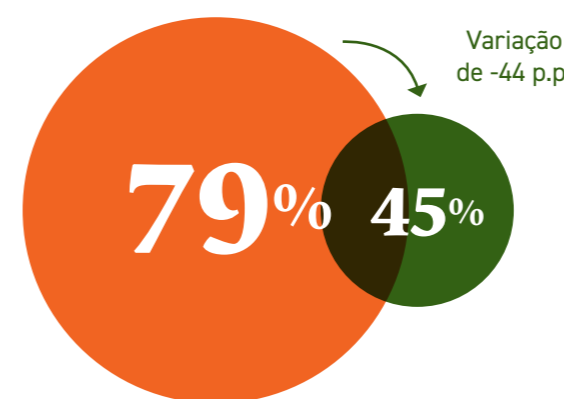
**R\$ 351  
milhões**  
de recursos  
partidários em  
2016

Já em 2020, com o advento do Fundo Eleitoral para Financiamento de Campanha (FEFC), os partidos políticos passaram a compor 64% da arrecadação das candidaturas a prefeituras, um crescimento de 43 pontos percentuais em relação a 2016, conforme Gráfico 3.3. Enquanto isso, os recursos próprios e as doações de pessoas físicas somados apresentaram um decréscimo de 44 pontos percentuais na composição da arrecadação total, passando a representar pouco mais de um terço (35%) da verba disponível. Vale lembrar que, no pleito anterior, essa somatória chegava a 79%, o que sugere que **o financiamento de campanha via fundo público tem potencial de contribuir para reduzir as desvantagens de candidatos mais pobres e com maiores dificuldades de mobilização de recursos via autofinanciamento e/ou doações mais significativas de pessoas físicas.**

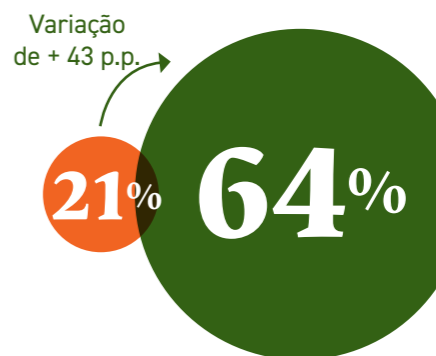
Apesar das outras fontes representarem menos de 1% da arrecadação total nos dois pleitos, verificamos um aumento significativo do seu valor absoluto entre 2016 e 2020, puxado principalmente pelo financiamento coletivo que atingiu o patamar de R\$ 6,3 milhões em 2020.

**PESO DE DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS + RECURSOS PRÓPRIOS NA ARRECADAÇÃO TOTAL DAS CAMPANHAS (2016-2020)**

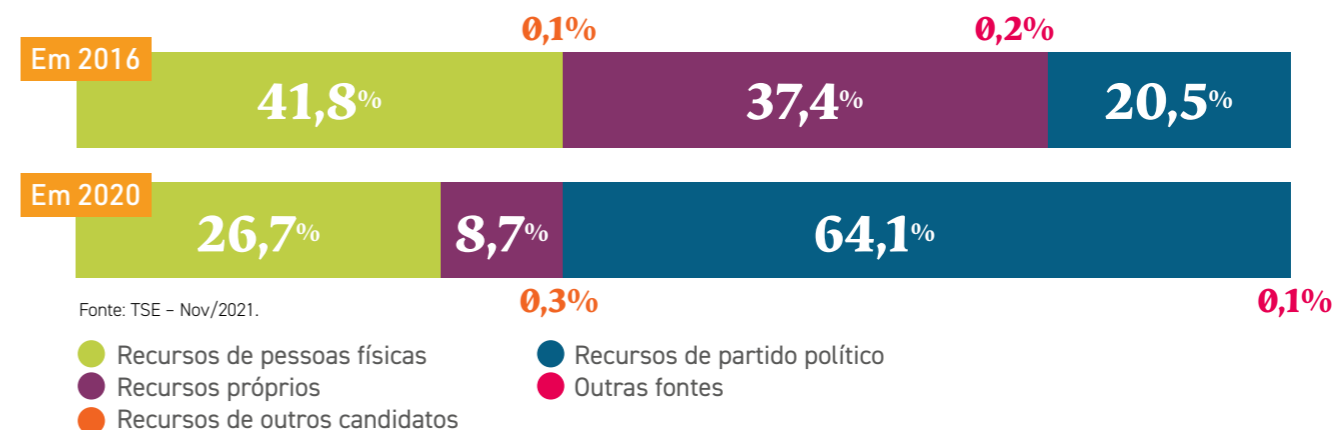
2016 2020



**PESO DOS RECURSOS DE PARTIDOS POLÍTICOS NA ARRECADAÇÃO TOTAL DAS CAMPANHAS (2016-2020)**



**GRÁFICO 3.3: PROPORÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS PARA CANDIDATURAS A PREFEITURA, POR TIPO DE FONTE (2016 E 2020)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RECURSOS ARRECADADOS POR TODOS OS CANDIDATOS)



# Financiamento de campanhas para as câmaras de vereadores (2016 e 2020)

No caso das campanhas para o legislativo municipal, o financiamento público também foi importante para equilibrar as condições financeiras na corrida eleitoral comparativamente entre 2016 e 2020, mas é importante observar que **as doações de pessoas físicas e o autofinanciamento possuem um peso relativo comparativamente maior nas eleições para o poder legislativo do que para o executivo nos dois últimos pleitos.**

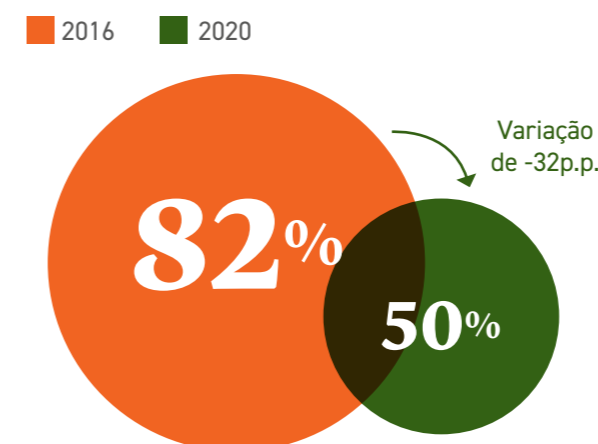
Diante da aprovação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os recursos partidários passaram de 8% para 39% da arrecadação total das candidaturas para as câmaras municipais, um crescimento de 31 pontos percentuais, conforme tabela 3.2. Também é possível constatar um decréscimo expressivo do peso das doações de pessoas físicas e de recursos próprios na composição da arrecadação dos candidatos em 2020, passando a representar 33% e 17% respectivamente. **Mesmo assim, as doações de pessoas físicas e os recursos próprios somados ainda significam metade (50%) da arrecadação total.** Diferente da disputa para as prefeituras, os recursos de outros candidatos também ganham mais relevância nas campanhas de vereadores, tendo representado cerca de 10% do total nos dois últimos pleitos.

**TABELA 3.1: COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO DAS CAMPANHAS A PREFEITURAS POR TIPO DE FONTE (2016 E 2020) (VALOR ABSOLUTO E % SOBRE O TOTAL DO ANO)**

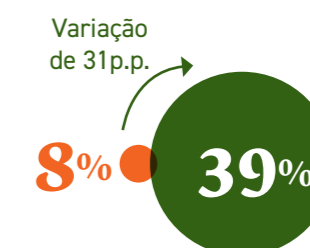
	2016 (R\$)	%	2020 (R\$)	%	Varição 2016-2020 (R\$)	%
Recursos de pessoas físicas	751.400.871,98	45,5%	540.359.727,51	32,7%	-211.041.144,47	-28,1%
Recursos próprios	604.528.327,71	36,6%	288.103.562,18	17,4%	-316.424.765,53	-52,3%
Recursos de outros candidatos	164.794.439,20	10,0%	175.016.991,80	10,6%	10.222.552,60	6,2%
Recursos de partido político	129.142.535,44	7,8%	638.975.985,24	38,7%	509.833.449,80	394,8%
Outras fontes	786.161,29	0,0%	9.967.681,28	0,6%	9.181.519,99	1167,9%
<b>Total Geral</b>	<b>1.650.652.335,62</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.652.423.948,01</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.771.612,39</b>	<b>0,1%</b>

Fonte: TSE - nov/2021  
Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

## PESO DE DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS + RECURSOS PRÓPRIOS NA ARRECADAÇÃO TOTAL DAS CAMPANHAS (2016-2020)

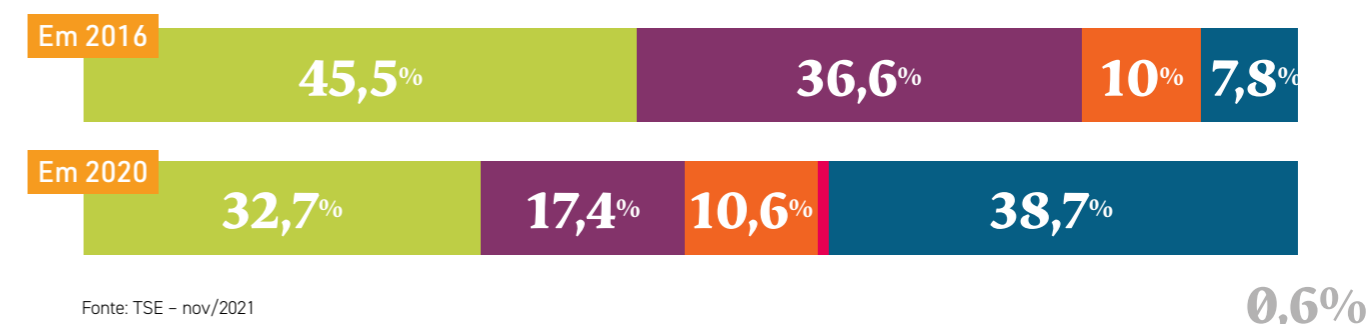


## PESO DOS RECURSOS DE PARTIDOS POLÍTICOS NA ARRECADAÇÃO TOTAL (2016-2020)



## GRÁFICO 3.4: PROPORÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS PARA CANDIDATURAS DE VEREADORES E VEREADORAS, POR TIPO DE FONTE (2012, 2016 E 2020)

(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RECURSOS ARRECADADOS POR TODOS OS CANDIDATOS)



Fonte: TSE - nov/2021

- Recursos de pessoas físicas
- Recursos próprios
- Recursos de outros candidatos
- Recursos de partido político
- Outras fontes

Tanto no caso do poder executivo quanto do legislativo municipal, as eleições de 2016 foram fortemente marcadas por uma maior dependência de recursos próprios e de doações de pessoas físicas, o que gerou vantagens competitivas para candidatos que dispunham de maiores quantias para o autofinanciamento de suas campanhas e/ou com melhores condições de ativar determinados tipos de redes sociais e políticas para mobilização de recursos. **Já em 2020, o fundo público exclusivo para o financiamento das campanhas eleitorais abriu oportunidades para reduzir privilégios decorrentes da desigualdade de renda e do acesso diferenciado a redes sociais, familiares e/ou políticas que impactam a capacidade de arrecadação das candidaturas junto a pessoas físicas.** Contudo, é importante analisar os critérios adotados pelos partidos políticos para destinação desses recursos. É o que faremos a seguir, observando parâmetros de gênero e raça.

# Arrecadação de campanhas com recorte de gênero e raça

A literatura<sup>7</sup> ensina que uma distribuição equilibrada de financiamento de campanhas entre gêneros pressupõe equivalência entre a proporção de candidaturas e a parcela de recursos arrecadados por homens e mulheres. Uma análise comparada dos resultados dos últimos dois pleitos municipais (2016 e 2020) sugere que, na disputa pelas prefeituras, **houve uma redução do sub-financiamento proporcional das campanhas femininas após a criação do fundo público e das cotas de gênero e raça no direcionamento dos recursos**. Em 2016, as mulheres eram 13% das candidaturas à prefeitura, mas acessaram apenas 12% da arrecadação total. Já em 2020, a proporção de candidatas subiu para 14%, mas elas receberam 18% da receita total disponível.



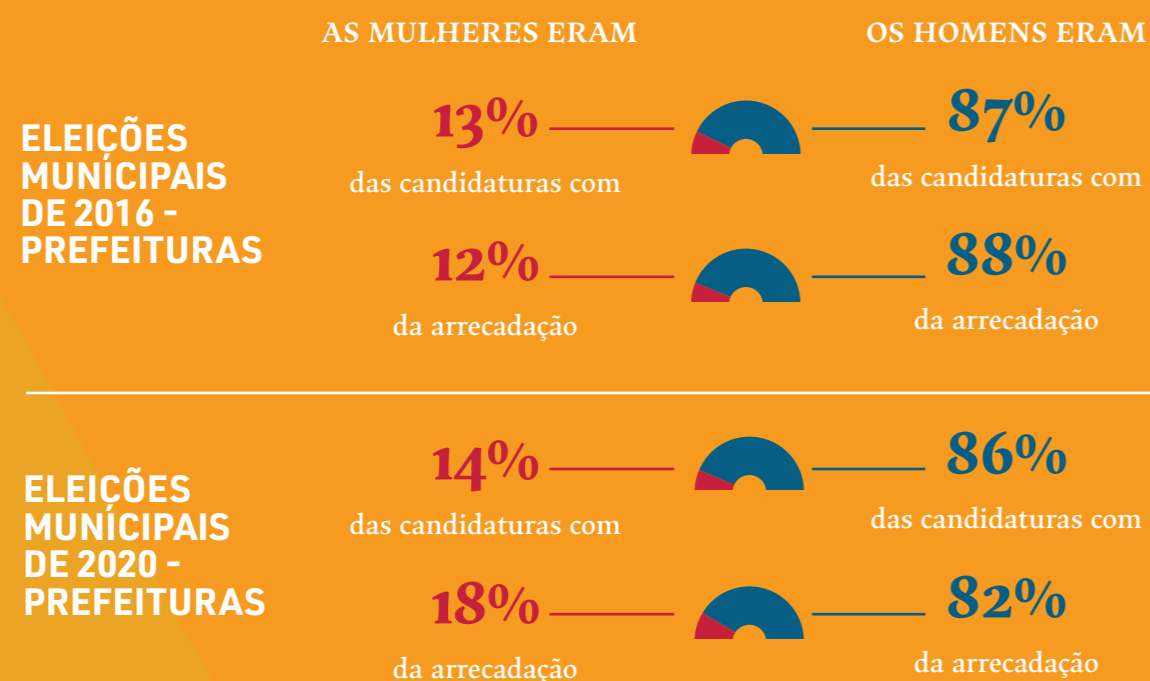
Em parte, essa diferença entre 2016 e 2020 se explica pela participação ampliada das mulheres concorrendo à prefeitura de municípios com mais de 100 mil habitantes. **Esse avanço feminino na disputa pelo comando do poder executivo nas cidades maiores, onde as campanhas costumam ser mais custosas, puxou a arrecadação feminina para cima em 2020**. A tabela 3.3 demonstra como a arrecadação média das campanhas para o poder executivo municipal cresce, conforme aumenta a população das cidades, independente do gênero das candidaturas. Contudo, entre 2016 e 2020, a arrecadação média das mulheres candidatas a prefeitura se ampliou nos municípios de diferentes portes populacionais, tendo crescido de maneira mais significativa nas cidades de maior porte. No mesmo período, a arrecadação média dos homens apresentou variação negativa em todas as faixas.

**TABELA 3.3: ARRECADAÇÃO MÉDIA DAS CANDIDATURAS A PREFEITURA POR GÊNERO E POR PORTE DE MUNICÍPIO (2016-2020)**

Porte populacional dos municípios	Arrecadação média das mulheres			Arrecadação média dos homens		
	2016 (R\$)	2020 (R\$)	Variação 2016-2020 (%)	2016	2020	Variação 2016-2020 (%)
Até 20 mil habitantes	R\$ 51.976	R\$ 65.654	26%	R\$ 50.090	R\$ 46.407	-7%
De 20.001 a 50 mil	R\$ 90.116	R\$ 110.605	23%	R\$ 89.292	R\$ 77.376	-13%
De 50.001 mil a 100 mil	R\$ 157.723	R\$ 159.953	1%	R\$ 149.856	R\$ 126.454	-16%
De 100.001 mil a 900 mil	R\$ 294.213	R\$ 397.004	35%	R\$ 311.769	R\$ 303.323	-3%
Acima de 900.001	R\$ 666.689	R\$ 1.428.250	114%	R\$ 1.727.675	R\$ 1.700.267	-2%
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 95.149</b>	<b>R\$ 151.592</b>	<b>59%</b>	<b>R\$ 106.766</b>	<b>R\$ 107.829</b>	<b>1%</b>

Fonte: IBGE e TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.



Fonte: TSE - nov/2021

7. Sacchet, Teresa e Speck, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião Pública [online]. 2012, v. 18, n. 1 [Acessado 5 Maio 2022], p.p. 177-197. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>. Epub 10 Jul 2012. ISSN 1807-0191. https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009.

## DISPUTA ELEITORAL NAS PREFEITURAS DE CIDADES COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES

2016	2020
<b>199</b> mulheres candidatas a prefeita, o que corresponde a <b>12%</b> das candidaturas nas cidades desse porte;	<b>356</b> mulheres candidatas a prefeita o que corresponde a <b>15%</b> das candidaturas nas cidades desse porte;
Elas concentraram <b>4%</b> dos recursos arrecadados pelo total de candidatos a prefeito em 2016;	Elas concentraram <b>9%</b> dos recursos arrecadados pelo total de candidaturas a prefeito em 2020;
<b>21</b> foram eleitas: taxa de sucesso eleitoral das candidatas = 10%	<b>35</b> foram eleitas: taxa de sucesso eleitoral das candidatas = 10%
Mulheres no comando de <b>7%</b> das 309 cidades com mais de 100 mil habitantes	Mulheres no comando de <b>11%</b> das 326 cidades com mais de 100 mil habitantes

Fonte: IBGE e TSE - nov/2021

**Em 2016, foram 199 candidatas a prefeita em cidades com mais de 100 mil habitantes. Quatro anos depois, esse montante cresceu 80%, chegando a 356 mulheres candidatas.**

Apesar da taxa de sucesso eleitoral das candidatas a prefeita em municípios com mais de 100 mil habitantes ter se mantido estável, em torno de 10%, assistimos, em 2020, a uma profusão de candidaturas femininas para prefeitura nas capitais e cidades mais populosas, lançadas por partidos de diferentes espectros ideológicos. Em São Paulo/SP, maior município do país, participaram da disputa eleitoral Joice Hasselmann (PSL), Marina Helou (REDE) e Vera Lucia Pereira (PSTU). No Rio de Janeiro/RJ, segunda cidade mais populosa, dos 14 candidatos a prefeito, 6 foram mulheres, um recorde histórico: Benedita da Silva (PT), Marta Rocha (PDT), Clarissa Garotinho (PROS), Renata Souza (PSOL), Sued Haidar (PMB) e Glória Heloiza (PSC). Em Salvador/BA, quarta cidade no ranking populacional brasileiro, duas mulheres negras participaram da corrida eleitoral: Olívia Santana (PCdoB) e Major Denice (PT).

Os dados da tabela 3.4 referendam esses achados, mas revelam algumas diferenças em termos raciais. Tomando como exemplo as eleições de 2016, as mulheres brancas correspondiam a 8,8% das candidaturas e arrecadaram 8,5% dos recursos, o que significa uma diferença negativa de financiamento de 3,4%. Já as mulheres negras correspondiam a 4,1% das candidatas e arrecadaram 3,2% dos recursos, um saldo negativo de 21,9%. Em 2020, esse mesmo saldo foi 35,5% positivo para as candidatas brancas e 30,3% positivo para as negras.

**TABELA 3.4: PROPORÇÃO E ARRECADAÇÃO DE CANDIDATAS A PREFEITA COM RECORTE RACIAL (2016-2020)**

Ano	Candidatas			Arrecadação das campanhas de mulheres e proporção sobre o total arrecadado por todos os candidatos		Equivalência entre candidaturas e arrecadação =(E-C)/C
	Pertencimento étnico-racial (A)	N (B)	% (C)	R\$ (D)	% (E)	
2016	MULHERES BRANCAS	1438	8,8%	146.167.672,40	8,5%	-3,4%
	MULHERES NEGRAS	673	4,1%	55.334.502,72	3,2%	-21,9%
2020	MULHERES BRANCAS	1595	8,7%	245.948.634,82	11,8%	35,5%
	MULHERES NEGRAS	886	4,8%	131.400.844,64	6,3%	30,3%

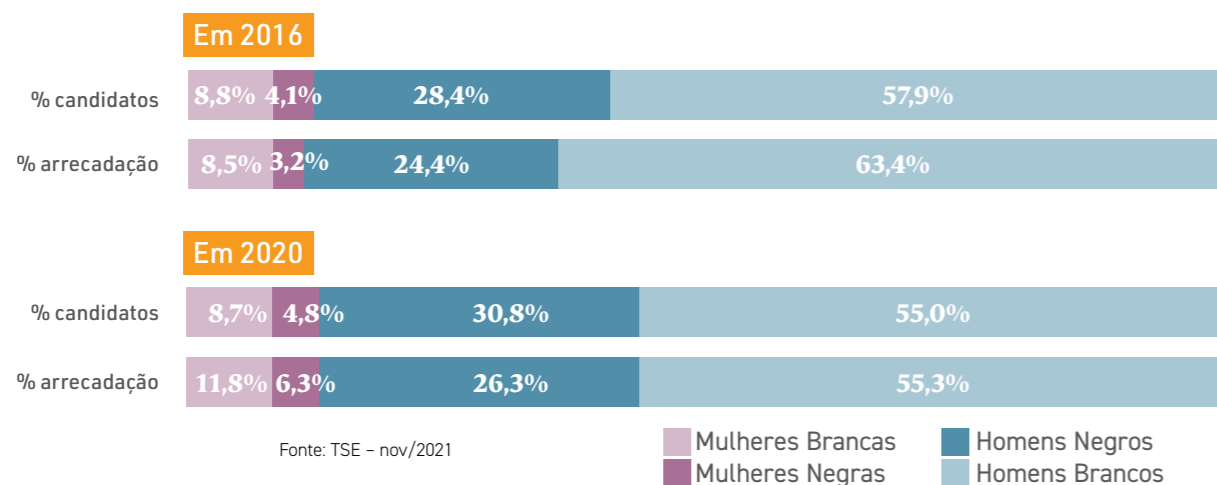
Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.



Se as candidaturas de mulheres brancas e negras para prefeituras apresentaram um saldo negativo de arrecadação em 2016 e positivo em 2020 (ainda que com variações entre elas), o mesmo não ocorreu com os homens negros, que tiveram suas campanhas para prefeituras subfinanciadas em termos proporcionais nos dois pleitos, conforme demonstra o gráfico 3.5.

**GRÁFICO 3.5: PROPORÇÃO E ARRECAÇÃO DE CANDIDATURAS A PREFEITO COM RECORTE DE GÊNERO E RAÇA (2016-2020)**



Para aprofundar essa análise, calculamos a arrecadação média das candidaturas à prefeitura nos anos de 2016 e 2020, com recorte de gênero e raça. Na tabela 3.5, nota-se que **o valor médio arrecadado pelas mulheres cresceu num ritmo mais acelerado (59%) do que entre os homens (1%) no período analisado**. A taxa de crescimento foi maior entre as mulheres negras (80%) do que entre as brancas (52%). E o mesmo fenômeno se repetiu nas candidaturas masculinas, onde o índice de crescimento da arrecadação média foi maior entre os negros (7%) do que entre os brancos (-1%).

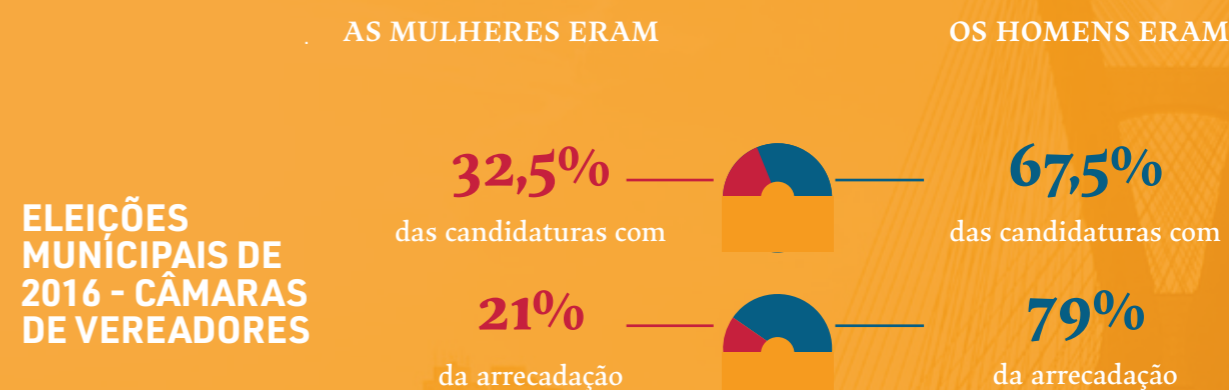
**TABELA 3.5: ARRECAÇÃO MÉDIA DAS CANDIDATURAS PARA PREFEITURAS COM RECORTE DE GÊNERO E RAÇA (2016-2020)**

Gênero/Raça das Candidaturas	ARRECAÇÃO MÉDIA (R\$)		
	2016	2020	Variação 2016-2020 (%)
<b>MULHERES</b>	R\$ 95.149	R\$ 151.592	59%
Mulheres brancas	R\$ 101.647	R\$ 154.200	52%
Mulheres negras	R\$ 82.221	R\$ 148.308	80%
<b>HOMENS</b>	R\$ 106.766	R\$ 107.829	1%
Homens negros	R\$ 90.497	R\$ 97.158	7%
Homens brancos	R\$ 115.177	R\$ 114.269	-1%

Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

No poder legislativo, o quadro foi um pouco diferente, pois as campanhas femininas permaneceram subfinanciadas em termos proporcionais tanto em 2016 quanto em 2020. Apesar de ter perdurado nos dois ciclos eleitorais, essa distorção de arrecadação foi reduzida em 2020 de maneira significativa. As mulheres eram 32,5% das candidatas a vereança com acesso a 21% da receita total em 2016 e passaram a ser 35% dos postulantes ao cargo de vereador em posse de 32% da receita total, uma diferença de 11 pontos percentuais no período.



Fonte: TSE - nov/2021

Ao analisarmos esses mesmos dados com recorte racial na tabela 3.6, nota-se que as mulheres brancas correspondiam a 17,1% das candidaturas e arrecadaram 16,1% dos recursos, o que equivale a uma diferença negativa de 6,1%. Já as mulheres negras correspondiam a 15% das candidatas e arrecadaram 8,6% dos recursos com um saldo negativo de financiamento da ordem de 42,6%.

Contudo, em 2020, chama a atenção que o subfinanciamento foi menor entre as mulheres negras (-6,1%) do que entre as brancas (-8,3%), o que sugere que a combinação das cotas raciais e de gênero para financiamento de campanhas pode ter gerado efeitos importantes em termos de direcionamento de recursos para a participação eleitoral de grupos historicamente desfavorecidos.

**TABELA 3.6 - PROPORÇÃO E ARRECADAÇÃO TOTAL DE CANDIDATAS A VEREADORA COM RECORTE RACIAL (2016-2020)**

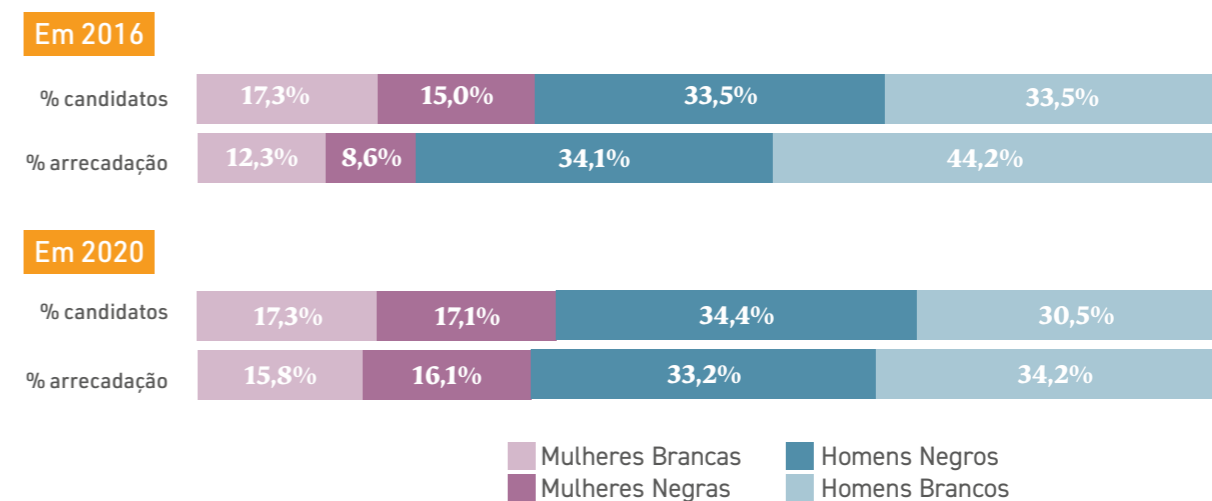
Ano	Candidatas			Arrecadação das campanhas de mulheres e proporção sobre o total arrecadado por todos os candidatos		Equivalência entre candidaturas e arrecadação = (E-C)/C
	Pertencimento étnico-racial (A)	N (B)	% (C)	R\$ (D)	% (E)	
2016	MULHERES BRANCAS	83745	17,1%	308.108.550,18	16,1%	-6,1%
	MULHERES NEGRAS	65474	15,0%	141.902.256,08	8,6%	-42,6%
2020	MULHERES BRANCAS	84416	17,3%	261.525.088,41	15,8%	-8,3%
	MULHERES NEGRAS	83745	17,1%	265.585.245,09	16,1%	-6,1%

Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

Vale observar ainda que o aumento proporcional de recursos para candidaturas de vereadoras negras se deu concomitantemente a uma redução de 10 pontos percentuais na fatia de arrecadação de homens brancos e de 1 ponto percentual na parcela dos homens negros, conforme indica o gráfico 3.6:

**GRÁFICO 3.6: PROPORÇÃO E ARRECADAÇÃO DE CANDIDATURAS A VEREANÇA COM RECORTE DE GÊNERO E RAÇA (2016-2020)**  
(% EM RELAÇÃO AO TOTAL)



Fonte: TSE - nov/2021



Seguindo o mesmo raciocínio anterior, se calculamos a arrecadação média das candidaturas a vereança nos anos de 2016 e 2020, com recorte de gênero e raça, veremos que o valor médio arrecadado pelas mulheres cresceu 28%, mas caiu 21% entre os homens. A arrecadação média feminina aumentou em um ritmo mais acelerado entre as mulheres negras (46%) do que entre as brancas (15%). Em 2016, o valor médio arrecadado pelas candidatas negras a vereança foi de R\$ 2.167,31, inferior ao valor das mulheres brancas que foi equivalente a R\$ 2.697,49. Já em 2020, a arrecadação média das candidatas negras extrapolou o das candidatas brancas, sendo respectivamente R\$ 3.171,36, ante a R\$ 3.098,05. Fenômeno semelhante se repetiu nas candidaturas masculinas, onde a variação da arrecadação caiu mais entre os brancos (-24%) do que entre os negros (-15%). No entanto, o valor médio arrecadado pelos candidatos a vereadores negros foi inferior aos brancos tanto em 2016 quanto em 2020.

**TABELA 3.7 - ARRECADAÇÃO MÉDIA DOS CANDIDATOS A VEREADORES COM RECORTE DE GÊNERO E RAÇA (2016-2020)**

Candidaturas por gênero e raça	ARRECADAÇÃO MÉDIA (R\$)		
	2016 (R\$)	2020 (R\$)	Varição 2016-2020 (%)
MULHERES	R\$ 2.450	R\$ 3.140	28%
Mulheres brancas	R\$ 2.697	R\$ 3.098	15%
Mulheres negras	R\$ 2.167	R\$ 3.171	46%
HOMENS	R\$ 4.410	R\$ 3.505	-21%
Homens negros	R\$ 3.839	R\$ 3.259	-15%
Homens brancos	R\$ 4.981	R\$ 3.783	-24%

Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

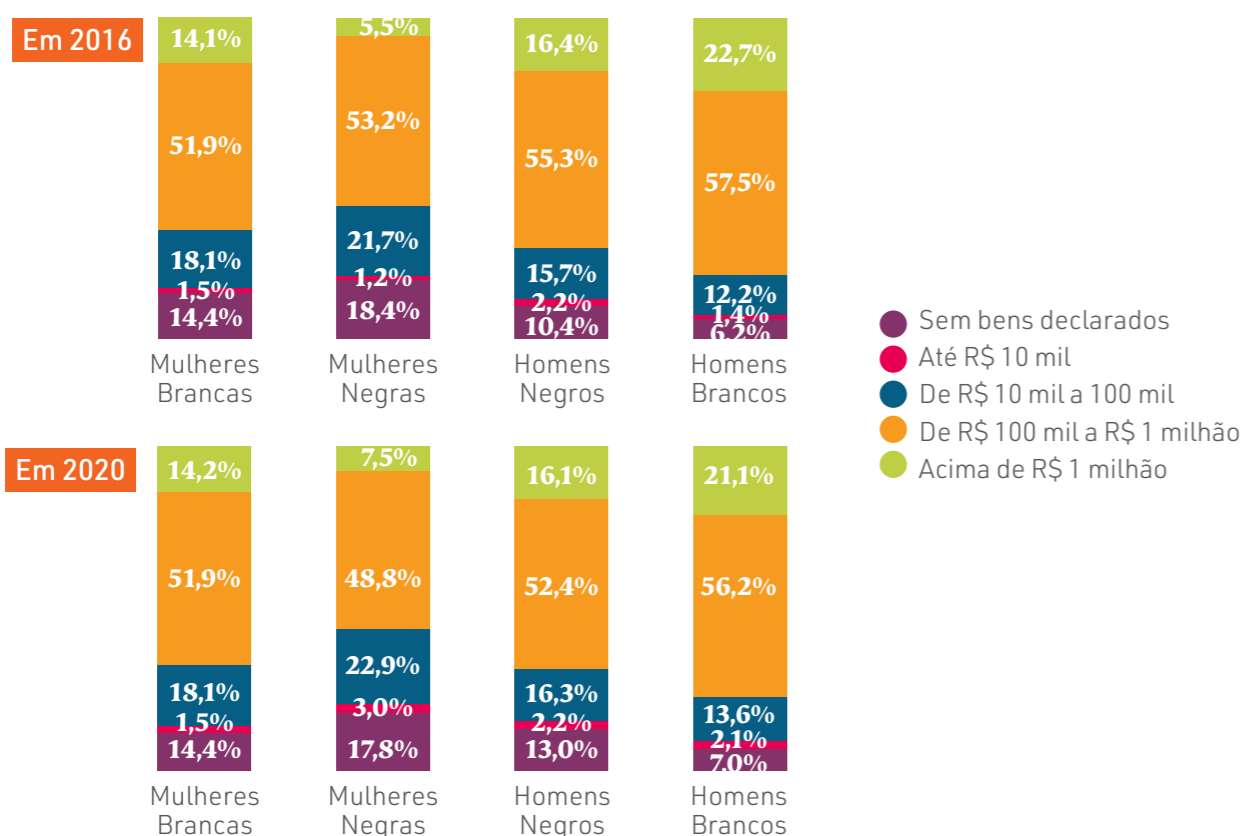
**Os dados sugerem que o financiamento público, combinado com as novas regras de distribuição proporcional de recursos de campanhas para mulheres e pessoas negras, surtiram efeitos positivos, ainda que com limites, para reduzir desigualdades de gênero e raça na corrida eleitoral.** Esses achados são corroborados por uma análise comparativa entre o patrimônio declarado das candidaturas e as fontes de arrecadação de suas campanhas nos anos de 2016 e 2020.



# Declarações de bens das candidaturas e fontes de arrecadação de campanhas políticas: uma análise interseccional

Ao olharmos a distribuição das candidaturas à prefeitura por faixa de bens declarados em 2016, é possível perceber que, enquanto 18,4% das mulheres negras não declararam nenhum patrimônio, esse percentual cai para 6,2% entre os homens brancos. Já na faixa de patrimônio acima de R\$ 1 milhão, estão concentrados quase um quarto (22,7%) dos candidatos brancos e apenas 5,5% das candidatas negras. Fenômeno semelhante pode ser observado também em 2020, conforme gráfico 3.7.

**GRÁFICO 3.7: DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATOS À PREFEITURA POR FAIXA DE BENS DECLARADOS, SEGUNDO GÊNERO E RAÇA (2016-2020)**

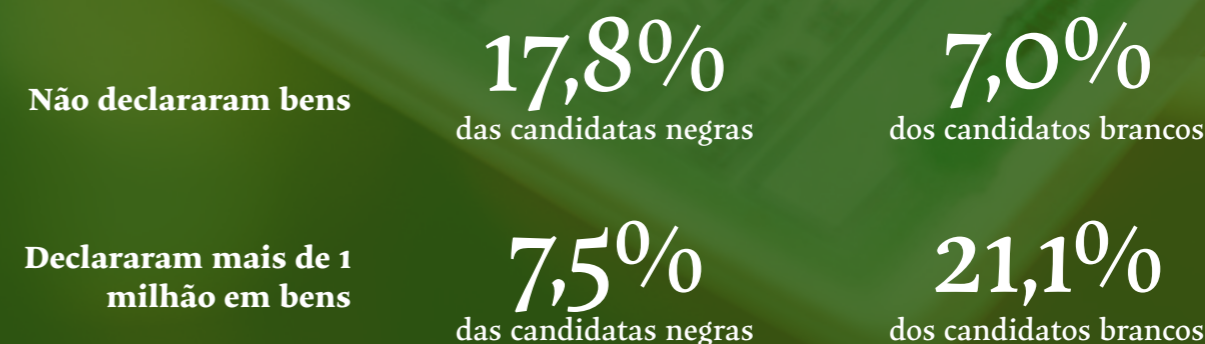


Fonte: TSE - nov/2021

## DISPUTA ELEITORAL PARA PREFEITURAS (2016)



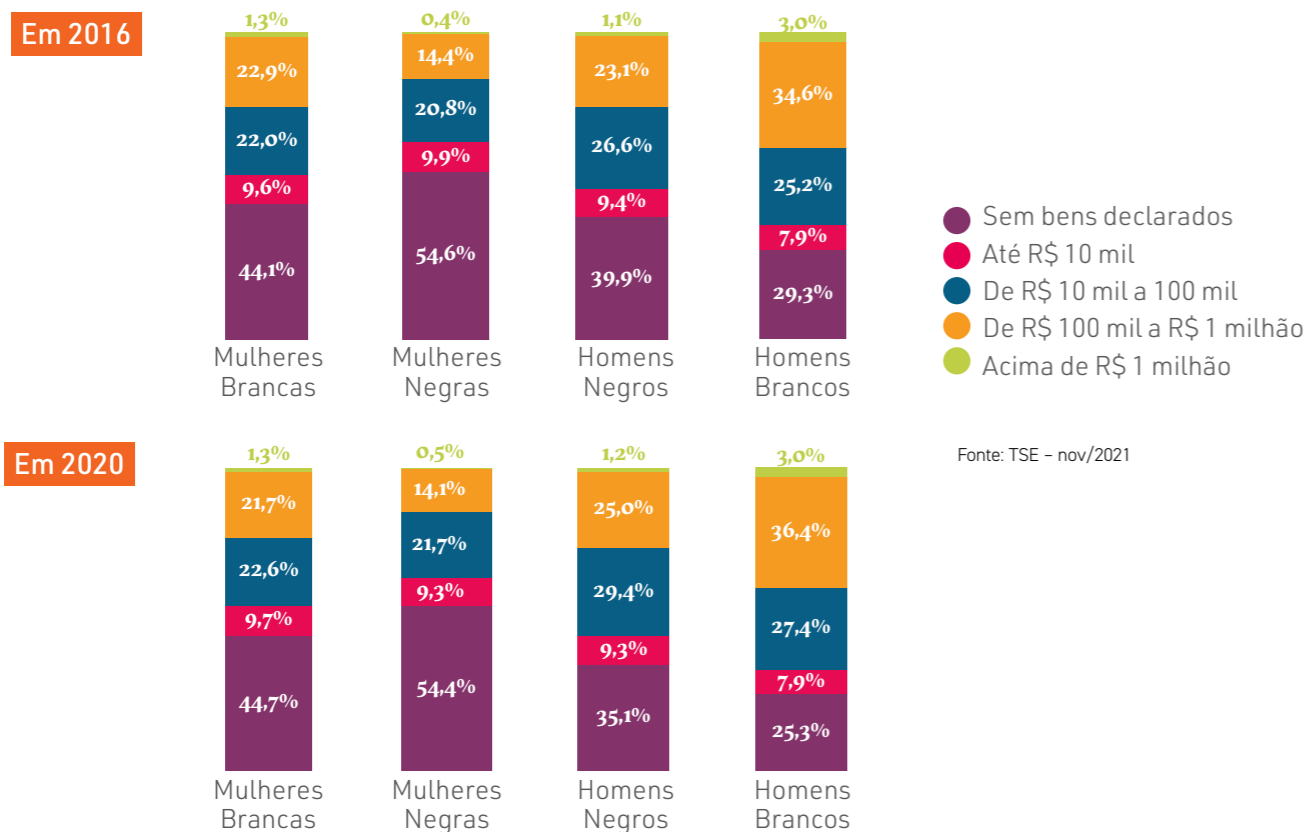
## DISPUTA ELEITORAL PARA PREFEITURAS (2020)



Ao aplicarmos o mesmo exercício para as candidaturas a vereança, observamos que as desigualdades de gênero e raça em relação à declaração de bens se aprofundam ainda mais. **Em 2016, enquanto um quarto dos candidatos brancos a vereadores (25%) não tinham patrimônio declarado, mais da metade (54,4%) das candidatas negras não declararam bens.** No outro extremo, 3% dos candidatos brancos declararam patrimônio acima de R\$ 1 milhão enquanto isso ocorreu com apenas 0,5% das candidatas negras-conforme gráfico 3.8.

Nota-se que, nas faixas de maior patrimônio declarado, há comparativamente uma presença mais significativa de homens brancos, seguidos por segundo e terceiro lugar respectivamente pelos homens negros e pelas mulheres brancas. Enquanto isso, **a maioria das candidatas negras a vereança não tem quaisquer bens declarados**. Esse mesmo padrão pode ser identificado tanto em 2016 quanto em 2020, conforme gráfico 3.8.

**GRÁFICO 3.8: DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATOS À VEREAÇA POR FAIXA DE BENS DECLARADOS, SEGUNDO GÊNERO E RAÇA (2016-2020)**



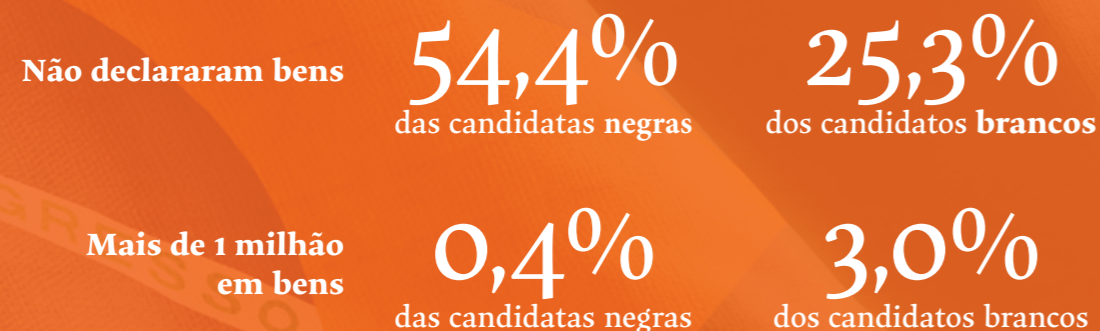
**DISPUTA ELEITORAL PARA VEREAÇA (2020)**



Essas diferenças de patrimônio reafirmam a importância do fundo público e das cotas raciais e de gênero para o financiamento de campanhas políticas, já que as mulheres, particularmente as negras, são desfavorecidas no processo de mobilização de recursos, pois não só tendem a arrecadar quantias substancialmente menores, ) como também dispõem de menos recursos próprios para aportar em suas campanhas<sup>8</sup>. Diferentes estudos<sup>9</sup> já abordaram as desvantagens femininas em termos de competitividade eleitoral. Empregos mais precarizados e com remuneração inferior, o enclausuramento da vida doméstica que restringe a possibilidade de estabelecer redes de contatos<sup>10</sup>, a sobrecarga do trabalho de cuidados familiares que retira tempo das mulheres são alguns dos obstáculos enfrentados por elas para mobilizar recursos financeiros para participar da disputa eleitoral. Seu trânsito restrito a determinados tipos de redes sociais e políticas<sup>11</sup> ajudam a explicar, por exemplo, por que as mulheres têm pouco acesso a doadores com condições de destinar cifras mais significativas para campanhas políticas, como é o caso de liderança de empresas privadas<sup>12</sup>, onde cabe frisar inclusive que o gênero feminino também é minoria nos postos hierárquicos mais altos.

Uma análise comparada do perfil de arrecadação das campanhas de homens e mulheres entre 2016 (quando não havia financiamento público) e 2020 (após a instituição do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha (FEFC) corroboram essas conclusões, conforme veremos a seguir.

**DISPUTA ELEITORAL PARA VEREAÇA (2016)**



8. SACCHET, T. Partidos Políticos e a (Sub)Representação Feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (org.): Mulheres, Política e Poder. Goiânia: Cànone, 2011, p. 161 - 188  
9. MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial.  
10. BARROW-GILLES, C. Political Party Financing and Women's Political Participation in the Caribbean. In: GRINER, S.; ZOVATTO, D. (eds.). Funding of Political Parties and Election Campaigns in the Americas. San José, Costa Rica: OAS and International IDEA, 2005.  
11. SACCHET, Teresa "Capital Social, Gênero e Representação Política no Brasil". Opinião Pública, Campinas, v.15, n.2, 2009. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2010). "Práticas de Gênero e Carreiras Políticas: Vertentes Explicativas". Revista Estudos Feministas, vol. 18, no 3, p.p. 653-679.  
12. MIGUEL, Luis Felipe, MARQUES, Danusa e MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Dados [online]. 2015, v. 58, n. 3 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201557>  
12. BALLINGTON, J. Gender equality in political party funding. In: AUSTIN, R.; TJERNSTRÖM, M. (eds.). Funding of Political Parties and Election Campaigns. Stockholm: IDEA, 2003.

A tabela 3.8 revela que a **receita total de campanhas de mulheres negras para prefeitura cresceu 137% entre 2016 e 2020, puxado principalmente pelos recursos partidários que aumentaram de R\$ 12 milhões para R\$ 107 milhões, passando a compor 81,6% da arrecadação total dessas candidatas.**

**TABELA 3.8: PERFIL DA ARRECADAÇÃO DE CAMPANHAS DE MULHERES NEGRAS PARA PREFEITURA (2016-2020)**

	2016 (R\$)	%	2020 (R\$)	%
Recursos de pessoas físicas	29.372.978,92	53,1%	19.445.725,62	14,8%
Recursos próprios	13.532.006,22	24,5%	4.469.794,32	3,4%
Recursos de outros candidatos	102.182,17	0,2%	83.680,25	0,1%
Recursos de partido político	12.305.320,64	22,2%	107.181.058,08	81,6%
Outras fontes	22.014,77	0,0%	220.586,37	0,2%
<b>Total Geral</b>	<b>55.336.841,50</b>	<b>100,0%</b>	<b>131.400.844,64</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

Já entre os candidatos brancos para prefeitura, **a arrecadação total cresceu apenas 6% com o advento do financiamento público.** E, nesse caso, os recursos partidários passaram a responder por pouco mais da metade (58,5%) da arrecadação total, conforme tabela 3.9.

**TABELA 3.9: PERFIL DA ARRECADAÇÃO DE CAMPANHAS DE HOMENS BRANCOS PARA PREFEITURA (2016-2020) PARA PREFEITURA 2016-2020**

	2016 (R\$)	%	2020 (R\$)	%
Recursos de pessoas físicas	440.318.297,91	40,6%	355.230.704,48	30,7%
Recursos próprios	410.509.708,33	37,8%	117.431.080,50	10,2%
Recursos de outros candidatos	1.447.915,55	0,1%	1.660.515,49	0,1%
Recursos de partido político	230.401.978,17	21,2%	676.688.829,75	58,5%
Outras fontes	2.519.654,26	0,2%	5.279.699,69	0,5%
<b>Total Geral</b>	<b>1.085.199.893,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.156.290.829,91</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

No caso das candidaturas para as câmaras municipais, fenômeno semelhante se repete. **A arrecadação total das campanhas de mulheres negras para vereança quase dobrou entre 2016 e 2020, passando de R\$ 142 milhões para R\$ 265 milhões, puxada principalmente pelos recursos partidários que cresceram R\$ 146 milhões,** representando 60,4% da arrecadação total dessas candidatas.

**TABELA 3.10: PERFIL DA ARRECADAÇÃO DE CAMPANHAS DE MULHERES NEGRAS PARA VEREANÇA (2016-2020)**

	2016 (R\$)	%	2020 (R\$)	%
Recursos de pessoas físicas	72.659.880,64	51,2%	54.186.002,56	20,4%
Recursos próprios	35.114.712,01	24,7%	21.260.607,77	8,0%
Recursos de outros candidatos	19.844.588,15	14,0%	28.384.026,69	10,7%
Recursos de partido político	14.187.157,03	10,0%	160.374.419,60	60,4%
Outras fontes	95.918,26	0,1%	1.365.188,47	0,5%
<b>Total Geral</b>	<b>141.904.594,87</b>	<b>100,0%</b>	<b>265.570.245,09</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

Já entre os candidatos brancos para as câmaras municipais, a arrecadação total caiu de R\$ 730 milhões para R\$ 564 milhões, puxado para baixo pela queda de R\$ 85 milhões nas doações de pessoas físicas e de R\$ 170 milhões nas doações feitas pelos próprios candidatos para suas campanhas, conhecidas como autofinanciamento. Os recursos partidários cresceram quase R\$ 92 milhões, mas ainda respondem por apenas um quarto (25,5%) da arrecadação total desse grupo.

**TABELA 3.11: PERFIL DA ARRECADAÇÃO DE CAMPANHAS DE HOMENS BRANCOS PARA VEREANÇA (2016-2020)**

	2016 (R\$)	%	2020 (R\$)	%
Recursos de pessoas físicas	311.100.042,88	42,6%	225.972.080,88	40,0%
Recursos próprios	303.791.497,04	41,6%	134.164.071,04	23,8%
Recursos de outros candidatos	62.729.009,01	8,6%	55.791.697,30	9,9%
Recursos de partido político	51.727.170,75	7,1%	143.840.694,64	25,5%
Outras fontes	339.792,24	0,05%	4.587.001,35	0,8%
<b>Total Geral</b>	<b>729.687.511,92</b>	<b>100,0%</b>	<b>564.355.545,21</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TSE - nov/2021

Nota: Os valores de 2016 foram reajustados a partir do IPCA-E, utilizando o índice da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

**Mesmo assim, uma análise comparada da taxa de sucesso eleitoral das candidaturas com recorte de gênero e raça indica que a elegibilidade dos homens brancos ainda é superior aos demais grupos.** Enquanto 37% dos candidatos brancos a prefeito foram eleitos em 2016, essa proporção diminuiu para 32% entre os homens negros e entre as mulheres brancas. Já entre as mulheres negras, esse mesmo índice cai para 27%, uma diferença de 10 pontos percentuais em relação aos homens brancos. Em 2020, fenômeno semelhante se repete, sendo que, em todos os grupos populacionais, observa-se uma redução na proporção de eleitos para prefeituras entre os anos de 2016 e 2020.

**TABELA 3.12: TAXA DE SUCESSO ELEITORAL DAS CANDIDATURAS PARA PREFEITURA POR GÊNERO E RAÇA (=TOTAL DE ELEITOS/TOTAL DE CANDIDATURAS)**

	ELEIÇÕES 2016	ELEIÇÕES 2020
HOMENS BRANCOS	37% dos candidatos foram eleitos prefeitos	32% dos candidatos foram eleitos prefeitos
HOMENS NEGROS	32% dos candidatos foram eleitos prefeitos	28% dos candidatos foram eleitos prefeitos
MULHERES BRANCAS	32% das candidatas foram eleitas prefeitas	28% das candidatas foram eleitas prefeitas
MULHERES NEGRAS	27% das candidatas foram eleitas prefeitas	24% das candidatas foram eleitas prefeitas

Fonte: TSE – nov/2021

Já na disputa para as câmaras de vereadores, a taxa de sucesso eleitoral de candidaturas masculinas é comparativamente maior do que a das candidaturas femininas, independentemente do pertencimento étnico-racial nos dois pleitos. Não houve grandes variações nesse padrão entre 2016 e 2020, sendo que a taxa é mais alta entre as mulheres brancas (6%) do que entre as negras (4%) e caiu dois pontos percentuais tanto entre os homens negros (de 15% para 13%) quanto entre os homens brancos (de 19% para 17%).

**TABELA 3.13: TAXA DE SUCESSO ELEITORAL DAS CANDIDATURAS PARA VEREANÇA POR GÊNERO E RAÇA (=TOTAL DE ELEITOS/TOTAL DE CANDIDATURAS)**

	ELEIÇÕES 2016	ELEIÇÕES 2020
HOMENS BRANCOS	19% dos candidatos foram eleitos vereadores	17% dos candidatos foram eleitos vereadores
HOMENS NEGROS	15% dos candidatos foram eleitos vereadores	13% dos candidatos foram eleitos vereadores
MULHERES BRANCAS	6% das candidatas foram eleitas vereadoras	6% das candidatas foram eleitas vereadoras
MULHERES NEGRAS	4% das candidatas foram eleitas vereadoras	4% das candidatas foram eleitas vereadoras

Fonte: TSE – nov/2021

Nota-se que houve um aumento no número de candidaturas para todos os cargos entre 2016 e 2020, conforme tabela 3.13, o que sugere um incremento da competição eleitoral. Contudo a taxa de crescimento de candidaturas femininas superou a masculina, assim como o índice de crescimento das candidaturas negras superou as brancas.

**TABELA 3.14: NÚMERO DE CANDIDATURAS A PREFEITURA E CÂMARAS DE VEREADORES POR GÊNERO E RAÇA**

PERFIL DAS CANDIDATURAS	PREFEITURA			CAMARAS DE VEREADORES		
	2016 (N)	2020 (N)	Varição entre 2016 e 2020 (%)	2016 (N)	2020 (N)	Varição entre 2016 e 2020 (%)
MULHERES BRANCAS	1438	1595	10,9%	83745	84416	0,8%
MULHERES NEGRAS	673	886	31,6%	65474	83745	27,9%
HOMENS NEGROS	4620	5664	22,6%	146520	168106	14,7%
HOMENS BRANCOS	9422	10119	7,4%	146504	149185	1,8%

Fonte: TSE - nov/2021

Diante desse conjunto de evidências, é possível concluir que o fundo público combinado com cotas de gênero e raça para financiamento de campanhas políticas cumpriram um papel importante para reduzir desigualdades estruturais entre as candidaturas. No entanto, isso ainda é insuficiente porque grupos historicamente privilegiados ainda se beneficiam de diferentes fatores que afetam a competitividade eleitoral, para além do montante de recursos destinados para suas campanhas.

Práticas partidárias relacionadas com a agilidade (ou lentidão) no fluxo de repasses financeiros ao longo do período de campanha e a visibilidade pública das candidaturas na grade de horários da Propaganda Eleitoral Gratuita de Rádio e TV também influenciam os resultados eleitorais, por exemplo, e devem ser objeto de novos estudos e análises futuras que dimensionem o prejuízo das mulheres e da população negra. Nas eleições de 2020, por exemplo, foi demonstrado que o pico dos repasses partidários para candidaturas masculinas aconteceu em 16 de outubro, três semanas antes do auge dos repasses partidários para as candidaturas femininas que se deu em 09 de novembro<sup>13</sup>. Vale frisar que o primeiro turno de votação ocorreu logo depois, excepcionalmente em 15 de novembro de 2020, em função da pandemia de COVID-19.

É importante considerar ainda os impactos da crise sanitária para as campanhas femininas em 2020, já que o coronavírus prejudicou a população em geral, mas afetou particularmente a vida das mulheres, conforme já demonstrado pela literatura<sup>14</sup>. Se antes da pandemia, elas dedicavam semanalmente 50% de tempo a mais do que os homens para o trabalho doméstico não remunerado, elas ficaram ainda mais sobrecarregadas diante das necessidades de cuidados adicionais de crianças, pessoas doentes e idosos,

13. Plataforma 72horas.org. Balanço Final das Eleições 2020. Disponível em: <<https://72horas.org/>>

14. NERI, Marcelo C. Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/pesquisas/efeitos-da-pandemia-sobre-o-mercado-de-trabalho-brasileiro>>

VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>

Think Olga/ Think Eva. Relatório Mulheres em Tempos de Pandemia. Os agravantes de desigualdades, os catalisadores de mudanças. Disponível em: <<https://thinkolga.com/report/>>



em virtude do fechamento das escolas e da sobrecarga nos hospitais. Elas também assumiram a linha de frente no enfrentamento do vírus e ficaram imersas no risco<sup>15</sup>, já que 85% dos serviços de enfermagem e 79% da força de trabalho na área da saúde é feminina.

Em um momento de tanta vulnerabilidade, quando as taxas de desemprego aumentaram e os índices de violência doméstica e feminicídio cresceram significativamente, 42% das mulheres declararam não ter apoio externo de profissionais, instituições ou vizinhos na dinâmica do cuidado<sup>16</sup>. Ou seja, enfrentaram dificuldades objetivas diante de relações de trabalho precarizadas, da falta de acesso a redes de apoio e da insuficiência de políticas públicas de proteção, além de terem que lidar com desafios subjetivos, representados pelo medo, pela sensação de desamparo e pela desorientação decorrente das ameaças à saúde. É importante lembrar ainda que a pandemia atingiu as mulheres de forma desigual, a depender de sua raça, sua classe social, do lugar onde vivem e do tipo de atividade profissional que exercem.

Por fim, cabe destacar um outro fator: a violência política direcionada às mulheres durante o processo eleitoral. Estudo<sup>17</sup> recente que acompanhou as redes sociais (Twitter, Instagram e YouTube) de 175 candidaturas para cargos de vereança, vice-prefeituras e prefeituras durante a campanha eleitoral de 2020 apontou que, em comparação aos homens, as mulheres foram atacadas por aquilo que são – mulheres, negras, idosas, trans -, enquanto os candidatos que receberam ataques foram ofendidos majoritariamente por suas atuações profissionais, como políticos e gestores públicos – com exceção de idosos e LGBT+GBT+, que também foram alvo de ódio e agressões por essas características. Foram comuns ameaças, discursos de incitação à violência e ódio, desmerecimento intelectual, críticas a seus corpos, idade e pertencimento étnico-racial e, quanto às mulheres trans, negação de sua identidade de gênero.

15. HERNANDES, Sousa Cagliari e VIEIRA, Luciana. A guerra tem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19. Disponível em: <<http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19>>

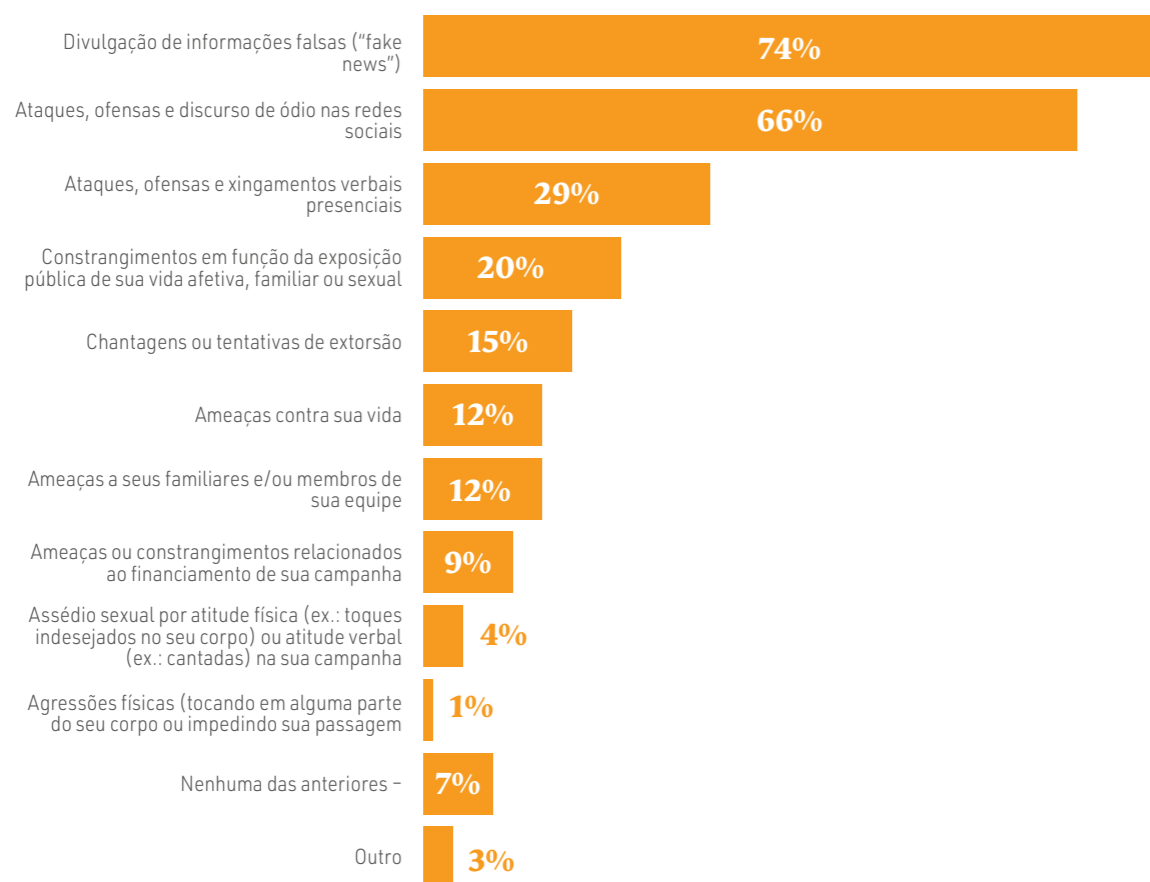
16. SOF e G&N. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, disponível em: <<https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>>

17. REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. MonitorA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://internetlab.org.br/pt/noticias/monitora-violencia-online-dificulta-representatividade-das-mulheres-na-politica-projeto/>>



O Censo das Prefeitas Brasileiras realizado pelo Instituto Alziras também corrobora esses achados, já que 66% das prefeitas brasileiras afirmaram ter sofrido ataques, ofensas e discursos de ódio nas redes sociais durante a campanha de 2020, conforme gráfico 3.9.

**GRÁFICO 3.9: VIOLÊNCIAS MAIS FREQUENTES NA CAMPANHA DE 2020, SEGUNDO AS PREFERITAS BRASILEIRAS**

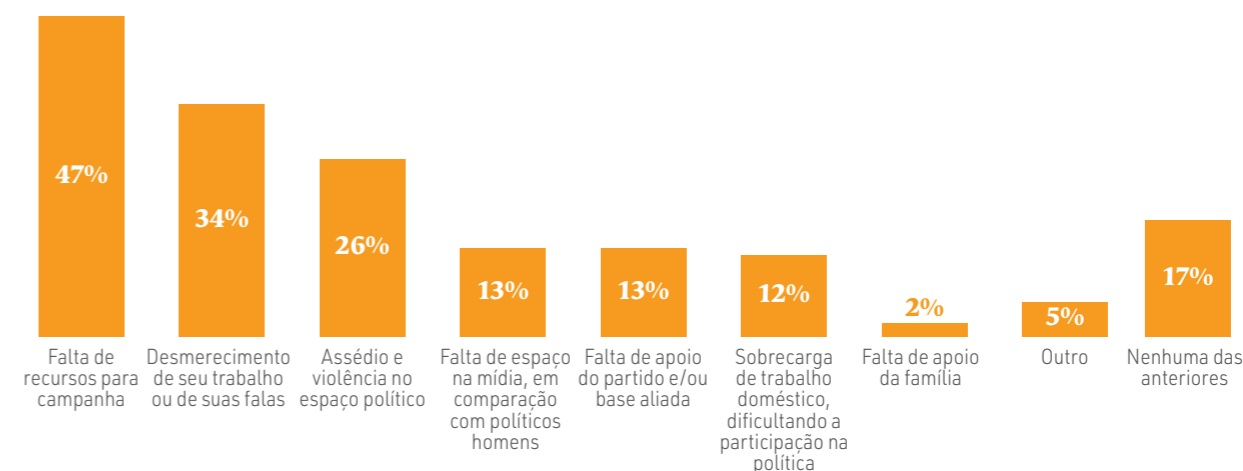


Fonte: Instituto Alziras: Censo das Prefeitas Brasileiras (mandato 2021-2024)

## 50% das Prefeitas brasileiras não denunciaram para as redes sociais os perfis realizadores de discurso de ódio contra elas.

Quando perguntadas sobre os principais obstáculos vivenciados por ser mulher na política, quase metade das prefeitas (47%) indica a falta de recursos para campanhas políticas, seguida do desmerecimento de seu trabalho e de suas falas (34%), do assédio e violência no espaço político (26%) e da falta de espaço na mídia em comparação com políticos homens (13%). Não por acaso, 90% delas consideram importante a decisão que garantiu às campanhas de mulheres pelo menos 30% do fundo eleitoral, do fundo partidário e do tempo de propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão.

**GRÁFICO 3.10: PRINCIPAIS OBSTÁCULOS POR SER MULHER NA POLÍTICA, SEGUNDO AS PREFERITAS BRASILEIRAS**



Fonte: Instituto Alziras: Censo das Prefeitas Brasileiras (mandato 2021-2024)

## 90% das Prefeitas brasileiras consideram importante a decisão que garantiu às campanhas de mulheres pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário e do tempo de propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão.

Esse conjunto de dados reafirma a centralidade do tema de financiamento de campanhas, tendo em vista que o acesso a recursos financeiros constitui uma condição importante para maior competitividade eleitoral na perspectiva das próprias mulheres eleitas para o poder executivo municipal. Contudo, conforme já discutido anteriormente, há ainda outras variáveis que também influenciam a taxa de sucesso das candidaturas e que demandam a implementação de um conjunto de ações estruturais e de longo prazo em prol da igualdade de gênero e raça na sociedade como um todo, de forma a permitir que o poder político seja de fato democratizado em nosso país.



# Por uma democracia com igualdade de gênero e raça: Agenda contra as desigualdades

“Estamos enegrecendo a política. Não existe democracia com racismo e não existe uma política brasileira com a cara do povo que não tenha o rosto das mulheres negras. Estamos rompendo com as estruturas, e viemos para ficar. Somos mulheres cansadas de ser silenciadas. Mas agora estamos prontas para ocupar esse espaço de decisão que sempre nos foi negado”

## Manifesto Carta Preta: A Política Que Queremos

A análise dos resultados das eleições municipais de 2020 mostra um aumento recorde da representatividade de gênero e raça nas Câmaras Municipais e nas Prefeituras de todo o país, puxado principalmente pelas grandes cidades. Houve também uma ampliação relevante no número de indígenas e pessoas LGBTQ+ eleitas, ainda que no último caso, haja uma lacuna nos dados que impossibilita um olhar mais aprofundado.

Tal avanço, embora aponte para uma sociedade sob influência de um debate emergente sobre o impacto do racismo, patriarcalismo e LGBTQfobia na agenda pública e sobre a importância de um país capaz de acolher as diversidades, ainda ocorre em uma velocidade aquém do necessário para reverter desigualdades históricas na arena política.

Nas Câmaras Municipais, o incremento de 20% nos mandatos exercidos por mulheres – passando de 13,5% para 16,1% das cadeiras nos legislativos municipais –, ainda que expressivo, parte de uma base de representatividade baixa, indicando ainda um longo caminho até a igualdade de gênero. Mantido o ritmo do aumento do número de mulheres prefeitas verificado entre 2016 e 2020, a expectativa é que o Brasil levará mais 144 anos para alcançar a igualdade de gênero.

Cenário similar é verificando quanto à representatividade étnico-racial. Conquanto os dados apontem um número recorde de cadeiras em Prefeituras e Câmaras Municipais ocupadas por pessoas negras, resultado que pode estar ligado ao impacto positivo das cotas raciais de financiamento de campanha determinadas pelo TSE em agosto de 2020, o quadro de sub-representação histórica demanda um ritmo de mudança mais célere. Outro aspecto que merece destaque: o aumento da representatividade negra se deu principalmente por meio da vitória eleitoral de homens negros. Como resultado, mesmo com o avanço nos números, as mulheres negras, que representam mais de 25% da população brasileira, ainda lideram apenas 4% das prefeituras e 6,3% das vereanças.

Sem deixar de reconhecer os avanços verificados no pleito municipal de 2020, mesmo que aquém do esperado diante do legado de desigualdade política que atinge principalmente estratos sociais vulnerabilizados, este estudo busca trazer elementos para subsidiar o debate público sobre uma representação política mais justa e igualitária. Nesse sentido, sem pretender esgotar o assunto, o Instituto Alziras e a Oxfam Brasil apresentam a agenda de trabalho a seguir:

## POR UMA DEMOCRACIA COM IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA

<b>DEMOCRATIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>o Estabelecimento de metas de ocupação de cargos do corpo diretivo por mulheres e pessoas negras e indígenas, sob pena de multa sobre o valor de fundos públicos</li><li>o Abertura de espaços para mais mulheres, pessoas negras e indígenas nos cargos de poder e tomada de decisão dentro das estruturas partidárias</li></ul>
<b>INCENTIVO À FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE NOVAS LIDERANÇAS POLÍTICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>o Criação de programas de treinamento de jovens lideranças pelos partidos políticos</li><li>o Estabelecimento de metas de paridade de gênero e raça nos secretariados municipais e estaduais</li></ul>
<b>EQUIDADE MATERIAL NO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>o Consolidação normativa da diretiva da Justiça Eleitoral, com legislação assegurando destinação proporcional de recursos financeiros e tempo de rádio e TV para candidaturas de mulheres e pessoas negras e indígenas</li><li>o Criação de mecanismo institucional de verificação do cumprimento da distribuição proporcional de recursos financeiros e tempo de rádio e TV para candidaturas de mulheres e pessoas negras e indígenas, à luz das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº. 111, de 2021</li></ul>
<b>LIMITES MAIS RÍGIDOS PARA DOAÇÕES DE CAMPANHA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>o Estabelecimento de limite de doação individual a campanhas que, hoje, é baseado em 10% da renda bruta anual</li></ul>
<b>MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA POLÍTICA, PRINCIPALMENTE CONTRA MULHERES NEGRAS E LGBTQ+</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>o Fortalecimento de políticas protetivas destinadas a políticos vítimas de violência política, principalmente mulheres negras e LGBTQ+</li><li>o Adoção de medidas de conscientização e orientação sobre a importância da denúncia de casos de violência política contra mulheres</li><li>o Implementação pelas plataformas digitais de políticas de combate à violência política contra mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQ+, incluindo garantia de que as políticas de moderação de conteúdo sejam atualizadas para lidar com situações no contexto brasileiro</li></ul>
<b>PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES MAIS QUALIFICADAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO LGBTQ+</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>o Inclusão de autodeclaração relacionada à orientação sexual e identidade de gênero não binária nos registros dos partidos políticos e da Justiça Eleitoral para possibilitar a identificação de candidaturas LGBTQ+ que desejarem esse reconhecimento.</li></ul>

# Notas Metodológicas

A elaboração das análises presentes nesse relatório foram produzidas a partir dos dados abertos produzidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e disponibilizados na página eletrônica da instituição. Foram utilizadas as bases de dados referentes aos anos de 2016 e 2020 distribuídas nas seções:

- a. Candidatos: **Candidatos; Bens de candidatos; Vagas.**
- b. Prestação de contas eleitorais: **Prestações de contas finais (2016); Candidatos (2020).**
- c. Resultados: **Votação nominal por município e zona.**

Em relação aos dados mais gerais de população, elas se baseiam nas informações do último Censo Populacional disponível referente ao ano de 2010. De forma complementar, para a identificação do porte dos municípios, foi utilizada a base de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (MUNIC/IBGE) classificados de acordo com a distribuição populacional, variando de pequeno porte I (até 20 mil habitantes) a metrópoles (acima de 900 mil habitantes).

Os municípios que tiveram variação populacional nesse período com efeito sobre a mudança de faixa foram realocados nas análises. Vale destacar que essa variação foi residual – conforme demonstrado na tabela 1 – e visou apenas contribuir para o rigor metodológico do trabalho.

**TABELA 1 – PORTE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS E Nº DE ENTES POR PORTE**

Porte do município	População	(n) 2016	(n) 2020
Pequeno I	Até 20 mil habitantes	3.810	3.783
Pequeno II	De 20.001 a 50 mil	1.101	1.110
Médio	De 50.001 mil a 100 mil	350	351
Grande	De 100.001 mil a 900 mil	292	307
Metrópole	Acima de 900.001	17	19

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da MUNIC/IBGE.

A introdução desta variável demonstrou diferenças relevantes entre os perfis das candidaturas e dos partidos e foi se configurando como uma dimensão importante para ser considerada na distribuição dos perfis e das desigualdades existentes.

Em relação aos dados de financiamento das campanhas, foram utilizados exclusivamente os microdados disponíveis sobre candidatos em 2016 e 2020, que dispõem de informações detalhadas sobre fontes e origens dos recursos vinculados diretamente aos candidatos, sendo possível caracterizar os valores a partir dos perfis de gênero, raça/cor, território, partidos, entre outros aspectos relevantes. Não foram utilizadas nas análises as bases de dados referentes à arrecadação partidária, pois as variáveis disponíveis não permitem correlação com as candidaturas impossibilitando, a partir das informações do TSE, identificar o destino e o efeito dos recursos arrecadados e executados pelas organizações partidárias sobre candidatas e candidatos nominalmente.

Todas as bases foram extraídas entre 27 e 30 de novembro de 2021. Eventuais ajustes e atualizações nas fontes disponibilizadas por cada órgão poderão ter efeitos sobre a comparação com estudos posteriores.

O tratamento e a agregação dos dados foram operacionalizados pela ferramenta *Qlikview*, que oferece a visualização prévia das informações por meio de tabelas e gráficos, com o objetivo de explorar recortes possíveis e cruzamentos entre as diversas fontes.

Foram priorizadas medidas de tendência central (média) na análise das variáveis quantitativas, com o intuito de apurar padrões e diferenças entre os perfis estabelecidos a partir das variáveis qualitativas.

Diante de eventos com expressiva variação entre os candidatos, foram apurados possíveis valores desviantes com o intuito de identificar variáveis que poderiam afetar os resultados. Para cada situação encontrada, foram adotados procedimentos específicos que serão relatados a seguir.

Os levantamentos de dados consideraram apenas candidatas e candidatos "aptos" para as eleições municipais de 2016 e de 2020, conforme variável DS\_SITUACAO\_CANDIDATURA. Para as análises de perfil de gênero e de raça/cor, foram contemplados apenas aqueles que tiveram essas variáveis disponíveis nas bases de dados.

Para os valores monetários das receitas de campanha e dos bens declarados pelas candidatas e candidatos, os montantes referentes ao ano de 2016 foram deflacionados a partir do IPCA entre dez/2016 e dez/2020. O índice do período foi de 1,16783940, conforme consulta à Calculadora do cidadão do Banco Central do Brasil em 8/12/2021.

## Valores desviantes:

Na análise do patrimônio declarado, há uma relação de candidatas e candidatos que apresentaram bens cujos valores atingem cifras milionárias e, por vezes, bilionárias. A relação das dez candidaturas com maiores patrimônios declarados nos anos de 2016 e de 2020 podem ser conferidas, respectivamente, nas tabelas 2 e 3.

**TABELA 2 - RELAÇÃO DE CANDIDATOS COM OS 10 MAIORES PATRIMÔNIOS DECLARADOS. ELEIÇÕES 2016.**

SQ	NOME CANDIDATO	GÊNERO	COR/RAÇA	CARGO	PARTIDO	UF	MUNICÍPIO	PORTE	PATRIMÔNIO DECLARADO (R\$)
130000042120	Jose Radi Neto	Masculino	Branca	Vereador	PATRIOTA	MG	Araguari	Grande	R\$ 3.503.926.943,79
90000015808	Antonio Fernandes De Melo Filho	Masculino	Branca	Vereador	PPS	GO	Valparaíso de Goiás	Grande	R\$ 2.336.519.644,37
130000081459	Maria Vanuzia Mendes Santos	Feminino	Branca	Vereador	PHS	MG	Betim	Grande	R\$ 1.751.759.100,00
50000009765	Inaldo Dos Santos Teixeira	Masculino	Parda	Prefeito	PRP	BA	Itanagra	Pequeno I	R\$ 1.402.496.874,16
130000082350	Joanir Martins Coelho	Masculino	Parda	Vereador	PP	MG	Betim	Grande	R\$ 1.167.839.400,00
210000011910	Carlos Humberto Horst	Masculino	Branca	Vereador	PMDB	RS	Colinas	Pequeno I	R\$ 759.171.519,56
130000015654	Aurelio Teixeira Ervilha Neto	Masculino	Parda	Vereador	PSL	MG	Ubá	Grande	R\$ 700.703.640,00
140000012727	Idelzuite Brito Da Luz Fontes	Feminino	Parda	Vereador	PR	PA	Curionópolis	Pequeno I	R\$ 630.633.276,00
140000005698	Maria De Fátima Rodrigues Nunes	Feminino	Parda	Vereador	PDT	PA	Monte Alegre	Médio	R\$ 525.527.730,00
250000016636	Airton Garcia Ferreira	Masculino	Branca	Prefeito	PSB	SP	São Carlos	Grande	R\$ 513.458.539,96



**TABELA 3 - RELAÇÃO DE CANDIDATOS COM OS 10 MAIORES PATRIMÔNIOS DECLARADOS. ELEIÇÕES 2020.**

SQ	NOME CANDIDATO	GÊNERO	COR/RAÇA	CARGO	PARTIDO	UF	MUNICÍPIO	PORTE	PATRIMÔNIO DECLARADO (R\$)
220001189298	Marlei Menezes Feier Mezzomo	Feminino	Amarela	Vice-prefeito	PP	RO	Ariquemes	Grande	R\$ 5.668.883.099,21
190001019131	Mario Deschamps	Masculino	Branca	Prefeito	PV	RJ	Angra dos reis	Grande	R\$ 4.913.114.386,09
40000708943	Sergio Raimundo Ernesto Machado	Masculino	Parda	Vereador	DC	AM	Manaus	Metrópole	R\$ 1.400.700.000,00
120001076472	Raquel Melez Martins	Feminino	Branca	Vereador	DEM	MS	Iguatemi	Pequeno i	R\$ 1.200.001.946,10
250000672259	Antonio Raposo Patricio	Masculino	Parda	Vereador	PSL	SP	Guarulhos	Metrópole	R\$ 1.100.470.000,00
140001001661	Neuza Pinheiro Dos Reis	Feminino	Parda	Vereador	PTC	PA	Santarém	Grande	R\$ 1.000.000.000,00
270001105064	Wanderley Luzini	Masculino	Branca	Vice-prefeito	PSL	TO	Araguacema	Pequeno i	R\$ 812.956.866,00
240001209038	Irineu Jose Munaro	Masculino	Branca	Vereador	DEM	SC	Mafra	Médio	R\$ 630.000.000,00
160000994306	Lauri Da Silva	Masculino	Branca	Vereador	PROS	PR	Cascavel	Grande	R\$ 560.032.499,00

Destaca-se, por exemplo, o caso da candidata Marlei Menezes Feier Mezzomo (PP) que apresentou patrimônio superior a R\$ 5,6 bilhões, o maior entre todos os concorrentes em ambos os períodos e pleitos. Caracterizada como mulher amarela entre 50 e 59 anos, concorreu a vice-prefeita (não eleita) no município de grande porte de Ariquemes (RO) em 2020. O valor discrepante apresentado afetou a distribuição relativa em diversas análises dado o alto valor do patrimônio e o enquadramento em perfil específico.

Devido à natureza deste dado e à forma de sua produção – informação pessoal autodeclarada e de difícil verificação pública – não foram excluídos em nenhuma hipótese os valores discrepantes de bens patrimoniais. Compreende-se que esse processo de validação pode ser desempenhado por meio de rotinas e competências afeitas ao TSE e eventualmente por outras formas de acompanhamento do processo eleitoral, tal como o trabalho de cobertura realizado pela imprensa<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Matéria publicada no Portal G1, em 5 de outubro de 2020, evidencia e verifica alguns erros de declaração patrimonial nas eleições daquele ano: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/10/05/erro-de-preenchimento-faz-candidatos-virem-bilionarios-apesas-um-tem-mais-de-r-1-bilhao-nesta-eleicao.ghtml>

Em relação às receitas de campanha por fonte pública – Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) – é possível a identificação de valores discrepantes, uma vez que há referência normativa para a definição dos montantes destes recursos.

Em 2020, doze candidatos declararam arrecadação de R\$ 207.166.666,66 cada um. Com perfis de gênero e raça/cor distintos, todos concorreram pelo REPUBLICANOS ao cargo de vereador no município de Anamá (AM, pequeno porte I). Os valores discrepantes apresentados afetaram a distribuição relativa em diversas análises: UF, porte, gênero e raça/cor. A relação nominal completa está na tabela 4.

**TABELA 4 – RELAÇÃO NOMINAL DE CANDIDATOS COM VALORES DISCREPANTES DE RECEITA DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2020.**

SQ	NOME	GÊNERO	COR/ RAÇA	CARGO	PARTIDO	UF	MUNICÍPIO	PORTE	Nº DE VOTOS	RESULTADO ELEITORAL	ARRECAÇÃO (R\$)
40000832036	Jessica Conegundes Da Silva	Feminino	Branca	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	322	Eleito Por Qp	R\$ 207.166.666,66
40000832039	Leidiane Nascimento Dos Santos	Feminino	Branca	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	135	Suplente	R\$ 207.166.666,66
40000832045	Zelilde Da Silva Pinheiro	Feminino	Branca	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	451	Eleito Por Qp	R\$ 207.166.666,66
40000832035	Moises Assunção De Souza	Masculino	Branca	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	159	Suplente	R\$ 207.166.666,66
40000832037	Luizinho Lelis Das Chagas	Masculino	Branca	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	32	Suplente	R\$ 207.166.666,66
40000832041	Torricele Pacheco Linhares	Masculino	Branca	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	7	Suplente	R\$ 207.166.666,66
40000832042	Juscelino Nunes Bastos	Masculino	Branca	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	299	Suplente	R\$ 207.166.666,66
40000832043	Jocinete Batalha Moraes	Feminino	Parda	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	62	Suplente	R\$ 207.166.666,66
40000832038	Ivo Nazaré Do Nascimento	Masculino	Parda	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	321	Eleito Por Média	R\$ 207.166.666,66
40000832044	Inacio Da Silva De Oliveira	Masculino	Parda	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	43	Suplente	R\$ 207.166.666,66
40001264977	Priscila Santos Da Silva	Feminino	Preta	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	22	Suplente	R\$ 207.166.666,66
40000832040	Jorge Batista Veras	Masculino	Preta	Vereador	REPUBLICANOS	AM	Anamã	Peq. I	27	Suplente	R\$ 207.166.666,66

Pela Lei Orçamentária de 2020, o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas previu R\$2,034 bilhões para as eleições municipais daquele ano e o Fundo Partidário (página 147) representou R\$959,015 milhões. Com isso, o montante declarado pelas doze candidaturas – combinadas com as demais – extrapolava o orçamento previsto em Lei.

Na declaração partidária, o REPUBLICANOS indicou R\$169 milhões de receitas entre FEFC, Fundo Partidário e outros recursos. Os 12 candidatos teriam declarado 14 vezes mais que o próprio partido e 68% do valor declarado por todos os partidos em todo o país.

Por estas razões, esses montantes foram desconsiderados das análises realizadas que envolviam elaboração de perfis ou comparação entre arrecadações de campanha.

## Partidos:

As alterações nas nomenclaturas dos partidos foram registradas na tabela 5. Siglas que tiveram, entre 2016 e 2020, mudanças nos nomes de registro foram apresentadas com ambas as denominações. Para aquelas que foram incorporadas por outros partidos, foi mantida apenas a legenda existente. A data de referência da mudança, criação ou incorporação corresponde à decisão do Tribunal Superior Eleitoral para cada requerimento.

**TABELA 5 – RELAÇÃO DE SIGLAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS E ALTERAÇÕES DE NOMENCLATURA ENTRE 2016 E 2020**

SG_2016	SG_2020	SG_PARTIDO	OBSERVAÇÃO
PMDB	MDB	PMDB/MDB	Mudança de legenda de PMDB para MDB em maio de 2018.
PSDB	PSDB	PSDB	
PSD	PSD	PSD	
PP	PP		
PSB	PSB	PSB	
PDT	PDT	PDT	
PT	PT	PT	
PR	PL	PR/PL	Mudança de legenda de PR para PL em maio de 2019.
PTB	PTB	PTB	
DEM	DEM	DEM	
PRB	REPUBLICANOS	PRB/REPUBLICANOS	Mudança de legenda de PRB para Republicanos em agosto de 2019.
PV	PV	PV	
PPS	CIDADANIA	PPS/CIDADANIA	Mudança de legenda de PPS para Cidadania em setembro de 2019.
PSC	PSC	PSC	
SD	SOLIDARIEDADE	SOLIDARIEDADE	Mudança no uso da sigla.
PC do B	PC do B	PC do B	
PHS	-	PHS	PHS foi incorporado ao Podemos em setembro de 2019.
PROS	PROS	PROS	
PSL	PSL	PSL	

SG_2016	SG_2020	SG_PARTIDO	OBSERVAÇÃO
PATRIOTA	PATRIOTA	PATRIOTA	
PTN	PODEMOS	PTN/PODEMOS	Mudança de legenda de PTN para Podemos em maio de 2017.
PTC	PTC	PTC	
PRP	-	PRP	PRP foi incorporado ao Patriota em março de 2019.
PSDC/DC	PSDC/DC	PSDC/DC	Mudança de legenda de PSDC para DC em 2018.
PT do B	AVANTE	PT do B/AVANTE	Mudança de legenda de PT do B para Avante em setembro de 2017.
PMN	PMN	PMN	
PRTB	PRTB	PRTB	
PSOL	PSOL	PSOL	
PMB	PMB	PMB	
REDE	REDE	REDE	
PPL	-	PPL	PPL foi incorporado ao PC do B em maio de 2019.
PSTU	PSTU	PSTU	
PCB	PCB	PCB	
NOVO	NOVO	NOVO	
PCO	PCO	PCO	
-	UP	UP	UP foi criado em dezembro de 2019.



INSTITUTO  
*Alziras*



**OXFAM**  
Brasil